



Universidade Estadual de Santa Cruz
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO
DE CANAVIEIRAS (BAHIA): Uma análise à influência da
Resex**

PRODEMA

PAULO CÉSAR BAHIA DE AGUIAR

**ILHÉUS – BAHIA
2011**

PAULO CÉSAR BAHIA DE AGUIAR

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE
CANAVIEIRAS (BAHIA): Uma análise à influência da Resex**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, subprograma da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de concentração: Planejamento e Gestão Ambiental no Trópico Úmido.

Orientador (a): Dra. Ana Maria Souza dos Santos Moreau

Co-orientador (a): Dra. Ednice de Oliveira Fontes

**ILHÉUS/BA
2011**

A282 Aguiar, Paulo César Bahia de.
Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex / Paulo César Bahia de Aguiar . – Ilhéus, BA : UESC, 2011.

xvi, 112f. : il

Orientadora : Ana Maria Souza dos Santos Moreau.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Referências.

1. Conservação da natureza. 2. Proteção ambiental.
3. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais.
4. Reserva extrativista de Canavieiras (BA). I. Título.

CDD 333.72

PAULO CÉSAR BAHIA DE AGUIAR

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE
CANAVIEIRAS (BAHIA): Uma análise à influência da Resex**

Ilhéus-BA, 27 de Julho de 2011

Profa. Dra. Ana Maria Souza dos Santos Moreau
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
Orientadora

Profa. Dra. Ednice de Oliveira Fontes
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinadora Interna

Prof. Dr. Marco Antonio Tomasoni
UFBA - Universidade Federal da Bahia
Examinador Externo

A

Você, caro leitor, que neste momento dedica seu tempo para ler o contido neste trabalho, e, que, com senso crítico e de forma refletida, nele encontrará conhecimento, inconstâncias e possibilidades, permitindo-lhe assim dar a sua parcela de contribuição para o avanço do conhecimento sobre o assunto em questão,

Dedico.

AGRADECIMENTO

Ao Deus Yahveh, por ser o meu guia e o meu Castelo Forte nos momentos mais complexos e difíceis nessa caminhada.

À Universidade Estadual de Santa Cruz, ao Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e a CAPES pela oportunidade da realização do Curso.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Maria Souza dos Santos Moreau, pelo apoio, companheirismo, dedicação e profissionalismo compartilhado ao longo dessa jornada.

À minha co-orientadora, Profa. Dra. Ednice de Oliveira Fontes, pela presteza, pelos conselhos, profissionalismo e sorriso constante.

Aos meus mentores intelectuais, por compartilharem um pouco de cada um deles comigo, permitindo assim que esta realização se tornasse possível.

Ao Prof. Dr. Gil Marcelo Reuss Strenzel, pelas profícuas considerações e proposições que fez sobre o trabalho na banca de qualificação, contribuindo assim para enriquecê-lo.

À equipe do ICMBio/RESEX Canavieiras, representada nas pessoas do Sérgio Freitas, Sara Araújo e Carlinhos, pelo gentil acolhimento no trajeto da pesquisa naquele recinto e pela disponibilização de informações e documentos importantes para a pesquisa levada a efeito.

Ao assessor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Canavieiras, Sr. Marcos Bessa, à assessora jurídica da Prefeitura Municipal de Canavieiras, Dra. Olivia Linhares Loureiro, à advogada, Dra. Marcela Felícia Carneiro Pereira, e ao técnico em Construção Civil, Luiz Carlos Souza Andrade, pela solicitude com que forneceram algumas informações e alguns documentos que seriam importantes para o foco do projeto inicial da pesquisa, mas que no trajeto passou por algumas alterações devido a questões éticas e circunstanciais.

Aos meus colegas de mestrado (Turma XII, 2009-2011), companheiros de jornada, de dificuldades e alegrias, dramas e sonhos.

À minha saudosa mãe Inez (*in memoriam*), que partiu no meio deste projeto, e ao meu pai Daniel, pela construção de uma vida, pelo carinho e por proporcionarem-me o suporte necessário para levar avante este desafio.

Ao Prof. Dr. Max de Menezes (*in memoriam*), que também partiu durante esta fase de construção acadêmica, pelo profundo profissionalismo prestado à Universidade Estadual de Santa Cruz, e, de forma particular, ao mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA), e também pelo humanismo que lhe era peculiar.

À Maria Schaun e aos estagiários que nesse período passaram pela Secretaria do PRODEMA, e aos amigos do LAPA (Laboratório do DCAA/UESC), pelos momentos compartilhados, quer seja de seriedade e trabalho ou mesmo de alegria e descontração.

E, por fim, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, deram a sua parcela de contribuição para esta realização.

A história do homem sobre a terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

(Milton Santos. **TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997).

Transformações socioambientais do Município de Canavieiras (Bahia): Uma análise à influência da Resex

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras (Bahia) tendo a Unidade de Conservação “Reserva Extrativista Marinha” como fator de influência. A pesquisa se justifica devido ao fato de, no território deste município, a criação e processo de implantação de uma Reserva Extrativista Marinha na primeira década de 2000 terem influenciado para as transformações socioambientais pelas quais o mesmo vem passando, e a análise dessas transformações abrir um leque de possibilidades para a compreensão do papel exercido por essa Unidade de Conservação na dinâmica do município. Para alcançar o objetivo proposto foram feitos levantamentos de dados secundários junto ao IBGE e a SEI; pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos, e matérias em jornal, sobre o assunto específico; levantamento de informações na sede local do ICMBio/RESEX Canavieiras, e junto a Assessoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Canavieiras; além de observações *in loco*. O estudo revelou que durante a década de 1990 o município de Canavieiras passou por transformações socioeconômicas por conta do declínio da sua, até então, principal atividade econômica, a cacauicultura, que até a década de 1980 concentrou a maior parcela da mão-de-obra municipal e propiciou para que a maior parte da sua população se encontrasse distribuída no espaço rural. O declínio da cacauicultura influenciou forte migração rural-urbana, levando a inversão da concentração da maior parcela da população do espaço rural para o espaço urbano, e ainda migração de parte da população para outras localidades. Este município apresentou, na década de 1990 e na primeira década de 2000, fortes disparidades socioeconômicas evidenciadas pelos indicadores, e elevado nível de informalidade na ocupação. A atividade pesca, diante de outras formas de pequenos extrativismos, nesse contexto assume importante papel em concentrar mão-de-obra. Antes da criação da RESEX este município apresentou conflitos socioambientais por conta de atividades econômicas que se inseriram no território municipal, a exemplo da carcinicultura, responsável por impactos para o meio ambiente e pela influência negativa para trabalhadores artesanais. A Reserva Extrativista (criada) influenciou importantes transformações socioambientais no referido município: coibiu impacto a ecossistemas; contribuiu para conservação de ecossistemas, melhoria da qualidade ambiental de áreas degradadas, como no caso dos manguezais, e aumento no número de indivíduos das espécies de caranguejo; garantiu a territorialidade de trabalhadores artesanais sobre seus espaços de trabalho; propiciou maior articulação e troca de experiência entre os extrativistas dos núcleos/comunidades tradicionais; atraiu projetos, como “Economia Solidária” (ligada ao caranguejo), construção de casas residenciais, aquisição de embarcação e aplicação de créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária. A presença da RESEX influenciou ainda a gestão compartilhada de parte do território municipal (Poder Público Municipal/ Administração da RESEX), produziu influencia negativa para os resorts planejados se inserirem no litoral do município, e a carcinicultura, e, indiretamente, para o comércio e setores da economia - gerando conflitos de interesses.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Reserva Extrativista; Transformações socioambientais.

Social and environmental transformation on the Municipality of Canavieiras (Bahia): An analysis of the influence of Resex

ABSTRACT

The municipality of Canavieiras (Bahia) has undergone several social and environmental transformations over the course of its history. In the first decade of 2000, the creation and deployment process of a Marine Extractive Reserve took place and has strongly influenced on socio-environmental transformations in this municipality. This work purposes to examine the influence of the creation of this conservation unit on the socio-environmental occurred on this municipality. A research was conducted within this area and had an additional consulting of secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Superintendency of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), also from ICMBio / RESEX Canavieiras and from the Office of Environment from the Prefecture of Canavieiras, as long as a conducted bibliographic research. The study showed that during the 90's the city of Canavieiras enhanced economic and social transformations related to the decline of its main economic activity, the cocoa production. Before that, until the 1980s, cocoa plantation had the largest share of labor available and most of the population was distributed throughout rural areas. The decline of cacao influenced rural-urban migration, causing a migration of rural population to urban areas and to other locations. The municipality presented social and economic disparities and a high level of informality in the 90's and during the first decade of this century. Fishing and other extraction have become an important role on the municipality. Before the creation of extractive reserves, this city had some conflicts because of socio-economic activities within the municipal territory, like the cultivate of shrimp, which brought negative environmental impacts and negative influence to craft workers, also the planned integration of resorts on the coast of the municipality. The created extractive reserve has influenced on social and environmental changes as well as on the restrained negative impact on ecosystems and its conservation, also the improvement in quality of degraded wetlands areas and others, increasing the number of species of crabs. Also it guaranteed territoriality for the craft workers and a greater coordination and the exchange of experience between extraction core and the traditional communities. Also it attracted some projects, such as "Economia Solidária" involved with the creation of crabs, the construction of residential houses, the purchase of vessels and the application of credits of the National Agrarian Reform. RESEX presence has influenced on shared management of part of the municipality (Municipal Government / Administration of extractive reserves), and brought some negative influence to the resorts planned for the coast, and for the creation of shrimps, besides indirectly to trade and other sectors of the economy, promoting conflict of interest.

Keywords: Protected areas, extractive reserves, social and environmental transformations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da área de estudo no estado da Bahia.....	19
Figura 2 -	Área de abrangência da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.....	22
Figura 3 -	Evolução municipal de Canavieiras.....	32
Figura 4 -	Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras, de 1980 a 2005.....	38
Figura 5 -	Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 1990 a 2005.....	39
Figura 6 -	Produção de origem animal do município de Canavieiras, de 1980 a 2005.....	40
Figura 7 -	Produção de cacau do município de Canavieiras de 1980 a 2006.....	45
Figura 8 -	Evolução da população do município de Canavieiras de 1980 a 2004.....	48
Figura 9 -	Produção de cacau, população rural e total do município de Canavieiras entre 1980 e 2006.....	49
Figura 10 -	Cidade de Canavieiras. Evolução da ocupação urbana – 1830/2005.....	51
Figura 11 -	Taxa de desocupação e de ocupação e Grau de formalidade e de Informalidade na ocupação, no município de Canavieiras, no ano 2000.....	55
Figura 12 -	Participação Percentual do PIB de Canavieiras no PIB da Região Litoral Sul, entre 1999 e 2006.....	59
Figura 13 -	Aspectos do sítio urbano de Canavieiras, um dos atrativos turísticos do município.....	62
Figura 14 -	Produção de camarões em cativeiro nas fazendas de carcinicultura no município de Canavieiras, de 2007 a 2010.....	65
Figura 15 -	Primeira reunião do CNPT para criação do Grupo Pró-RESEX.....	72
Figura 16 -	A Audiência Pública relativa à Criação da RESEX, em 30 de julho de 2003.....	76
Figura 17 -	Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras, de 2006 a 2010.....	91
Figura 18 -	Passeata em protesto contra a criação da RESEX, em 2009.....	95

Figura 19 - Placa que indica particularidade em terras da União (A) e pescadores artesanais dentro da área da RESEX (B).....	96
Figura 20 - População do município de Canavieiras, de 2000 a 2010.....	102
Figura 21 - Uso do solo na área da RESEX e em suas adjacências.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Efetivo de rebanhos do município de Canavieiras, de 1980 a 2005.....	37
Tabela 2 -	Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 1990 a 2005.....	39
Tabela 3 -	Utilização das terras no município de Canavieiras com lavouras, de 1990 a 2005.....	42
Tabela 4 -	Uso das terras dos estabelecimentos agropecuários do município de Canavieiras no ano de 1995.....	43
Tabela 5 -	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica e sexo no município de Canavieiras, em 1995...	44
Tabela 6 -	Produção de cacau do município de Canavieiras e do estado da Bahia, entre 1980 a 2006.....	45
Tabela 7 -	Estrutura etária do Município de Canavieiras em 1991 e 2000.....	52
Tabela 8 -	Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) do município de Canavieiras – 1991 e 2000.....	53
Tabela 9 -	Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, em 1991 e 2000.....	54
Tabela 10 -	Valor do rendimento médio e mediano do trabalho no município de Canavieiras no ano 2000.....	56
Tabela 11 -	Famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo no município de Canavieiras, no ano 2000.....	56
Tabela 12 -	Índice de Desenvolvimento Humano do município de Canavieiras em 1991 e em 2000.....	57
Tabela 13 -	Produto Interno Bruto (em milhões) do município de Canavieiras e da Região Litoral Sul, entre 1999 e 2006.....	58
Tabela 14 -	Estrutura Setorial do PIB-M do município de Canavieiras, em 2002 e 2005.....	60
Tabela 15 -	PIB <i>Per Capta</i> do município de Canavieiras, em 2002 e 2005.....	62
Tabela 16 -	Produção de pescado (kg) e valores médios alcançados para os Municípios de Canavieiras e Una, no ano de 2002.....	68
Tabela 17 -	Produção de pescado (t/ano), por espécie, no município de Canavieiras, no ano de 2002.....	69
Tabela 18 -	Número estimado de pescadores e marisqueiros ativos	

de Canavieiras.....	84
Tabela 19 - Composição da frota de barcos do Município de Canavieiras, em 19/02/2008.....	85
Tabela 20 - População das comunidades da RESEX em 2005 e 2007.....	85
Tabela 21 - Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 2006 a 2010.....	21
Tabela 22 - Produto Interno Bruto a preços correntes do município de Canavieiras e da Região Econômica Litoral Sul, de 2006 a 2008.....	101
Tabela 23 - Classes de uso do solo, respectivas áreas e sua representação percentual na área da Resex e em suas adjacências.....	104

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Síntese dos municípios que se desmembraram de Canavieiras e ano do desmembramento, re-incorporação e re-desmembramento.....32
- Quadro 2 - Principais entidades de pesca em Canavieiras ligadas à RESEX.....83
- Quadro 3 - Principais atividades econômicas das comunidades.....86

LISTA DE SIGLAS

ACANTUR - Associação Canavieirense de Turismo
AMEX – Associação Mãe dos Extrativistas
APA – Área de Proteção Ambiental
CEPLAC – Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNPT – Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
ECOTUBA – Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não-Governamental
PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais
PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDU – Plano Diretor Urbano
PIB-M – Produto Interno Bruto Municipal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REM – Reserva Extrativista Marinha
RESEX – Reserva Extrativista
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SUDHEVEA – Superintendência da Borracha

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
1. INTRODUÇÃO	1
1. 1. Hipótese.....	3
1. 2. Justificativa.....	4
1. 3. Objetivos.....	5
1. 3. 1. Geral.....	5
1. 3. 2. Específicos.....	5
2. REVISÃO DE LITERATURA	6
2. 1. Áreas Naturais Protegidas.....	6
2. 1. 1. Sua importância e marco histórico de criação.....	6
2. 1. 2. Transposição do modelo norte-americano para a realidade brasileira.....	8
2. 2. A questão ambiental no Brasil a partir da década de 1970 e o surgimento da figura da Reserva Extrativista.....	11
2. 2. 1. As Reservas Extrativistas no Âmbito Institucional.....	13
2. 2. 2. As Reservas Extrativistas Marinhas.....	15
2. 3. Transformações socioambientais	17
3. MATERIAL E MÉTODOS	19
3. 1. Área de estudo.....	19
3. 2. Objeto de estudo.....	21
3. 3. Procedimentos metodológicos.....	23
4. MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS	27
4. 1. Histórico de ocupação.....	27
4. 1. 1. Expansão da cacauicultura e interiorização do povoamento.....	30
4. 1. 2. Afirmação da cacauicultura como principal atividade econômica: sua influência na realidade municipal.....	33
4. 2. Característica socioeconômica: Recorte temporal de 1980 a 2005/6.....	36
4. 2. 1. Efetivo de rebanho e produção de origem animal, de 1980 a 2005 – IBGE.....	37
4. 2. 2. Utilização das terras com lavouras, de 1990 a 2005 – IBGE.....	41
4. 2. 3. Evolução da cacauicultura e da população municipal de	

1980/2006 – IBGE.....	44
4. 2. 4. Alguns indicadores socioeconômicos.....	52
4. 2. 5. Conjuntura recente: algumas atividades econômicas importantes.....	62
5. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS.....	70
5. 1. Início do processo.....	70
5. 1. 1. As primeiras reuniões.....	71
5. 1. 2. Aplicação dos questionários socioeconômicos fornecidos pelo CNPT.....	74
5. 1. 3. Divulgação de relatório.....	74
5. 2. A Audiência Pública.....	75
5. 3. Outros encaminhamentos.....	77
5. 4. A Consulta Pública.....	79
5. 5. Outros encaminhamentos.....	80
5. 6. A Criação da Reserva.....	82
6. CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS.....	83
7. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	90
7. 1. TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS TENDO A RESEX COMO FATOR DE INFLUÊNCIA.....	90
7. 1. 1. Impactos e conflitos socioambientais no processo de criação e implantação da RESEX.....	92
7. 2. Transformações socioambientais com a criação e processo de implantação da RESEX.....	96
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
9. REFERÊNCIAS.....	108

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais tornaram-se alvo, em âmbito mundial, de várias discussões e propostas de planejamento de políticas voltadas para aquilo que se convencionou chamar “desenvolvimento sustentável”, pois a busca desenfreada pelo crescimento econômico e o estabelecimento de uma sociedade de consumo “sem limites” tem se constituído em sério fator gerador de significativos problemas.

Ao analisar o histórico da sociedade capitalista, percebe-se que a busca contínua pelo crescimento econômico, nos padrões que na mesma tem-se praticado, não se tem levado em consideração a distribuição igualitária das riquezas, mas sim a acumulação destas, por certos agentes dentro da sociedade ou um conjunto restrito de países. Em contrapartida, a maior parte dos países e significativa parcela da população acabam por viver em condições de exploração.

A contínua e crescente demanda por recursos naturais para atender as necessidades do sistema tem gerado pressões sobre esses recursos, propiciando uma sua degradação em larga escala, com a perda de várias espécies da fauna e flora.

Chegar a efetivação de mecanismos que propiciem alcançar o desenvolvimento sustentável de maneira a garantir não apenas às presentes, quanto às futuras gerações um meio ambiente com melhor qualidade, ainda é um desafio.

Quando o assunto é planejar e alcançar o desenvolvimento sustentável faz-se necessário serem levadas em consideração algumas dimensões, a exemplo da dimensão social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993). Além disso, há a necessidade de promover um olhar para a importância do papel das comunidades tradicionais nesse processo de busca pelo desenvolvimento sustentável, no que diz respeito a seus conhecimentos sobre ambientes e no manejo de seus recursos, através de suas técnicas e seus costumes.

As Áreas Naturais Protegidas (Unidades de Conservação) são consideradas importantes mecanismos levados a efeito no sentido da preservação e/ou conservação da natureza, e no Brasil as Unidades de Conservação são utilizadas como instrumento básico na Política Nacional do Meio Ambiente.

Áreas Naturais Protegidas foram criadas no transcurso do século XX no território nacional, nas últimas décadas estas assumiram papel mais substancial, com a criação de uma variedade maior de Unidades de Conservação, com

diferentes categorias de manejo, para atender à realidade de contextos diferenciados.

A inserção de populações tradicionais no âmbito da convivência, gestão e exploração de recursos em certos tipos de Unidades de Conservação foi considerada um avanço no sentido da utilização de forma sustentável desses recursos, possibilitando, por conseguinte, a sua conservação, em função dos instrumentos e técnicas utilizados por esses grupos humanos serem menos impactantes e menos degradadores do meio.

O estabelecimento de Unidades de Conservação em áreas litorâneas do território nacional, a exemplo das reservas extrativistas marinhas, constitui-se em importante mecanismo de conservação dos recursos naturais, com a participação interativa de populações tradicionais nesse processo, e por serem criadas em ambientes de interação de diversidades de ecossistemas, e em alguns casos, com remanescentes da Mata Atlântica.

No contexto da Região Sul do estado da Bahia, com o declínio da monocultura cacaueteira a partir do final da década de 1980, e influenciado grandemente pela inserção da praga “vassoura-de-bruxa”, sérias conseqüências negativas para a região passaram a ocorrer. Dentre as conseqüências negativas pode-se citar a diminuição da arrecadação nos cofres públicos, aumento do desemprego, intensa migração rural-urbana propiciando o surgimento ou mesmo alastramento de problemas como favelização, aumento nos casos de violência, prostituição, pressão sobre recursos naturais, etc.

A partir dessa realidade e dentro da sua política de planejamento estratégico, o governo do estado passou a intervir na região tendo como foco principal uma busca pela recuperação da economia com tentativa de re-soerguimento da cacauicultura e a busca pela diversificação econômica).

No que se refere ao município de Canavieiras, o governo do estado, em parceria com o poder público municipal, a partir do ano 2000, possibilitou o investimento por parte de empresários nos setores da criação de camarões em cativeiro (carcinicultura), e a possível instalação de hotéis de grande porte na extensão da sua faixa litorânea.

Este município, no entanto, além de detentor de significativa riqueza natural (extenso litoral, extenso estuário, vastas áreas de manguezais, diversidade de espécies da fauna e flora, etc.), tem na pesca artesanal uma importante atividade

econômica – a qual assume importante representação no estado, de forma que populações tradicionais distribuídas pela faixa litorânea do território municipal retiram desses recursos o meio de subsistência.

Diante dessa realidade, no ano de 2001 representantes do Instituto ECOTUBA, ONG sediada na cidade de Canavieiras, propuseram para a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Canavieiras a possibilidade da criação de uma reserva extrativista como mecanismo para garantir a sustentabilidade de sua atividade.

A criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, em junho de 2006, foi concebida como um mecanismo de conservação do meio ambiente ameaçado de degradação, além da possível garantia das condições de sobrevivência de trabalhadores artesanais.

Contudo, no transcurso do processo de criação dessa Unidade de Conservação, a atividade carcinicultura, bem como a planejada inserção dos resorts, se constituíram em fatores de influência negativa para recursos naturais, para os extrativistas e sua atividade. De igual forma, a reserva extrativista tornou-se uma influência negativa para a atividade carcinicultura e para os resorts, gerando um conflito de interesses, visto que a Reserva Extrativista (criada) abrangeu, dentre outros, os ¹terrenos para os quais foi planejada a inserção da maioria dos *resorts*.

Em face deste cenário, o problema de pesquisa deste trabalho está relacionado à seguinte questão: Quais as transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras tendo a RESEX como o fator de influência?

1. 1. Hipótese

Como hipótese de pesquisa teve-se: a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras influenciou importantes transformações socioambientais no município de Canavieiras, como a inibição de pressões sobre recursos naturais e utilização indevida de porções de terras em sua área de abrangência, conservação do meio ambiente ameaçado de degradação e garantia do meio de subsistência de trabalhadores artesanais, promovendo significativas repercussões no quadro

¹ Terrenos esses legalmente pertencentes à União.

socioeconômico municipal e tornando-se objeto de conflitos de interesses antagônicos.

1. 2. Justificativa

Possuindo uma extensão territorial de 8.514.876 km², sendo que esse total equivale a 47% do território da América do Sul, o Brasil se constitui em um país de verdadeiras dimensões continentais. Devido a essa imensa extensão do seu território, que possui um litoral com cerca de 8.500 km, a sua história geológica e diversidade geomorfológica, e a ser abrangido por diferentes zonas climáticas (equatorial, tropical e temperada), e a sofrer influência de diferentes correntes marinhas e outros fatores naturais, propiciando a formação de microclimas localizados (CARVALHO, 2008), nosso país apresenta uma das maiores diversidades mundiais em fauna e flora, e uma significativa riqueza no que se refere aos recursos minerais.

Historicamente, no território nacional, populações tradicionais se utilizam de áreas marinhas, áreas estuarinas e de manguezais para a extração de recursos, os quais, em muitos casos, são a única fonte direta de subsistência dessas populações, ou mesmo o único meio de obterem recursos financeiros.

O estabelecimento de áreas naturais protegidas em áreas litorâneas do território nacional, a exemplo das reservas extrativistas marinhas, constitui-se importante mecanismo de conservação dos recursos naturais presentes nessas áreas, protegendo-os de pressões, garantindo a manutenção de suas estruturas e o meio de subsistência de um grande número de populações tradicionais.

O estado da Bahia se destaca por possuir um litoral com cerca de 1.100 km de extensão, abrangendo 39 municípios, com vastas áreas estuarinas no trajeto de 40 bacias hidrográficas, as quais são utilizadas por várias populações para sua sobrevivência (RAMOS, 2002, apud MACHADO, 2007).

No município de Canavieiras, no transcurso de mais de 50 km de litoral, 50 km de estuário e mais de 8.000 hectares (ha) de manguezal (MMA; FNMA; PANGEA, 2003), agrupamentos humanos espalhados pela faixa litorânea do seu território utilizam-se desses ambientes para extração de recursos para sua sobrevivência. No entanto, nas duas últimas décadas, no âmbito da pesca, os mesmos vêm sofrendo de forma mais intensa a concorrência de pescadores de

outras localidades. Também partes dessas áreas vinham sofrendo impactos, as degradando e reduzindo. Isso mudou com a presença da Reserva Extrativista.

Dessa forma, a presença da Reserva Extrativista revela-se objeto propiciador de transformações socioambientais no município de Canavieiras, não apenas na sua área de abrangência direta, quanto nas suas adjacências.

Analisar transformações socioambientais no município de Canavieiras tendo a RESEX como fator de influência abre um leque de possibilidades para a compreensão do papel exercido por essa Unidade de Conservação na dinâmica do município, mesmo levando em consideração o fato de que a mesma tem apenas ²cinco anos, um mês e vinte e dois dias de criada.

Parte-se, neste trabalho, da concepção de que meio ambiente não se refere apenas à natureza (fauna, flora e meio físico) em sua dimensão ecológica, mas sim a algo mais amplo que abrange outras dimensões, como o social, o econômico, o espacial e o cultural, pois o ser humano também é um importante agente transformador e modelador do meio. Assim, de alguma forma, essas dimensões são levadas em consideração no que se refere ao entendimento do que vem a ser “transformações socioambientais do município de Canavieiras”.

1. 3. Objetivos:

1. 3. 1. Geral

- Analisar as transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras tendo a RESEX como fator de influência.

1. 3. 2. Específicos

- Traçar aspectos do histórico de ocupação do município de Canavieiras e de sua socioeconomia antes da criação da Reserva e como isso pode ter servido de apelo para a criação da mesma;
- Fazer um histórico da criação da Reserva;
- Caracterizar a Reserva Extrativista;
- Analisar as transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras tendo a RESEX como fator de influência.

² Na data da defesa desta dissertação (27/07/2011).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2. 1. Áreas Naturais Protegidas

2. 1. 1. Sua importância e marco histórico de criação

As áreas naturais protegidas têm sido vistas como uma pedra angular, tanto em escala local, quanto regional ou mesmo global, no sentido da preservação de espécies da fauna e da flora, como também na manutenção de suas características genéticas. Além do seu desempenho ecológico, outras funções desempenhadas pelas áreas protegidas podem ser consideradas relevantes, a exemplo da cultural, da econômica e da social (GASTON et al., 2008).

Essas áreas naturais protegidas, a depender da sua categoria de manejo, se prestam a diferentes funções, tais como: constituem-se em objeto de extração de alimentos, que são fontes de importantes nutrientes para as populações que delas se utilizam; suas belezas cênicas muitas vezes são exploradas como atrativos turísticos; abrigam importantes núcleos de populações tradicionais e contribuem para a preservação e reprodução de suas culturas peculiares; alguns dos elementos nelas contidos são fontes de medicamentos, outros são objetos de concepções míticas e credices; fornecem produtos, que são comercializados em pequena escala pelos seus moradores, constituindo-se assim em fontes de recursos econômicos para essas populações; contribuem para a preservação das espécies nelas contidas, além da disseminação de suas características gênicas; são importantes laboratórios para pesquisa científica; dentre outras importantes funções.

Contudo, segundo Gaston et al. (2008), muitas porções da superfície terrestre têm sido alteradas pelas atividades humanas. Isso tem implicado em extensa destruição de *habitats* naturais. Igualmente onde os componentes primários do *habitat* ainda têm estado conservados, os mesmos vêm lentamente passando por processo de degradação, e, por conseguinte, as suas estruturas caminham para serem alteradas através da exploração direta e da introdução de espécies exóticas. Sendo assim, quer seja em escala local, regional ou global, uma estratégia dominante para a proteção da biodiversidade de tais pressões tem sido o estabelecimento e manutenção de áreas protegidas; e nas décadas recentes

esforços e recursos têm sido investidos no estabelecimento de áreas protegidas (Ibidem).

Historicamente tem-se como marco da criação de áreas naturais protegidas no mundo a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1º de março de 1872 (DIEGUES, 1996; CÔRTEZ COSTA, 2002).

Não obstante, Keith Thomas (1983, apud DIEGUES, 1996) pontua que essa preocupação com a preservação do mundo natural, ou “mundo selvagem”, teria surgido no início do século XIX, na Europa, como reflexo da mudança de pensamento no que se refere ao mundo natural. Até então, o pensamento predominante era o de desvalorização do mundo “selvagem”, no que se refere à sua preservação. Contudo, influenciado pelo avanço da História Natural, que deu significativo contributo no sentido de se imprimir um olhar respeitoso para com essas áreas naturais, a visão sobre as mesmas teria começado a mudar no sentido de sua valorização.

Diegues (1996, pp. 23-24) apresenta que essa valorização do mundo natural, “selvagem”, esteve inserida dentro da realidade de um contexto social em que “no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável”. Sendo assim, “a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola” (Ibidem).

Ainda segundo Diegues (Ibid.), tal pensamento, no início do século XIX, teria chegado aos Estados Unidos, e aí evoluído até a criação do primeiro parque nacional. Nesse país, a concepção de parque nacional, enquanto área selvagem, teria emergido como a de áreas não-habitadas. Tal realidade se deu dentro de um contexto de consolidação do capitalismo americano, acelerada urbanização, expansão da fronteira para o oeste e extermínio do elemento indígena.

Segundo Côrtes Costa (2002), a criação do *Yellowstone National Park* foi fruto da iniciativa de luta de exploradores do Rio Yellowstone, no sentido da preservação das belezas naturais da sua área. Não obstante, anterior a esse fato, a área que se constitui no “atual Parque Nacional de Yosemite tinha sido decretada “inalienável em qualquer tempo” em 30 de junho de 1864, pelo então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, tornando-se a primeira área de preservação” (Ibid., p. 11).

Tomando como exemplo o modelo norte-americano de criação de parques nacionais, tendo como referência os parques de Yellowstone e Yosemite, outros países seguiram essa linha e criaram parques em seus territórios. Conforme apresentado por Côrtes Costa (2002), os primeiros países a seguirem o exemplo dos Estados Unidos nesse sentido foram: Austrália (em 1879); Canadá (em 1885); Nova Zelândia (em 1894); África do Sul (em 1898); México (em 1899); Argentina (em 1903); Chile (em 1926); Equador (em 1934); e Venezuela e Brasil (em 1937). Diegues (1996), contudo, deixa a entender que depois dos Estados Unidos, quem teria criado o primeiro parque nacional teria sido o Canadá (em 1885); em seguida: Nova Zelândia (em 1894); México, através do estabelecimento da sua primeira reserva florestal (em 1894); África do Sul e Austrália (em 1898); Argentina (em 1903); Chile (em 1926); e o Brasil (em 1937).

2. 1. 2. Transposição do modelo norte-americano para a realidade brasileira

No processo de busca pela criação dos primeiros parques nacionais nos Estados Unidos, segundo Diegues (1996), divergiam os interesses dos conservacionistas, dos desenvolvimentistas e dos preservacionistas puros, sendo que a linha de pensamento destes últimos prevaleceu; assim, os parques nacionais, pautados na linha de pensamento dos preservacionistas puros, se caracterizavam por excluir completamente a presença dos seus possíveis moradores, abrindo espaço apenas à presença de visitantes. Constituíram-se, por assim dizer, em mecanismo de preservação ambiental que não levava em consideração os seus possíveis moradores tradicionais.

Diegues (Ibidem, p. 37) pontua ainda que

O modelo de conservacionismo norte-americano espalhou-se rapidamente pelo mundo recriando a dicotomia entre “povos e “parques”. Como essa ideologia se expandiu, sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as “populações tradicionais” de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por Muir e os primeiros “ideólogos” dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países

subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a “crise da conservação”.

No Brasil tal realidade não foi diferente, pois os parques nacionais criados em seu território tinham como modelo a realidade norte-americana, não levando em consideração as especificidades da realidade nacional. Sendo assim, a população residente em determinadas áreas que se tornaram áreas protegidas, sobretudo no que se referem às populações tradicionais, foram excluídas da possível moradia ou exploração sustentável dessas áreas e de seu processo de gestão.

José Bonifácio teria sido aquele quem deu o pontapé inicial, ainda em 1821, no sentido de se pensar a importância da conservação ambiental no Brasil, quando propôs que se criasse um setor que cuidasse da conservação das florestas. Contudo, credita-se ao político André Rebouças, influenciado pela criação do *Yellowstone National Park*, a proposição, em 1876, de criação de parques nacionais no território nacional, sendo que o mesmo apresentou duas propostas: a de criação do Parque Nacional da Ilha do Bananal, no rio Tocantins/Araguaia, e de criação do Parque Nacional do Salto de Sete Quedas, no Paraná (DIEGUES, 1996; BRITO; CÂMARA, 2001).

O primeiro Parque Nacional no Brasil, o de Itatiaia, foi criado em 1937, no governo de Getúlio Vargas, no período denominado pelos historiadores como da “República Velha”. Em 1939 foram criados dois novos parques: o Parque Nacional de Nova Iguaçu, no Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio Grande do Sul. Depois disso, levaram 20 anos para que fossem criados novos parques nacionais, o que só veio a ocorrer em 1959. A partir da década de 1960 é que vai aumentar o número de Unidades de Conservação - Áreas Naturais Protegidas - criadas no Brasil (BRITO; CÂMARA, 2001).

Sob o sistema de governo do Regime Militar foram criados diferentes tipos de Unidades de Conservação, a exemplo de Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, APAs e Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, além de vários instrumentos legais base para criação de Unidades de Conservação (BRITO; CÂMARA, 2001). Também em 1973 foi criada, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que veio a se constituir no primeiro organismo ambiental de abrangência nacional, que serviu para nortear de forma integrada a questão ambiental. O próprio advento da Constituição Federal de 1988

trouxe significativo avanço no que consiste à questão ambiental no país, ao dedicar um capítulo inteiro à questão (Ibidem).

Além da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, outros conselhos, institutos, secretarias, etc., para gestão ambiental foram criados no país, a exemplo do Conselho Superior, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (componentes do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente), e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, etc.; além de leis, portarias, resoluções e instruções normativas.

Influenciados pelas linhas de pensamento norte-americanas sobre o enxergar o papel e a forma de instituir as áreas naturais protegidas, segundo Côrtes Costa (2002), no Brasil, duas correntes de pensamento teriam se formado: uma do grupo dos preservacionistas, e a outra do grupo dos conservacionistas. Por conseguinte, na realidade brasileira, as Unidades de Conservação, influenciadas por essas duas correntes de pensamento e em função da sua categoria de manejo, são distinguidas de duas formas: Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. Ainda conforme apresentado por Côrtes Costa (Ibidem), o grupo de Unidades de Proteção Integral inclui: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. Já no grupo de Unidades de Uso Sustentável estão inclusas: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A instituição das Unidades de Conservação, enquanto instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, se constituiu importante passo para a busca pela conservação e/ou preservação da biodiversidade presente no território nacional. A Lei nº 9.985, de 18 de julho do ano 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em seu artigo 2º, inciso I, define Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MMA, 2004).

2. 2. A questão ambiental no Brasil a partir da década de 1970 e o surgimento da figura da Reserva Extrativista

A década de 1970 se constituiu um marco no cenário internacional no sentido da evolução do pensamento sobre a importância da preservação ambiental, através do movimento ambientalista que emergia na época. Sendo que a conferência de Estocolmo (Suécia), em 1972, foi um referencial nesse sentido, trazendo em seu âmago as discussões para a necessidade e a importância imperiosa dessa preservação ambiental.

Contudo, no Brasil, conforme pontua Rodrigues dos Santos (2003, p. 242), “a questão ambiental foi construída dentro das contrições do chamado projeto *desenvolvimentista*, uma variante do *desenvolvimento a qualquer custo*”, dessa forma, a mesma “era concebida como um domínio mais afim à área da engenharia, do que como uma questão pertinente às condições de vida das populações”.

Esse mesmo autor (Ibidem, pp. 242-243) ainda acrescenta que, nessa época,

Defensores do *desenvolvimento a qualquer custo* consideravam o movimento ambientalista, que emergia na época, como uma tentativa dos países ricos de impedir ou limitar o desenvolvimento do hemisfério Sul, ou ainda, como uma manifestação de burgueses ociosos. Defendiam o desenvolvimento como um fim em si, que deveria ser buscado sem limitações ou impedimentos. Na conferência de Estocolmo, em 1972, autoridades do País chegam a defender a degradação ambiental em nome do desenvolvimento.

O sistema de governo que comandava o país nesse momento era o de regime militar, e a política desenvolvimentista predominante propiciou com que significativas porções dos elementos da natureza presentes no território fossem largamente exploradas e/ou devastadas em nome do desenvolvimento. Como exemplo tem-se a Floresta Amazônica, representando significativas perdas de espécies da fauna e da flora nativa, objetivando aumentar as áreas de pastagens para a pecuária extensiva e expansão das áreas agrícolas.

Contudo, os maiores beneficiários dessa exploração da natureza e do crescimento econômico daí advindo não foram os elementos menos favorecidos da população, e sim as grandes multinacionais inseridas no território nacional e a elite nacional.

Na Região Norte do país, desde a segunda metade do século XIX, a maior parcela da população trabalhadora esteve inserida na atividade econômica da

extração do látex para produção da borracha, e, com o passar do tempo, em alguns estados específicos, também no extrativismo da castanha e do babaçu.

Segundo Rueda (1995), a partir da década de 1960, alguns governos de estados dessa Região, a exemplo do Acre, adotaram políticas de atração de empresários do Centro-Sul do país que fossem implantar empreendimentos na área rural. A implantação desses empreendimentos trouxe como consequência a transformação de muitos seringais em áreas de pasto ou mesmo o seu abandono, propiciando a desterritorialização do extrativista de sua posição tradicional e de suas funções de trabalho. O Governo Federal também contribuiu para esse processo negativo ao adquirir muitas terras de seringalistas para loteamentos de Reforma Agrária.

Alienado da terra para moradia e de sua função de trabalho, o extrativista se torna um trabalhador autônomo, e ao ver a devastação da floresta e ao perder o seu meio de subsistência, começa a se organizar para lutar a favor da floresta, da posse da terra e do extrativismo (Ibidem). Rueda (1995) ainda apresenta que os primeiros extrativistas a se organizarem nesse sentido foram os seringueiros autônomos do estado do Acre (cidades de Rio Branco, Xapurí e Brasiléia); estendendo-se depois para outras localidades no próprio Acre, no estado do Amazonas e no Pará.

Diversos conflitos se deram entre fazendeiros e seringueiros, com mortes de homens, mulheres e crianças, sendo que os fazendeiros saíram favorecidos nesses conflitos, pois contavam com os serviços de jagunços armados (CUNHA, 1992).

Segundo Cavalcante (1993), a morte de dois importantes líderes dos trabalhadores rurais, um em Brasiléia (Wilson de Souza Pinheiro, em 1978), e outro em Xapurí (Chico Mendes, em 1988), deram grande projeção à luta dos extrativistas, pois Chico Mendes havia denunciado as políticas de devastação da Floresta Amazônica nos Estados Unidos, em um estado da confederação e no congresso americano. Esse fato, reforçado pelo seu assassinato, propiciou intensa pressão internacional por justiça, e favoreceu o fortalecimento do movimento dos trabalhadores rurais e sua articulação com movimentos ambientalistas internacionais e com outros sindicatos nacionais.

Cunha (1992) apresenta que a luta do movimento dos seringueiros pode ser caracterizada, de forma sintética, em dois momentos importantes, sendo o segundo um desdobramento do primeiro e assumiu um papel substancial no processo de

efetivação de suas reivindicações. Esses dois momentos foram: “os chamados empates” e “a proposição das Reservas Extrativistas”.

Ainda conforme Cunha (1992), os empates, que tiveram início na década de 1970, através de ações coletivas e espontâneas dos seringueiros, entre setenta a duzentas pessoas (homens, mulheres e crianças), tiveram como principal objetivo impedir ou paralisar as derrubadas da mata por parte dos peões e assim evitar a expulsão dos seringueiros das áreas de seringais por parte dos fazendeiros advindos do Centro-Sul do país. Já a proposta de criação das Reservas Extrativistas, enquanto um desdobramento dos empates, mesmo que apresentando suas peculiaridades, só foi aparecer em meados da década de 1980, representando uma “alternativa concreta de utilização sustentável da terra e dos recursos florestais (exceto dos madeiráveis), em face do modelo de desenvolvimento implantado na região, completamente divorciado da realidade social e ambiental amazônica” (Ibidem, p. 6).

2. 2. 1. As Reservas Extrativistas no Âmbito Institucional

O extrativismo amazônico se constituiu em uma bandeira de luta para a criação das Reservas Extrativistas. Sua institucionalização veio a se constituir na concretização dessa histórica luta dos extrativistas da Região da Amazônia Legal.

Conforme explicitado por Rueda (1995), em 1982 o Governo Federal já apresentava mostras de possivelmente defender o extrativismo, em função de impasses entre o INCRA e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), por causa dos projetos de colonização do INCRA e da política de aumento da produção da borracha por parte da SUDHEVEA.

Contudo, o papel do Governo Federal na institucionalização das reservas extrativistas só vai se tornar efetivo após discussões, consensos e reivindicações por parte dos extrativistas, propiciado pelo fortalecimento do sindicalismo da categoria.

Segundo Rueda (Ibidem), no ano de 1985 foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e os olhares da sociedade brasileira se dirigiram para esse tema; nesse mesmo ano ocorreu em Brasília o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em que seringueiros advindos de diferentes regiões debateram a oficialização da proposição de criação das reservas extrativistas, que contribuiria

para a regularização da questão fundiária, a proteção da floresta e a garantia do meio de trabalho dos extrativistas.

Cunha (1992, p. 9) apresenta que

Em plano institucional, Reserva Extrativista ganha corpo em duas instâncias: no Plano Nacional de Reforma Agrária, estando presente, especificamente, no “Projeto de Assentamento Extrativista”, (PAE), conforme Portaria 627 de 30 de julho de 1987, do INCRA; e, também, fazendo parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, artigo 9º, e Decreto 98.897, regulamentado em 30 de janeiro de 1990, como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais.

No ano de 1990 foram criadas oficialmente as quatro primeiras Reservas Extrativistas: Chico Mendes e Alto Juruá, no estado do Acre; Rio Cajari, no estado do Amapá; e Rio Ouro Preto, no estado de Rondônia (BRITO; CÂMARA, 2001).

As reservas extrativistas, a partir de então, passaram a ser responsabilidade do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que, conforme portaria Nº 22-N desse instituto, de 10 de fevereiro de 1992, aquelas passaram a ser geridas pelo Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. O CNPT veio a se constituir em um órgão ligado ao IBAMA criado com o objetivo principal de gerência, execução, assessoramento e monitoração dos programas específicos das reservas extrativistas (RUEDA, 1995; CUNHA, 1992).

Com a portaria IBAMA Nº 51, de 11 de maio de 1994, ficou estabelecido oficialmente o roteiro para criação e legalização das reservas extrativistas. Esta portaria, contudo, foi revogada pela Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 16 de outubro de 1998. E esta Instrução Normativa, por sua vez, foi revogada pela Portaria IBAMA nº 76, de 14 de setembro de 1999.

O advento da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que veio a estabelecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC -, trouxe, dentre outras, a conceituação para extrativismo, população tradicional e Reserva Extrativista; e questões ligadas à instituição, gestão e usos das Reservas Extrativistas.

Dentro da Política Nacional do Meio Ambiente as Reservas Extrativistas se enquadram na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. E a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, em seu artigo 18, define Reserva Extrativista como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas

populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (MMA, 2004).

Segundo Valencio et. al. (2009, p. 2)

O decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamentando artigos da Lei supra, reitera, no seu capítulo primeiro, inciso II, que os povos tradicionais são os novos beneficiários dessa nova territorialidade institucionalizada pelo Estado. Instruções Normativas posteriores desenharam o roteiro de gestão que definiu, dentre outros, a necessidade de deliberações participativas no processo de planejamento do lugar, o qual deve culminar na aprovação, democrática, através de conselho localmente instituído, de um Plano de Manejo.

Ainda segundo estes mesmos autores (Ibidem, pp. 2-3),

Compete, atualmente, ao Instituto Chico Mendes (ICMbio) editar normas e padrões de gestão das RESEXs, dentre outras Unidades de Conservação; fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais ou compensatórias no caso de haver degradação ambiental; disseminar informações aos atores envolvidos e propor metodologias para a gestão ambiental sustentável. Assim, este órgão, que resultou de um desmembramento do IBAMA na gestão Marina Silva, tem como espírito apoiar, como agente do Estado, um novo *modus operandi*, diverso das assimetrias da situação de classe, na forma de decidir quais meios de produção, objetos de trabalho e relações sociais serão favorecidas na relação com o meio biótico e abiótico local.

2. 2. 2. As Reservas Extrativistas Marinhas

Pensar a sustentabilidade a partir da interação do ambiente marinho com o terrestre, bem como a participação das populações tradicionais nesse processo de busca da sustentabilidade desses ecossistemas, tem sido algo importante nesse sentido (CUNHA, 1992). A busca pela criação e implantação de Reservas Extrativistas Marinhas tem contribuído substancialmente para isso.

Nas duas últimas décadas tem sido criadas Reservas Extrativistas em diversos pontos no território nacional, quer seja dentro da Amazônia Legal ou mesmo aquelas criadas ao longo da faixa litorânea (as RESEX Marinhas, ou, simplesmente, REM). Sendo que a primeira Reserva Extrativista Marinha foi criada em 1992 em Florianópolis, estado de Santa Catarina (Reserva Extrativista Marinha Pirajubaé), ou seja, cerca de dois anos depois das primeiras Reservas Extrativistas criadas na Amazônia Legal. Não obstante, a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, se constituiu símbolo e exemplo para criação de novas RESEX Marinhas no litoral brasileiro.

Contudo, o processo de implementação de Reservas Extrativistas Marinhas vêm em contínuo aperfeiçoamento, pois as mesmas estão inseridas em contextos socioculturais e de ecossistemas diferenciados em relação às experiências das RESEX Amazônicas.

Segundo Cunha (1992, pp. 13-14)

A necessidade de proteger seus territórios, tão ameaçados pelos processos crescentes de urbanização, de especulação imobiliária, de turismo e pelas pressões da pesca industrial, pode ter contribuído para o pescador artesanal buscar na Reserva Extrativista uma modalidade de proteção socioambiental, que assegure seus direitos históricos de acesso ao mar e aos recursos pesqueiros numa relação de equilíbrio com seus ecossistemas.

Dadas as especificidades do ecossistema marinho – cíclico móvel e imprevisível –, um conjunto de ajustes e procedimentos conceituais se faz necessário para que não se proceda a transposição mecânica de um contexto para outro. Pode-se dizer que ambas as realidades desenvolvem atividades extrativas – ou seja, atividades não transformadoras da natureza (*stricto-sensu*) – que consistem em mecanismos adaptativos empreendidos ao longo do tempo, através da experimentação e observação rigorosa dos ciclos naturais. Uma, está centrada no extrativismo de coleta vegetal, outra no extrativismo de coleta animal, mas ambas praticam tais atividades, secularmente, sem afetar as condições de reprodução de seus ecossistemas específicos, pois a base de recursos naturais de que se valem é de caráter renovável e utilizado, tradicionalmente, de modo sustentado. A rigor, tanto o extrativismo do látex da borracha (e da castanha) na Amazônia vem acompanhado do desenvolvimento de outras atividades produtivas suplementares, quanto à própria atividade pesqueira artesanal, em seu passado histórico recente, era praticada em conjunto com a roça de subsistência e com a caça.

Conforme dados do ICMBio (2009 apud VALENCIO et al, 2009), entre os anos de 1990 e 2008, foram criadas 57 Reservas Extrativistas ao longo do território nacional, sendo que, desse total, 19 se constituem essencialmente em Reservas Extrativistas Marinhas, ou seja, são RESEX criadas em zonas costeiras e em interação direta com o mar.

Contudo, o processo de criação ou mesmo de implantação de algumas RESEX Marinhas têm ocorrido em contextos de conflitos de interesses, ou as mesmas apresentam significativos problemas estruturais, a exemplo da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba – Piauí/Maranhão -, (MATOS; IRVING, 2006); a Reserva Extrativista Marinha de Itacaré – Bahia-, cujo processo de criação foi parado por questões de atividades de sísmica e possível exploração de petróleo na costa (BURDA; POLETTI; SCHIAVETTI, 2007); e a Reserva Extrativista Marinha de Corumbau – Bahia (CHAMY, s. d.; CIOMMO, 2007).

2. 3. Transformações Socioambientais

Para a adoção de uma concepção do que vem a ser “transformações socioambientais” é imprescindível levar em consideração a realidade multifacetada da sociedade capitalista e a lógica econômica do sistema. Um olhar a partir dessa realidade já nos possibilita, no primeiro momento, ter em mente a concepção de ambiente e meio ambiente como algo “indissociado” da presença humana.

Segundo Christofolletti (In: SOUZA et al., 1997), múltiplas podem ser as aplicações para o termo “ambiente”, indicando diferentes questões, com diferentes significados, indo desde a escala mundial até a escala local. Dessa forma, poderia se falar do ambiente terrestre, dos ambientes continentais, dos ambientes oceânicos, dos ambientes das plantas, dos animais e dos homens, do ambiente de trabalho, do ambiente cultural, etc.

Este mesmo autor (p. 128), contudo, pontua que, no que se refere à problemática ambiental, “há a necessidade de utilizar conceitos definidos de modo mais preciso, com enunciados que permitam a operacionalização através do uso de procedimentos analíticos e critérios de avaliação”. Com esse fim, podem-se enfocar duas perspectivas:

A primeira perspectiva tem significância biológica e social e valor antropocêntrico, focalizando o contexto e as circunstâncias que envolvem o ser vivo, sendo o ambiente definido como as condições, circunstâncias e influências sob as quais existe uma organização ou um sistema. Pode ser afetado ou descrito pelos aspectos físicos, químicos e biológicos, tanto naturais como construídos pelos homens. A segunda perspectiva considera a funcionalidade interativa da geosfera-biosfera, focalizando a existência de unidades de organização englobando os elementos físicos (abióticos) e bióticos que compõem o meio ambiente, elaboradas mesmo sem a presença e ação do ser humano. Seriam, portanto, as unidades que compõem as características paisagens da superfície terrestre (Ibidem, p. 128).

A Lei 6.938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 3º, parágrafo 1º, define Meio Ambiente como sendo o “Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas”.

Reigota (1995), pontua que a noção de meio ambiente engloba tanto o meio cósmico, quanto o geográfico, o físico e o meio social, incluindo as suas instituições, sua cultura, as forças que exercem sobre o indivíduo e nas quais ele reage de forma particular, segundo seus interesses e suas capacidades.

A concepção de Meio Ambiente, ao incluir a presença humana, expande o seu entendimento para cinco prismas: meio ambiente natural, meio ambiente artificial, meio ambiente cultural, meio ambiente do trabalho e o patrimônio genético. Cada um desses prismas possui a sua dinâmica, mas que se dá em interação com os outros. Dessa forma, no que se refere à sustentabilidade do Meio Ambiente e planejamento do desenvolvimento, cinco dimensões devem ser levadas em consideração: social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993).

Segundo Santos (1997, p. 18),

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo.

Este mesmo autor (1991 apud SANTOS, 1997, p. 18) acrescenta que:

Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos.

Canuto (In: UZÊDA, 2004, p. 34) pontua que “a racionalidade econômica imperante, ao tomar o meio ambiente como substrato inesgotável, põe em risco a própria sobrevivência humana na terra”. “O mesmo modelo que causa a concentração da propriedade e produz a exclusão social também gera impactos ambientais de monta. A isso denominamos questão socioambiental”. A questão socioambiental, segundo este autor (Ibidem, p. 34), “pode ser traduzida pela irrupção de um conjunto de problemas sociais e ambientais imbricados e decorrentes da mesma lógica econômica extratora”.

Dessa forma, entende-se também que as transformações socioambientais são aquelas que envolvem questões de ordem sociais e ambientais imbricadas, tendo como principal fator gerador a lógica econômica que norteia o sistema. Alguns trabalhos apontam nesse sentido (ANDRADE, In: CADERNO VIRTUAL DE TURISMO, 2011; LORENA; MOREIRA, s. d.; OLIVEIRA; MENEZES, s. d.).

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de estudo

O município de Canavieiras encontra-se localizado na Mesorregião Sul Baiano, Microrregião Ilhéus-Itabuna, conforme regionalização para o estado da Bahia proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Figura 1). Já no âmbito do governo do estado da Bahia, a partir de 2007 o mesmo passou a reconhecer, no que se refere ao seu Planejamento Territorial, 26 Territórios de Identidade, a partir das características específicas das realidades sociais e locais de cada região.



Figura 1 - Localização da área de estudo no estado da Bahia.
Elaboração: SOUZA, Cristiano Marcelo (2010).

Nessa nova forma de regionalizar o espaço baiano, o município de Canavieiras está incluso no Território de Identidade Litoral Sul, num total de 27 municípios, que ainda abrange os municípios de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Camacã, Coaraci, Floresta Azul, Governador Lomanto Júnior, Ibicaraí,

Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca.

Atualmente o município de Canavieiras possui uma área de 1.326,954 km², com população de 32.336 habitantes e densidade demográfica de 24,37 hab./km² (IBGE, 2010). Limita-se ao Norte com o município de Una, a Noroeste com Santa Luzia, ao Sul com Belmonte, a Oeste com Mascote e ao Leste com o Oceano Atlântico, sendo que a sede do município dista em linha reta cerca 380 km da capital do estado e se encontra localizada na latitude Sul de 15°40'40", e longitude Oeste de Greenwich de 38°56'56".

No que se refere à divisão administrativa do seu território, atualmente o município de Canavieiras possui três distritos: o distrito Sede, o distrito de Ouricana e o distrito de Puxim do Sul, além de diversos pequenos povoados, como Era Nova, Estreito, Hermelândia, Lagos, Oiticica, Pedra Alta, Perelândia e Pimenteiras. O perímetro urbano do distrito Sede mede em torno de 3,9 km², e sua população, conforme contagem de 2007, era de 28.461 habitantes, representando 77,8% da população municipal. O distrito de Puxim do Sul, situado às margens da rodovia BA-001, no trecho Canavieiras-Una, dista da cidade de Canavieiras cerca de 30 km por intermédio da rodovia, e sua população, conforme contagem de 2007, somava 2.346 habitantes, representando 7,4% da população municipal. Já o distrito de Ouricana dista da cidade de Canavieiras em torno de 19 km, e sua população, conforme contagem de 2007, era de 4.846 habitantes, representando 13,6% da população municipal (FERNANDES et al., 2008).

O clima do município de Canavieiras é úmido e úmido a subúmido (SEI, 1998 apud NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009), sendo a temperatura média anual predominante de 24,5 °C, sendo a média das máximas 31 °C e a média das mínimas 18 °C, e uma pluviosidade média anual registrada de até 1.806,5 mm (DURVAL FILHO, 1983; NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009).

A geologia do município se caracteriza por apresentar Sedimentos Litorâneos – Depósitos Quaternários Pleistocênicos e Holocênicos e a Formação Barreiras do Terciário – e de rochas do Complexo Gnáissico-Granítico, composto por biotita muscovita gnaisses e biotita gnaisses migmatíticos, bandados e quartzito, do Arqueano/Proterozóico Inferior (DOMINGUEZ; BITTENCOURT; MARTIN, 2000,

apud DOMINGUEZ; SILVA, 2010). E a sua Geomorfologia apresenta Planícies Costeiras, tabuleiros e serras (DOMINGUEZ; SILVA, 2010).

Dentro do território municipal correm diversos rios, como o rio Pardo (sendo este o principal, tendo sua nascente no estado de Minas Gerais), o rio Salsa, o rio Cipó, o rio Patipe e o rio Jacaré. Na sua faixa litorânea, o município de Canavieiras apresenta mais de 50 km de praias, com a presença de diversas ilhas. Este município ainda detém um estuário com cerca de 50 km (MMA; FNMA; PANGEA, 2003) e uma formação deltaica: do rio Pardo (Canavieiras) e Jequitinhonha (Belmonte).

Os principais domínios florestais do município são: Floresta Ombrófila Densa, Campo de Mussununga, Manguezal, Restinga, Vegetação de Brejo/Pântano (DOMINGUEZ; SILVA, 2010) - vegetação típica remanescente de Mata Atlântica, e Mata Cabruca.

Há ainda, na faixa litorânea, áreas de coqueirais e extensas áreas contínuas de manguezais com mais de 8.000 hectares, uma das maiores áreas contínuas desse ecossistema no estado da Bahia.

3. 2. Objeto de estudo

A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras foi criada pelo Decreto Federal de 5 de junho de 2006, e possui uma área de 100.645,85 hectares (ha), abrangendo o litoral do município de Canavieiras, e pequenas porções dos litorais dos municípios de Una (Ilha de Comandatuba) e de Belmonte, este representado por um trecho da margem do rio Jequitinhonha, próximo a sua foz (Figura 2).

Conforme o memorial descritivo que compõe o decreto de criação dessa reserva, de sua área total, em torno de 5,5 mil ha são de terra firme; 15,5 mil ha são de manguezais, rios e barras; e 79 mil ha de mar. Sendo que a terra firme é representada apenas por partes das ilhas de Atalaia, Comandatuba e do Peso e pela totalidade das ilhas de Barra Velha, Vera Cruz e outras menores (TABU, 2006).

Segundo Ribeiro (2007), a área abrangida por essa reserva é representada por: área marinha (83.332,23 ha), restinga (4.849,62 ha), manguezal (7.892,05 ha), praia (378,14 ha), estuário (2.526,07 ha), e rios e áreas úmidas (1.667,74 ha). Sendo que do total, 17% da reserva corresponde à área continental (os domínios dos ecossistemas restinga, praia, estuário, manguezal e área úmida); e os 83%

restantes correspondem ao ecossistema marinho. No mapa oficial da RESEX de Canavieiras, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, apresentam-se discriminadas: Área Úmida, Manguezal, Mar, Praia e Restinga.

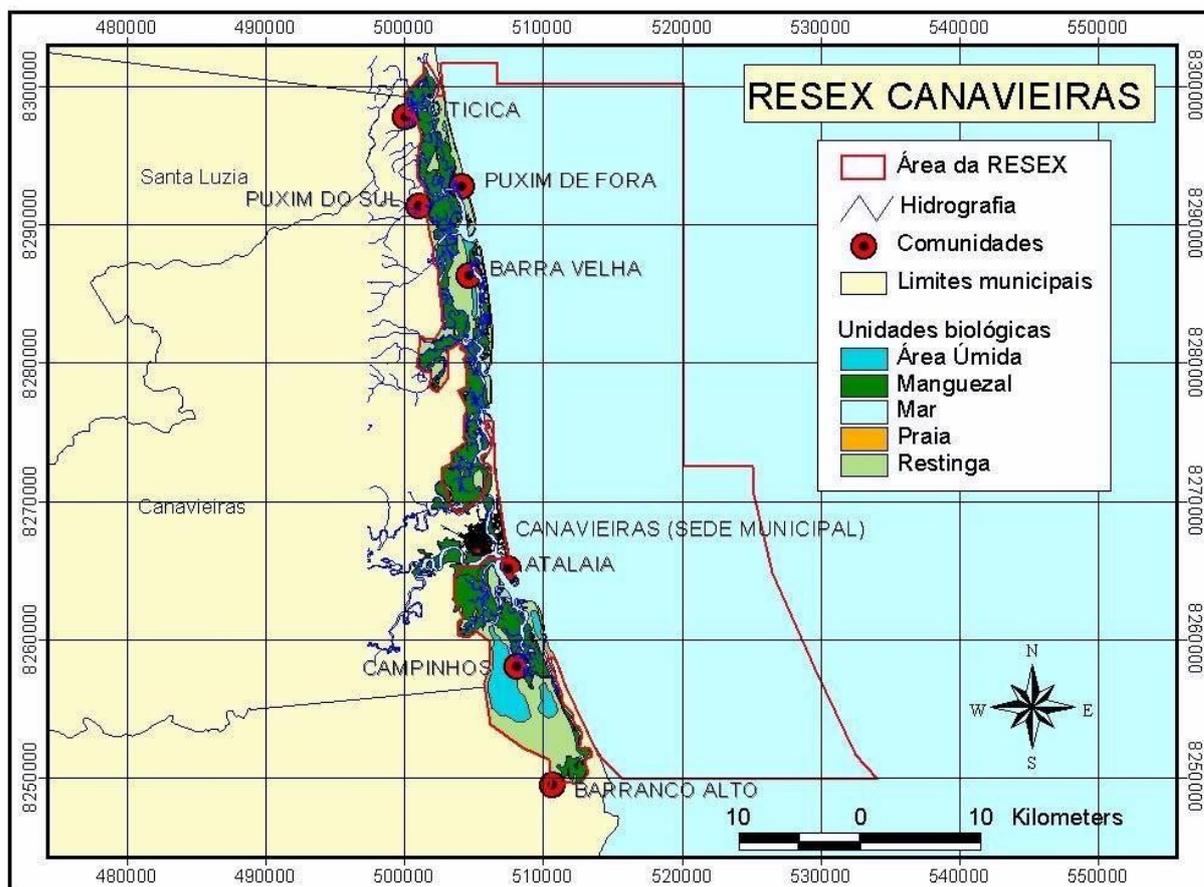


Figura 2 – Área de abrangência da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Sete núcleos/comunidades tradicionais do município de Canavieiras são beneficiados diretamente com a criação da reserva: Oiticica, Puxim do Sul, Puxim de Fora, Barra Velha, Canavieiras (Sede Municipal), Atalaia e Campinhos; e uma comunidade no município de Belmonte, a de Barranco Alto.

3. 3. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa realizou-se a partir dos procedimentos descritos a seguir, contemplados em quatro etapas:

1) Primeira etapa referente ao objetivo: Traçar aspectos do histórico de ocupação do município de Canavieiras e de sua socioeconomia antes da criação da Reserva e como isso pode ter servido de apelo para a criação da mesma

Para traçar aspectos do histórico de ocupação do município de Canavieiras foi feito levantamento de material bibliográfico e documental impresso e disponível na Internet (livros, artigos de jornais e de revistas, trabalhos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), e também informações extraídas do site Biblioteca IBGE. Como tratamento, as informações foram analisadas e sintetizadas, possibilitando assim traçar aspectos de como se deu o processo de ocupação do referido município.

Com a finalidade de caracterizar aspectos da socioeconomia do município de Canavieiras foi feita pesquisa bibliográfica e coleta de dados secundários de natureza socioeconômica junto ao IBGE, a SEI, ao Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro, além de visita ao escritório da Bahia Pesca em Canavieiras. Para melhor análise dos dados em um período de tempo recente, anterior à criação da Reserva Extrativista Marinha, foi adotado o recorte temporal correspondente ao período 1980 a 2005/6, ou recortes menores dentro desse período, conforme dados disponíveis.

Os dados coletados foram os referentes à: efetivo de rebanhos, dando-se ênfase ao rebanho bovino; produção de origem animal; utilização das terras com lavouras; uso das terras dos estabelecimentos agropecuários; pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários; e evolução da cacauicultura e da população municipal. Apresentaram-se ainda alguns indicadores socioeconômicos do município: estrutura etária (em 1991 e 2000); nível educacional (em 1991 e 2000); porcentagem da renda apropriada por extratos da população (em 1991 e 2000); taxa de ocupação e desocupação (ano 2000); grau de formalidade e informalidade na

ocupação (ano 2000); valor do rendimento médio e mediano do trabalho (ano 2000); família com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (ano 2000); índice de desenvolvimento humano - educação, longevidade e renda – (em 1991 e 2000); produto interno bruto (de 1999 a 2006); participação percentual do PIB de Canavieiras no PIB da Região Litoral Sul (de 1999 a 2006); estrutura setorial do PIB-M (em 2002 e 2005) e PIB *Per Capta* (em 2002 e 2005). Foi feito ainda levantamento e descrição de algumas atividades econômicas que vem sendo desenvolvidas no município, consideradas relevantes, cujas fontes de informação foram: pesquisa bibliográfica e visita de campo ao escritório local da Bahia Pesca na cidade de Canavieiras.

Como tratamento dos dados e informações, construiu-se gráficos, quadros e tabelas. A análise desses gráficos, quadros e tabelas, associados ao levantado nas fontes bibliográficas, permitiram caracterizar aspectos da socioeconomia do município de Canavieiras, bem como transformações econômicas que esse município passou e as suas implicações para a evolução da população, e para a organização da mesma no espaço.

2) Segunda etapa referente ao objetivo: Fazer um histórico da criação da Reserva

Foi feita pesquisa documental na sede do ICMBio/RESEX Canavieiras, cuja sede se encontra localizada na cidade de Canavieiras, entre os meses de setembro a novembro de 2010, através de acesso aos volumes 1, 2, 3 e 4 do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, e ao livro das atas relativas às três primeiras reuniões, da Audiência Pública e da Consulta Pública – acesso permitido apenas dentro daquele recinto. Ainda foi feita pesquisa em outras fontes, a exemplo de jornais e sites (Jornal TABU, site Araponga online, resexcanavieiras, resexweb), além de diálogos com pessoas da comunidade. As informações daí obtidas permitiram traçar o histórico de criação da Reserva Extrativista.

3) Terceira etapa referente ao objetivo: Caracterizar a Reserva Extrativista

Para caracterização da Reserva Extrativista fez-se levantamento de dados e informações no Plano de Manejo da RESEX (em construção), e em outras fontes bibliográficas e documentais.

Como caracterização da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras apresentou-se: principais entidades/associações ligadas à pesca em Canavieiras participantes da RESEX; número estimado de pescadores e marisqueiros em atividade no município de Canavieiras; composição da frota de barcos do município de Canavieiras; população das comunidades dentro da Reserva antes e após a sua criação; base econômica das comunidades; e questão fundiária: se a RESEX foi criada somente em terras da União.

4) Quarta etapa referente ao objetivo: Analisar as transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras tendo a RESEX como fator de influência.

Primeiramente fez-se levantamento bibliográfico e documental, além de levantamento de dados secundários junto ao IBGE, permitindo fazer breve apanhado sobre transformações socioambientais que o município de Canavieiras passou no transcurso de sua história.

Na sequência, levantou-se um conjunto de impactos negativos que vinham ocorrendo, e que foram identificados, sobretudo antes da criação da Reserva, tanto na área que passou a ser abrangida por essa Unidade de Conservação quanto em suas adjacências, conforme o elencado no mapeamento dos Conflitos Socioambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede Manguemar Bahia (s. d.), e o descrito por Machado (2007), a partir do constatado em sua visita de campo à área, empreendida em 2006. Ainda foi feita pesquisa em outras fontes documentais, a exemplo de jornais e sites (Jornal TABU, site Araponga online, resexcanavieiras, resexweb), além de diálogos com pessoas da comunidade. As informações daí obtidas permitiram identificar conflitos de interesses no transcurso do processo de criação e de implantação da Reserva Extrativista.

Para análise, propriamente dita, das transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras, fez-se levantamento de informações em fontes documentais e junto a Assessoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Canavieiras e representantes da Administração do ICMBio/RESEX Canavieiras, além de observações *in loco* em algumas áreas específicas. Tais informações permitiram, até certo ponto, fazer uma breve análise de transformações socioambientais ocorridas no município de Canavieiras; sendo que, nessa breve

análise, levaram-se em consideração as dimensões ecológica, espacial, cultural, e socioeconômica.

Por fim, construiu-se um mapa de uso do solo da área da RESEX e de suas adjacências, acompanhado de respectiva tabela, especificando as classes de uso do solo, a extensão de cada classe, sua representação percentual tanto dentro da RESEX quanto em suas adjacências, bem como a localização das fazendas de carcinicultura e dos *resorts* projetados se instalarem no litoral do município, objetos de conflitos para com a RESEX.

O mapa de uso e ocupação da área da RESEX e adjacências foi elaborado com base em imagem de satélite Geoeye do ano de 2009, já georreferenciada para a área de estudo. A partir desta imagem, foram extraídas assinaturas espectrais das diferentes classes de uso do solo (restingas, área urbana, mangue e áreas úmidas) com uso do software Erdas imagine 9.2, na qual foram coletadas 15 amostras espectrais para cada classe. A partir do banco de dados de assinatura e imagem de satélite foi possível gerar uma classificação das classes de uso presentes na imagem. Este procedimento foi realizado com uso da ferramenta de classificação supervisionada, no qual o método empregado foi o de verossimilhança. Após a classificação da imagem, gerou-se um novo arquivo com distinção entre as classes mapeadas, porém, devido as classes apresentar assinaturas espectrais semelhantes, as áreas que apresentaram erros no resultado da classificação foram corrigidas com uso da ferramenta raster editor do ArcGis 9.3, a qual permite mudanças do pixels para a classe correta.

4. MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS

4. 1. Histórico de ocupação

À época da colonização do território da capitania de Ilhéus, as extensões de terras as quais deram origem ao município de Canavieiras encontravam-se localizadas ao sul do território pertencente à vila de São Jorge dos Ilhéus (sede da capitania), e fazia parte dela.

Campos (2006, apud REIS, 2006) deixa entender que já por volta de 1610 naus aportavam na barra do rio Patipe (Pardo) para carregar pau-brasil, e corsários franceses dali aproveitavam para sair e atacar navios na costa. Não obstante, segundo indícios, o processo inicial que configuraria o marco da colonização das porções de terras as quais originaram o município de Canavieiras se deu entre fins do século XVII e início do século XVIII.

Isso se deu quando um grupo de aventureiros se deslocou da sede para o sul da vila de Ilhéus, em função de conflitos com o elemento indígena e à procura de novas terras para os seus plantios. Desse grupo, alguns ficaram em Una (antiga), outros em Comandatuba, e o restante se fixou na localidade que deu origem ao povoado de Puxim (FRANÇA FILHO, 2009).

No pequeno povoado de Puxim, os seus habitantes, a partir da relação com o meio natural, foram construindo o seu ambiente de vida e explorando a natureza para atender a realidade do contexto no qual estavam inseridos. Dessa relação, retiravam o necessário para o seu abrigo, também se dedicaram ao cultivo de mandioca, coco, cana-de-açúcar, além da extração de madeira de lei e à pesca artesanal (id., op. cit.).

Esse povoado aos poucos foi crescendo porque outras pessoas foram se agregando ao mesmo. De igual forma outros agrupamentos humanos também se formaram ao longo da faixa costeira, como a Juliana, o Patipe, o Porto do Mato, a Embuquinha, Curuanhas (de onde se extraía muita madeira). Alguns desses agrupamentos humanos tiveram vida efêmera, influenciado grandemente pelos constantes ataques dos indígenas.

A criação de freguesias ao longo da costa fazia parte da política vigente. Devido à importância alcançada, em 11 de abril de 1718 o povoado de Puxim foi

elevado à categoria de freguesia, a Freguesia de São Boaventura do Puxim, com a criação da paróquia (CAMPOS, op. cit.; FRANÇA FILHO, op. cit.).

Cerca de quarenta anos após a fixação dos primeiros colonos em Puxim, em função dos ataques dos indígenas muitos dos seus moradores se deslocaram, pelo litoral, no sentido sul, e por também saberem que mais ao sul havia melhores condições para desenvolverem seus plantios. De igual forma, alguns moradores dos outros agrupamentos humanos se deslocaram nesse sentido, e se fixaram, juntamente com aqueles, em frente à barra do rio Pardo (Embucagrande). Poucos moradores permaneceram em Puxim, e posteriormente o abandonaram, e alguns dos pequenos agrupamentos humanos com o tempo deixaram de existir (DURVAL FILHO, 1983; FRANÇA FILHO, 2009).

A povoação que se desenvolveu em frente à barra do rio Pardo recebeu a denominação de Canavieiras. Isto em função da atividade ³canavieira nela presente, ou em função da junção do nome da atividade “canavieira” mais o sobrenome de uma importante família que possuía destacados canaviais na povoação: os “Vieiras”. Esta última versão, contudo, é amplamente questionada por Costa (1963), sendo que o mesmo aceita como mais provável a primeira versão.

No ano de 1746 o primeiro pé de cacau foi plantado na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, propriedade do senhor Antônio Dias Ribeiro, próxima ao povoado de Canavieiras, cujas sementes teriam sido enviadas do Pará pelo botânico franco-suíço Louis Frederic Warneaux (CEPLAC, 1982). Contudo, inicialmente esta atividade não se desenvolveu.

Devido ao fato de a colonização da capitania de Ilhéus e a de Porto Seguro (localizada ao sul daquela) não terem alcançado o sucesso almejado para ambas, em 1761 foram compradas pela Coroa Portuguesa e incorporadas à capitania da Bahia, passando, por conseguinte, a assumir a função de abastecedoras de alimentos do Recôncavo e de outras capitanias (SEI, 1992). O povoado de Canavieiras, conquanto ainda fazendo parte da vila de Ilhéus, foi agregado juntamente com esta à capitania da Bahia.

Conforme dados apresentados em SEI (1992), no ano de 1775 a capitania da Bahia apresentava uma população de 178.886 habitantes, sendo que desse total

³ Lavoura baseada na plantação da cana-de-açúcar, que era praticada, conforme salienta Alcides Costa em seu livro “Canavieiras Sua História e Sua Gente”, “com a finalidade do preparo tanto do açúcar quanto da rapadura, e que eram consumidos pela população, e cujas sobras eram exportadas para o estrangeiro, através dos “brigues””.

Puxim (entende-se aqui a Freguesia de São Boaventura do Puxim) possuía 623 habitantes.

O cacau, cujo primeiro pé tinha sido plantado em Canavieiras, dos poucos exemplares que teriam vicejado, algumas sementes teriam sido colhidas e levadas para a sede da vila de São Jorge dos Ilhéus (no atual município de Ilhéus), em 1752, e deram início a algumas pequenas roças (CEPLAC, 1982), ou em 1783, e a partir desta, posteriormente, se espalhou pelo restante da região. No início a produção ficou em torno de 75 toneladas, contudo, cerca de 15 anos depois a mesma aumentara quatro vezes (CAMPOS, 1981, apud SEI, 1992).

Como o povoado de Canavieiras foi crescendo em número de habitantes, contudo não se desenvolvendo socioeconomicamente, ou seja, não representando benefícios para a vila de Ilhéus, no ano de 1812 Ilhéus já apresentava o intento de que a povoação de Canavieiras fosse elevada a condição de vila e tivesse sua autonomia administrativa. Até o ano de 1829 o principal produto de Canavieiras era a madeira, e em pequena quantidade tinha-se ainda a farinha de mandioca, o arroz, o milho e o feijão (CAMPOS, 1981, apud SEI, 1992; REIS, 2006).

Esse intento de Ilhéus em emancipar Canavieiras concretizou-se a 13 de dezembro de 1832, através de ato do governo da Província da Bahia, quando o povoado foi elevado à condição de vila, obtendo a sua autonomia político-administrativa (REIS, 2003). Sendo que o recém-criado município de Canavieiras ficou tendo como sede a localidade às margens do rio Pardo, no centro da atual cidade de Canavieiras, e que congregava a povoação. Nesse momento, o povoado contava com uma população estimada em cerca de dois mil habitantes (REIS, 2003).

O território do então criado município de Canavieiras, segundo Reis (2006, p. 6), “limitava-se ao norte com a vila de Ilhéus, no rio Aqui [...], ao sul com a antiga capitania de Porto Seguro pelo limite histórico que foi o rio Jequitinhonha, até encontrar a província de Minas Gerais”.

Conquanto criado em 1832, a emancipação político-administrativa do município de Canavieiras vai se efetivar com a instalação e aclamação da Vila, em 1833, e com a instalação da câmara de vereadores, em 1834 (REIS, 2006).

Embora possuindo autonomia político-administrativa, a Imperial Vila de Canavieiras continuou fazendo parte da comarca de Ilhéus, indo posteriormente fazer parte da comarca de Porto Seguro, e depois volta a fazer parte da comarca de

Ilhéus, até ser criada a sua comarca própria. Segundo Fernandes et al. (2008, p. 90),

Em 1842 a Vila de Canavieiras foi desmembrada da Comarca de Ilhéus e foi anexada à de Porto Seguro. A 20 de maio de 1873, por resolução Provincial nº1311, foi criada a Comarca de Canavieiras, que abrangia inicialmente os termos de Canavieiras e Belmonte, havendo sido instalada a 8 de novembro de 1874.

4. 1. 1. Expansão da cacauicultura e interiorização do povoamento

O período compreendido entre os anos de 1851 a 1960 representou para a Região Sul da Bahia um novo sentido para a sua economia, pois nesse período se espalhou e se consolidou na região, primeiramente, o cacau, e em seguida, e a partir de então concomitantemente, a pecuária (SEI, 1992) - a qual contribuiu substancialmente para acelerar o processo de devastação da mata, sobretudo na porção norte da região.

A cacauicultura, em seu segundo período de expansão na região, a partir de 1860, com a introdução de uma variedade mais resistente de cacau conhecida como “forasteiro”, passa a significar um processo de interiorização do povoamento, desbravamento das matas e um processo de afirmação dessa atividade econômica na região (FRANÇA FILHO, 2009).

Percorrendo no município de Canavieiras inicialmente as margens dos rios, sobretudo do rio Pardo e do rio Salsa, o que veio contribuir grandemente para a retirada de parte das matas ciliares desses rios, tornando-os mais susceptíveis a sofrer erosão e transbordamento de suas águas. Posteriormente, essa atividade vai adentrando mais a floresta e aumentando a sua escala de interiorização (CEPLAC, 1982; SEI, 1992).

No entanto, somente por volta de 1872, somando-se aos produtos desenvolvidos (madeira, farinha de mandioca, arroz, milho e feijão), é que o cacau passa a constar das atividades econômicas do município de Canavieiras, embora ainda de forma pouco expressiva; e, também por esse período, a piaçaba; sendo que o extrativismo vegetal da madeira, sobretudo do pau-brasil, e, conjuntamente, o de essências florestais, foram as principais atividades econômicas do município (REIS, 2006).

França Filho (2009) apresenta que essa expansão da lavoura cacauieira contribuiu para alterar os costumes e os valores da Comarca e do município de

Canavieiras, sendo que esse desbravamento do interior da floresta possibilitou que na região se formasse uma espécie de aristocracia rural importante para o desenvolvimento regional. Sendo que desse desbravador posteriormente vai aparecer a figura do coronel do cacau ou da mineração, influente nas povoações que surgiram, representando poder político e socioeconômico.

Contudo, antes que o cacau viesse a ascender e significar o principal produto econômico do município de Canavieiras contribuindo para o seu desenvolvimento, enquanto a Imperial Vila de Canavieiras passava dificuldades socioeconômicas, em 1882 é descoberta na região do Salobro, no interior do território do município, uma mina de diamantes. Esses diamantes começam a ser extraídos e comercializados, dando início à atividade mineradora, a partir de 1883, perdurando em escala ascendente por cerca de uma década, quando então passa a declinar (REIS, 2006).

A atividade mineradora de diamantes contribuiu para algumas alterações na realidade municipal: fluxo migratório de pessoas de outros lugares da região, de outras regiões do estado da Bahia e do estado de Sergipe para essa localidade em busca de riquezas; aumento no fluxo de capitais circulando em Canavieiras; surgimento de um povoado a partir da fazenda Boa Vista do Jacarandá, cujo comércio se desenvolveu e se tornou o mais importante do interior do município.

Além dessas alterações, dentro do referido período ocorreram alguns outros acontecimentos importantes para o município de Canavieiras: 1) No ano de 1890 o município de Canavieiras sofreu desmembramento de território originando o município de Una (Quadro 1 e Figura 3). Esse ato, no entanto, foi anulado e Una voltou a ser reanexado ao território de Canavieiras. Conforme dados contidos em SEI (1992), no ano de 1890 o município de Canavieiras possuía uma população que somava 4.185 habitantes. 2) No dia 25 de maio do ano de 1891 a sede do município de Canavieiras é elevada à categoria de cidade, ou seja, a antiga vila é oficialmente transformada em cidade – sendo que em 1889 o Brasil havia mudado de sistema de governo de imperial para o republicano, conseqüentemente mudando algumas terminologias empregadas na designação administrativa de espaços dentro do território nacional (entes da federação).

Quadro 1 - Síntese dos municípios que se desmembraram de Canavieiras e ano do desmembramento, re-incorporação e re-desmembramento.

Nome do Município	Ano do desmembramento	Ano de re-incorporação ao território municipal	Ano do re-desmembramento
⁴ Una	1890	-	1924
Potiraguá	1953	1956	1958
Camacã	1961		
⁵ Pau Brasil	1962		
Mascote	1962		
Santa Luzia	1985		

Fonte: Biblioteca IBGE.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/canavieiras.pdf>

Acesso em: 17 out. 2010.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

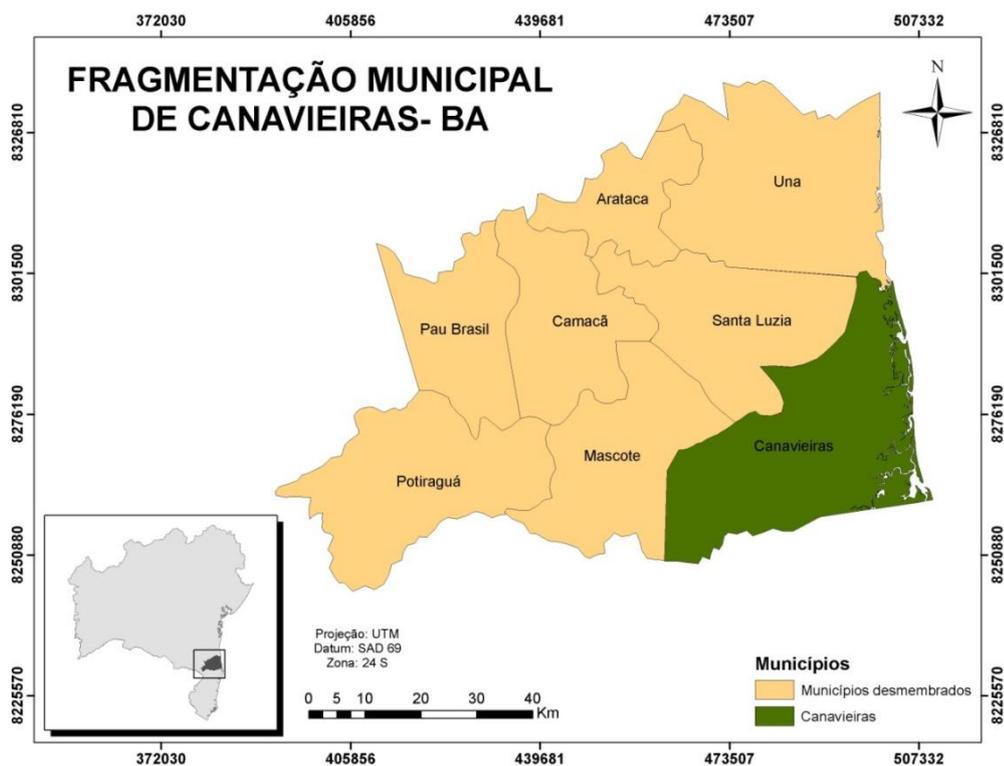


Figura 3 – Evolução municipal de Canavieiras.

Elaboração: AGUIAR, Paulo César B.; SOUZA, Cristiano Marcelo (2011).

⁴ É interessante pontuar que o município de Arataca vai ser criado, em 1985, a partir de desmembramento de território do município de Una.

⁵ Conforme a Lei Estadual Nº 1.681 de 18 de abril de 1962, o Município de Pau Brasil foi criado através de desmembramento do de Camacã – ficando seu território sob a administração de Camacã até 07 de abril de 1963, e este sob a de Canavieiras (Conferir nota de rodapé da página 35).

4. 1. 2. Afirmação da cacauicultura como principal atividade econômica: sua influência na realidade municipal

A partir do declínio da atividade mineradora de diamantes no município de Canavieiras, conforme salienta Reis (2006), uma grande concentração de braços e capitais foram deslocados dessa atividade para a atividade cacauicultura que passa a ter maior desenvolvimento.

Entre fins do século XIX e início do século XX a cacauicultura se torna a principal atividade econômica do município, além de passar a concentrar a maior parcela da mão-de-obra municipal disponível. Também no transcorrer do século XX a cacauicultura contribuiu para o surgimento/ ou desenvolvimento de alguns povoados dentro do território municipal. Alguns desses povoados se tornaram distritos, e alguns desses distritos, após mudanças no nome e na configuração territorial, se tornaram municípios (embora outros fatores conjugados tenham contribuído para isso).

No âmbito do estado da Bahia o cacau passa a ser o principal produto de exportação em 1903, superando o café que era até o momento o seu principal produto de exportação, sendo que em 1905 o cacau já dava uma parcela de contribuição de aproximadamente 19% de sua renda tributária (CEPLAC, 1982).

Já no município de Canavieiras, com as enchentes ocorridas em 1914 e 1919 no rio Pardo, e a estiagem ocorrida entre 1921 e 1922, que veio contribuir para arrasar a cacauicultura nesse município (CEPLAC, 1982), as rendas advindas para o mesmo em função dessa atividade declinaram.

No que se refere à configuração administrativa do seu território, no dia 02 de agosto do ano de 1924 o município de Canavieiras sofreu desmembramento de território, originando oficial e definitivamente o município de Una (Quadro 1, p. 32).

A partir de 1927, mas, sobretudo, a partir de 1929, a cacauicultura e seus produtores, e, por extensão, o próprio estado da Bahia, sofreram significativas perdas, devido, grandemente, à baixa de preços em nível internacional, que teve na quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (Estados Unidos), em 1929, um grande contribuinte (CEPLAC, 1982).

Segundo Nascimento; Dominguez e Silva (2009, p.12)

Do ponto de vista regional, a marca para o desenvolvimento da cultura cacauicultura deu-se, entre 1931 e 1934, com o escoamento da produção, após a implantação da linha ferroviária que interligava centros produtores como

Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Itajuípe e a construção das rodovias entre Itabuna e Buerarema, em 1930, e entre Itapebi e o porto fluvial do Jequitinhonha, em 1941.

Por volta de 1940 a 1950 as funções comerciais e de serviços desempenhadas pelos centros urbanos regionais levaram a um processo de hierarquização dos mesmos, e, a partir de sua importância no contexto regional, teria se formado uma rede urbana (SEI, 1992). E no nível populacional, no mesmo período, conforme SEI (Ibidem), poder-se-ia identificar quatro classes de núcleos urbanos: na primeira classe estariam enquadrados os núcleos urbanos com menos de dois mil habitantes; Canavieiras, não obstante, estaria enquadrado na terceira classe; sendo superado pela quarta classe que incluíam apenas Ilhéus e Itabuna, e que possuíam as maiores populações.

No contexto regional, a década de 1950 significou perdas no que se refere à cacauicultura, pois, em âmbito nacional, a política do governo federal de privilegiar a industrialização do Sudeste do país não propiciou o investimento na melhoria das lavouras de cacau. Soma-se a isso o fato de que, no final dessa década e meados da década seguinte, 1957 e 1964/65, a cacauicultura sofre a sua segunda grande crise, influenciada por fatores internacionais, em especial pela expansão desta atividade em outras partes do mundo, sobretudo nas colônias inglesas e francesas na África (CEPLAC, 1982; NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009).

Dentro da década de 1950, o município de Canavieiras sofreu nova variação na configuração administrativa do seu território. No ano de 1953 o distrito de ⁶Potiraguá (importante no desenvolvimento da pecuária) é desmembrado do território do município de Canavieiras e elevado a condição de município. No ano de 1956, contudo, o município de Potiraguá deixa de existir e é novamente incorporado ao território de Canavieiras. E em 1958 Potiraguá é novamente desmembrado e volta à condição de município (Quadro 1, p. 32).

No período entre os anos de 1940 a 1960 a tendência da produção de cacau do município de Canavieiras foi de crescimento. Sendo que em 1960 o município apresentou a maior produção de cacau de sua história, com 14.874 toneladas (IBGE, 2006, 2008^a). É importante frisar que no referido ano Camacan, Pau Brasil e Mascote ainda não haviam se emancipado de Canavieiras, originando os

⁶ Distrito criado pelo decreto-lei estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, com o nome de Natal, e que permaneceu com esse nome até o ano de 1943, quando passa a se chamar Potiraguá, conforme decreto-lei estadual nº 141, de 31 de dezembro do referido ano (BIBLIOTECA IBGE, s. d.).

respectivos municípios, o que só vai acontecer nos dois anos subseqüentes. Sendo assim, toda a produção de cacau desses distritos constava ainda como sendo de Canavieiras.

Também segundo Mascarenhas (2004), a partir da década de 1960 a cacauicultura sofreu incrementos positivos da sua produtividade na Bahia, propiciado pelos trabalhos da CEPLAC e por uma conjuntura internacional de elevações de preços na segunda metade da década seguinte.

Dentro da década de 1960, em apenas dois anos o município de Canavieiras sofreu novos desmembramentos de território, originando novos municípios (Quadro 1, p. 32). Em 1961 o distrito de ⁷Camacã é desmembrado do território de Canavieiras, dando origem ao município de ⁸Camacan; em 1962 o distrito de ⁹Pau Brasil é desmembrado, dando origem ao município de ¹⁰Pau Brasil; e nesse mesmo ano de 1962 o distrito de ¹¹Mascote é desmembrado do território de Canavieiras dando origem ao município de Mascote.

Segundo Santos (2003), em 1960 ocorre o implemento em mar aberto do porto em Ilhéus. Por um lado isso foi substancialmente importante para o escoamento da produção regional; e a criação do Distrito Industrial de Ilhéus, em 1973, e, posteriormente, o de Itabuna, e também a abertura da BA-001, o foram para firmar Ilhéus e Itabuna como centro regional; por outro lado, contribuiu para a perda de importância do porto de Canavieiras.

No ano de 1970 a produção de cacau do município de Canavieiras apresentou um declínio substancial se comparado com os anos de 1950 e 1960,

⁷ Distrito criado pelo decreto-lei estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, com o nome de Vargito, e que permanecera com esse nome até o ano de 1953, quando passa a se chamar Camacã, conforme lei estadual nº 628, de 30 de dezembro do referido ano (BIBLIOTECA IBGE, s. d.).

⁸ Segundo a lei estadual nº 1.465, de 31 de agosto de 1961, a instalação do Município de Camacan efetivar-se-ia a 7 de abril de 1963, ficando o seu território, até a data, sob a administração do Município de Canavieiras. Disponível em: http://www.camacan.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=34&layout=blog&Itemid=135

⁹ Distrito que até o ano de 1953 era o povoado de Santa Rosa e pertencia ao distrito de Vargito. O distrito de Pau Brasil (ex-povoado de Santa Rosa) foi criado com terras desmembradas do distrito de Vargito, conforme lei estadual nº 628, de 30 de dezembro 1953 (BIBLIOTECA IBGE, s. d.)

¹⁰ Conforme consta na lei estadual Nº 1.681, de 18 de abril de 1962, o Município de Pau Brasil foi criado através de desmembramento do de Camacã – ficando seu território sob a administração de Camacã até 07 de abril de 1963, período no qual, segundo a lei estadual nº 1.465, de 31 de agosto de 1961, o território do Município de Camacan deveria estar sob a administração do Município de Canavieiras. Disponível em: [http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leiordec1960/leiordec1962/leiordec1962abr/lo19621681.xml?fn=document-frame.htm\\$f=templates\\$3.0](http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leiordec1960/leiordec1962/leiordec1962abr/lo19621681.xml?fn=document-frame.htm$f=templates$3.0).

¹¹ O Distrito de Mascote foi criado pelo decreto-lei estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938 (BIBLIOTECA IBGE, s. d.).

para se soerguer novamente na década seguinte. A produção de cacau do município de Canavieiras em 1970 foi de 6.040 toneladas, e no ano de 1950 e de 1960 tinha sido, respectivamente, de 13.159 toneladas e 14.874 toneladas (IBGE, 2006, 2008^a). Esse declínio da produção de cacau no município de Canavieiras no ano de 1970 pode estar diretamente relacionado com as perdas, na década de 1960, dos distritos de Camacã, Pau Brasil e Mascote, que eram importantes produtores. Não obstante, nesse mesmo período, a população municipal, cuja maior parcela se encontrava distribuída no espaço rural, apresentou uma tendência de contínuo crescimento – mesmo depois das fragmentações territoriais.

4. 2. Característica socioeconômica: Recorte temporal de 1980 a 2005/6

No transcurso do século XX, o sustentáculo da economia do município de Canavieiras foi a agropecuária, sendo que a sua principal atividade econômica foi a cacauicultura. Contudo, no referido século, essa atividade econômica sofreu várias oscilações, influenciado tanto por fatores internos ao município quanto externos (regional, estadual, nacional ou mesmo internacional). Já no âmbito da pecuária, no referido século, o efetivo bovino municipal teve pouca expressividade no contexto regional. Embora as áreas do município de Canavieiras ocupadas com pastagens tenham aumentado entre 1960 e 1990, e entre 1990 e 2005. Já as áreas ocupadas com a cacauicultura aumentaram entre 1960 e 1990, e diminuíram entre 1990 e 2005 (período de declínio da cacauicultura influenciado pela *vassoura-de-bruxa*).

Segundo Nascimento e Dominguez (2010), em 1960 as áreas de pastagens ocupavam 14.870 hectares (10,8%) das terras do município de Canavieiras; em 1990, as pastagens já ocupavam 34.480 hectares (25,1%); e em 2005, as pastagens chegavam a 54.300 hectares (39,5%) das terras do município – em muitos casos substituindo antigas áreas ocupadas com cacau

Já as áreas ocupadas com cacau, em 1960, estavam em torno de 8% das terras do município; em 1990, as áreas plantadas com cacau ocupavam 14.200 ha (10,3%) das terras do município; e em 2005, as áreas plantadas com cacau haviam reduzido para 13.800 ha (10%) das terras do município (NASCIMENTO, 2007, apud NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009).

Adotar-se-á, a partir daqui, o recorte temporal de 1980 a 2005/6, ou recortes menores dentro desse período, na apresentação de aspectos da socioeconomia do

município de Canavieiras, para melhor análise dos dados num período de tempo recente, anterior à criação da RESEX Marinha de Canavieiras.

4. 2. 1. Efetivo de rebanho e produção de origem animal, de 1980 a 2005 - IBGE

Entre os anos de 1980 a 2005, conforme dados da pesquisa pecuária municipal, os tipos de rebanhos em Canavieiras, registrados pelo IBGE com algum dado, foram: rebanho bovino, rebanho equino, rebanho bubalino, rebanho asinino, rebanho muar, rebanho suíno, rebanho caprino, rebanho ovino, galo, frangas, frangos e pinto, galinhas e codorna (Tabela 1). Desses rebanhos, dentre os discriminados individualmente, a partir do ano de 1981 o maior em número de efetivo e o mais importante foi o bovino.

Tabela 1 – Efetivo de rebanhos do município de Canavieiras, de 1980 a 2005

Efetivo de rebanhos									
Ano	Tipo de rebanho								
	Bovino	Eqüino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Ovino	Galo, Frangas, Frangos e Pinto	Galinhas
1980	8.500	700	500	400	2.420	697	100	-	8.791
1981	8.151	500	800	400	2.000	398	150	10.000	3.000
1982	8.340	480	1.200	300	2.200	338	100	10.500	3.200
1983	8.481	500	1.320	334	2.238	3.503	98	10.491	3.337
1984	8.527	512	1.332	342	2.220	3.423	92	10.590	3.400
1985	8.706	500	1.341	363	2.230	3.665	90	10.600	3.391
1986	9.039	316	1.206	278	1.341	1.483	98	6.917	2.466
1987	9.057	321	1.238	292	1.343	3.545	90	7.001	2.601
1988	9.810	340	1.200	300	1.400	3.750	100	7.300	2.800
1989	10.520	433	980	320	1.350	4.010	160	7.750	2.986
1990	9.600	400	800	260	1.400	3.630	200	8.500	3.300
1991	9.800	420	830	300	1.500	3.700	320	8.800	3.500
1992	10.100	400	700	200	2.000	4.400	400	8.900	4.000
1993	9.800	380	500	170	1.800	4.000	480	9.000	3.500
1994	10.000	320	480	150	1.700	4.000	500	8.600	3.400
1995	9.400	300	520	120	1.780	3.820	460	8.200	3.000
1996	9.000	330	500	105	1.650	3.800	500	8.000	3.200
1997	9.100	360	450	80	1.480	3.690	520	8.400	3.300
1998	9.000	380	470	70	1.300	3.700	600	8.000	3.200
1999	9.800	380	-	60	1.200	3.700	550	7.800	3.100
2000	10.200	350	-	55	1.220	3.920	580	8.000	3.000
2001	10.250	345	-	35	1.230	3.970	600	8.100	3.050
2002	10.300	350	-	20	1.200	4.300	610	8.400	3.200
2003	10.400	330	-	18	1.180	4.080	600	9.000	3.300
2004	11.200	360	-	15	1.250	4.580	650	9.800	3.450
2005	12.300	390	-	13	1.360	4.905	638	9.853	3.785

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (1980-2005).

No período compreendido entre os anos de 1980 a 2005, no que se refere ao seu efetivo bovino, foi no ano de 1981 quando o município de Canavieiras apresentou o menor número de efetivo, com 8.151 cabeças. Já em 2005 o município

de Canaveiras apresentou o maior efetivo, com 12.300 bovinos. Sendo que nos últimos anos registrados a tendência no número de efetivo bovino em Canaveiras tem sido a de crescimento.

Comparando de forma individualizada o efetivo bovino do município de Canaveiras no ano de 1980 com o ano de 1990, observa-se que em 1990 o município tinha um acréscimo de 1.100 cabeças, cerca de 11,4% a mais em relação ao efetivo do ano de 1980. Comparando os anos de 1990 e de 2000, observa-se que no ano 2000 o município tinha 600 cabeças, cerca de 5,9% a mais em relação ao efetivo do ano de 1990. Já ao comparar o efetivo bovino municipal no ano 2000 com o do ano de 2005, observa-se que em 2005 o município teve um acréscimo de 2.100 cabeças, cerca de 17% a mais em relação ao efetivo do ano 2000 (Figura 4).

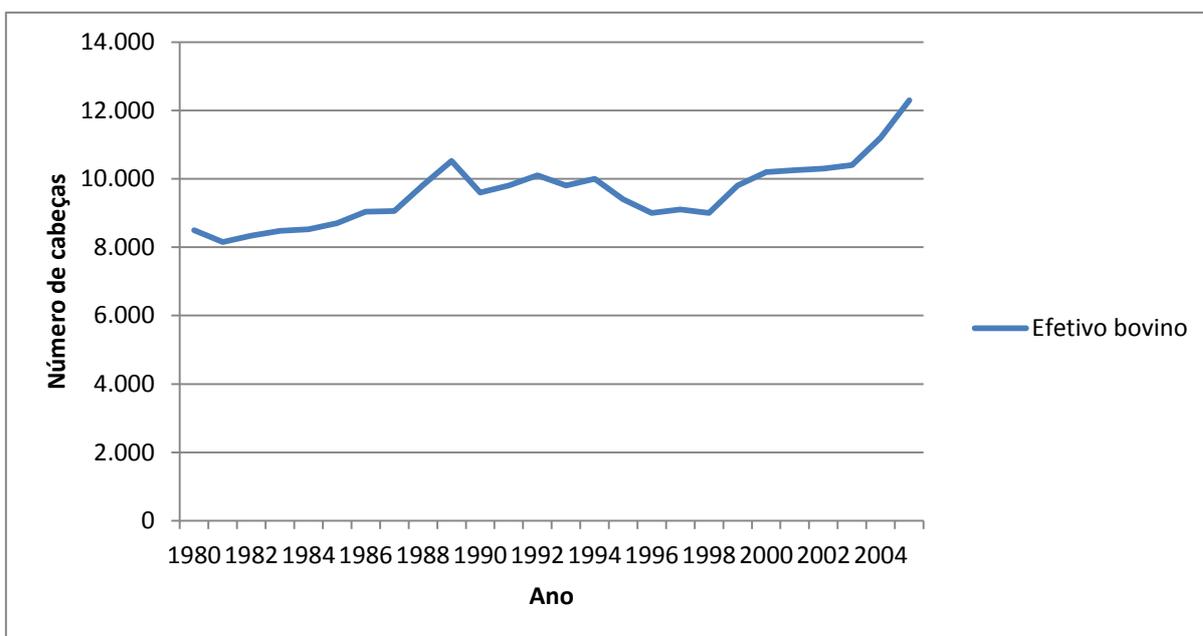


Figura 4 - Efetivo de rebanho bovino do município de Canaveiras, de 1980 a 2005

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (1980–2005).

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

Ao comparar o efetivo bovino do município de Canaveiras com o efetivo bovino da microrregião Ilhéus-Itabuna, no período de 1990 a 2005 (Tabela 2 e Figura 5), observa-se que o efetivo municipal representou um percentual pouco significativo em relação ao da microrregião, não chegando em nenhum momento representar o percentual de 2%. No ano de 1996, o município de Canaveiras apresentou o menor percentual em relação ao todo da microrregião, com um percentual de aproximadamente 1,3%. Em 1994 o município apresentou o maior percentual em relação ao todo da microrregião, com um percentual de

aproximadamente 1,6%. A variação entre o maior percentual e o menor percentual de efetivo bovino do município em relação ao todo da microrregião foi de aproximadamente 0,3%.

Tabela 2 - Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 1990 a 2005

Efetivo bovino		
Ano	Município de Canavieiras	Microrregião Ilhéus-Itabuna
1990	9.600	669.070
1991	9.800	668.085
1992	10.100	690.996
1993	9.800	646.414
1994	10.000	614.117
1995	9.400	651.256
1996	9.000	677.654
1997	9.100	653.803
1998	9.000	645.560
1999	9.800	635.993
2000	10.200	687.678
2001	10.250	675.406
2002	10.300	718.990
2003	10.400	774.364
2004	11.200	821.416
2005	12.300	777.091

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2005).

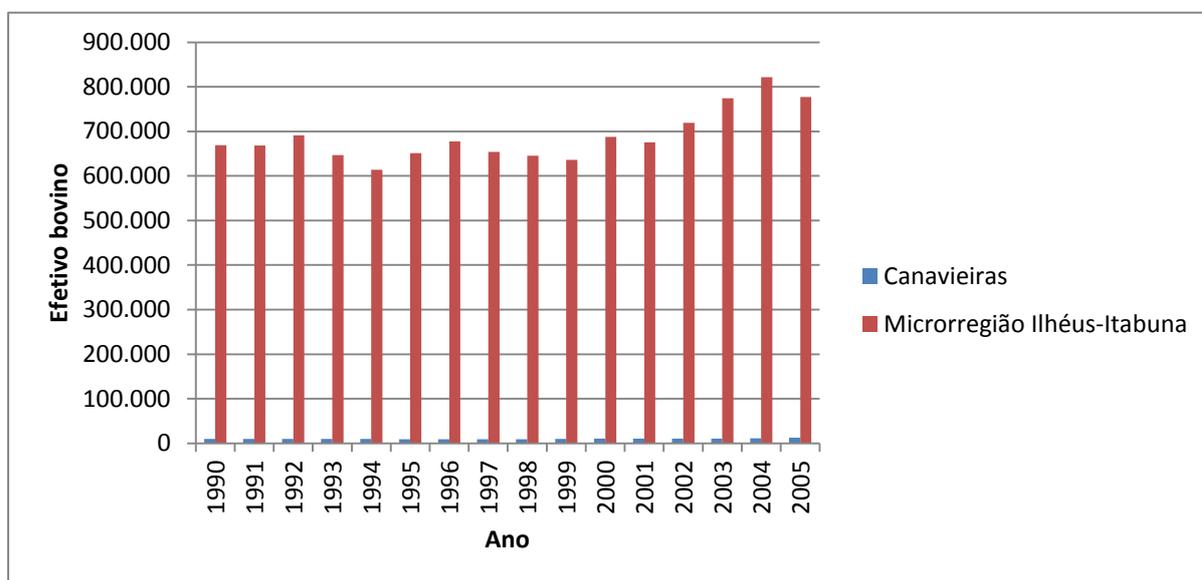


Figura 5 – Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 1990 a 2005

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2005).

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

A pesquisa pecuária municipal, para o período de 1980 a 2005, registrou, com algum dado, a produção para três produtos de origem animal (Figura 6). Os três produtos que tiveram sua produção registrada, com algum dado, foram: leite (mil

litros), ovos de galinha (mil dúzias) e mel de abelha (kg) – sendo que dos três produtos registrados com algum dado, a produção de leite foi aquela que agregou maior valor à economia municipal.

É interessante frisar, no que se refere à produção de mel de abelha, a pesquisa só apresenta registrada a produção para os anos de 1992 (ano em que se iniciou a atividade apícola no município), 1993, 1994 e 1995, quando a produção foi de 1.000kg, 1.200kg, 1.500kg e 1.420kg, respectivamente.

No que se refere a produção de ovos de galinha, a maior produção se deu nos anos de 1980, 1989, 1990, 1991 e 1992, com um total de 30.000 dúzias em cada ano citado; e a menor produção se deu na sequência de anos que vai de 1999 a 2002, com 18.000 dúzias em cada ano citado.

Já no que se refere à produção de leite, observa-se significativas oscilações, sendo que os anos de 1987 e 1988 foram os anos ápices da produção, com 612.000 litros em cada ano. Em contrapartida, a menor produção se deu nos anos de 1982, 1993 e 1996, quando, discriminadas individualmente, foi de 350.000 litros para cada ano.

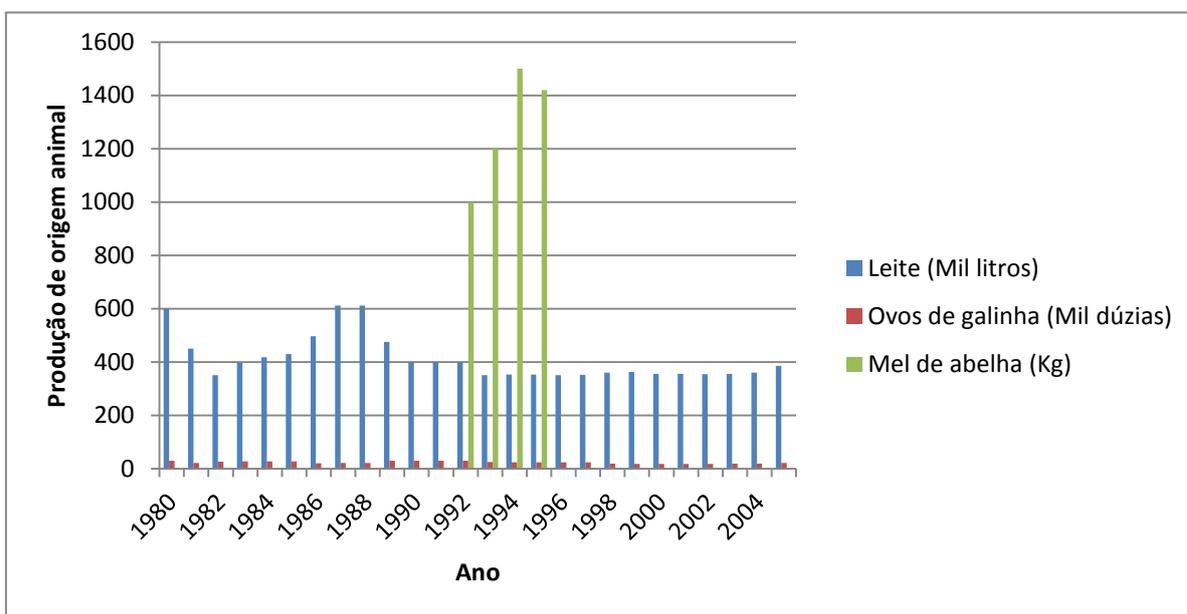


Figura 6 - Produção de origem animal do município de Canavieiras, de 1980 a 2005

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (1980-2005).

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

4. 2. 2. Utilização das terras com lavouras, de 1990 a 2005 - IBGE

No período compreendido entre os anos de 1990 a 2005, a maior parcela das terras do município de Canavieiras era utilizada com pastagens.

A área total das terras do município de Canavieiras utilizadas com lavouras, no referido período, apresentou oscilação. Esta área (hectares), contudo, em nenhum momento foi inferior aos 11.000 ha e em nenhum momento foi superior aos 16.000 ha. Sendo que a menor área total plantada com lavouras se deu no ano de 2001, com 11.934 ha, e a maior área total plantada com lavouras se deu no ano de 1996, com 15.507 ha (Tabela 3).

A lavoura permanente foi a responsável pelo uso da maior parcela das terras do município de Canavieiras utilizadas com lavouras, bem como a sua produção foi responsável pela maior agregação de valor à economia municipal, se comparado com a lavoura temporária.

Os principais produtos da lavoura permanente no município de Canavieiras, no período compreendido entre os anos de 1990 a 2005, foram: abacate, banana, cacau, café em grão, coco-da-baía, dendê, guaraná (semente), laranja, limão, mamão, maracujá e tangerina. Já os principais produtos da lavoura temporária, no mesmo período, foram: abacaxi, batata-doce, cana-de-açúcar, feijão em grão, mandioca, melancia e milho em grão.

De todos esses produtos citados, tanto da lavoura temporária quanto permanente, de forma geral os principais produtos que se destacavam na lavoura, no município de Canavieiras, eram o cacau e o coco-da-baía, sendo que a partir do ano 2000 houve um aumento significativo das áreas colhidas com coco-da-baía. E já nos anos 2005/6 o coco-da-baía aparecia como o produto agrícola responsável pela maior receita na agricultura municipal, superando até mesmo o cacau.

Segundo Fernandes et al. (2008, p. 41)

O cultivo do coco-da-baía vem desempenhando um importante papel na agricultura local. Entre 2000 e 2006, a área colhida foi ampliada em 33,5% ao passar de 1.550 para 2.070 hectares. Durante esse mesmo período a quantidade produzida quase que foi triplicada ao se incrementar de 3,5 para 10,3 milhões de frutos. O valor da produção em 2006 foi de R\$ 7,0 milhões e superava até mesmo o correspondente ao cacau, se constituindo atualmente no cultivo agrícola de maior receita para a agricultura municipal.

Tabela 3 – Utilização das terras no município de Canavieiras com lavouras, de 1990 a 2005

Ano	Variável	Lavoura temporária	Lavoura permanente	Total
1990	Área plantada (ha)	1.273	12.709	13.982
	Valor da produção (Mil Cruzeiros)	202.915	619.130	822.045
1991	Área plantada (ha)	1.270	12.817	14.087
	Valor da produção (Mil Cruzeiros)	960.000	4.592.260	5.552.260
1992	Área plantada (ha)	1.280	12.590	13.870
	Valor da produção (Mil Cruzeiros)	16.354.000	23.439.500	39.793.500
1993	Área plantada (ha)	1.810	12.987	14.797
	Valor da produção (Mil Cruzeiros Reais)	266.520	730.285	996.805
1994	Área plantada (ha)	2.140	13.065	15.205
	Valor da produção (Mil Reais)	5.724	10.117	15.841
1995	Área plantada (ha)	1.540	13.802	15.342
	Valor da produção (Mil Reais)	4.592	10.585	15.177
1996	Área plantada (ha)	1.722	13.785	15.507
	Valor da produção (Mil Reais)	6.117	10.634	16.751
1997	Área plantada (ha)	1.736	13.699	15.435
	Valor da produção (Mil Reais)	6.400	11.843	18.243
1998	Área plantada (ha)	1.235	14.125	15.360
	Valor da produção (Mil Reais)	4.906	15.949	20.855
1999	Área plantada (ha)	709	11.355	12.064
	Valor da produção (Mil Cruzeiros)	2.842	6.813	9.655
2000	Área plantada (ha)	756	11.267	12.023
	Valor da produção (Mil Reais)	2.665	3.778	6.443
2001	Área plantada (ha)	770	11.164	11.934
	Valor da produção (Mil Reais)	2.898	4.046	6.944
2002	Área plantada (ha)	1.218	12.169	13.387
	Valor da produção (Mil Reais)	5.135	8.663	13.798
2003	Área plantada (ha)	1.268	10.922	12.190
	Valor da produção (Mil Reais)	5.341	5.534	10.875
2004	Área plantada (ha)	1.250	12.095	13.345
	Valor da produção (Mil Reais)	5.170	10.303	15.473
2005	Área plantada (ha)	1.250	10.913	12.163
	Valor da produção (Mil Reais)	709	11.191	11.900

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (1990-2005).

Segundo dados do Censo Agropecuário Municipal, representado pelo ano de 1995 (Tabela 4), a utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários do município de Canavieiras, naquele ano, se destacava com: pastagens plantadas, com 18.265,634 ha (29,19% das terras); matas e florestas naturais, com 11.914,162 ha (19,04% das terras); lavouras permanentes, com 11.752,653 ha (18,78% das terras); e as pastagens naturais, com 8.154,333 ha (13,03% das terras).

Observa-se ainda que a destinação de extensas áreas voltadas para a pecuária bovina já predominava no computo geral da utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários. O aumento das áreas destinadas às pastagens para a pecuária bovina, em muitos casos, se deu através da substituição de áreas outrora destinadas à cacauicultura, um produto da lavoura permanente.

Tabela 4 – Uso das terras dos estabelecimentos agropecuários do município de Canaveiras no ano de 1995

Uso da terra	Ano de 1995	
	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)	Área dos estabelecimentos agropecuários (%)
Lavouras permanentes	11.752,653	18,78
Lavouras temporárias	522,346	0,83
Lavouras temporárias em descanso	1.229,563	1,97
Pastagens naturais	8.154,333	13,03
Pastagens plantadas	18.265,634	29,19
Matas e florestas naturais	11.914,162	19,04
Matas e florestas artificiais	544,501	0,87
Terras produtivas não utilizáveis	6.006,913	9,60
Terras inaproveitáveis	4.178,565	6,68
Total	62.568,670	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995).

Ainda no ano de 1995, o pessoal ocupado em atividades em estabelecimentos agropecuários no município de Canaveiras perfazia um total de 4.163 pessoas (Tabela 5). Sendo que desse total, 3.005 eram homens (72,18%), e 1.158 eram mulheres (27,82%).

A atividade econômica que mais agregou mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários, naquele ano, foi a lavoura permanente, com um total de 2.301 pessoas, o que representava 55,27% do total geral de pessoas ocupadas em atividades nos estabelecimentos agropecuários no município. Sendo que do total do pessoal ocupado na lavoura permanente, 1.644 eram homens e 657 eram mulheres. Na sequência, a segunda atividade econômica a agregar maior número de pessoal ocupado foi a pecuária, com um total de 868 pessoas, sendo que desse total, 677 eram homens e 191 eram mulheres.

Já o grupo de atividade econômica que, segundo o registrado pelo IBGE, naquele ano, apresentou o menor número de pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário foi “pesca e aquicultura”, com apenas uma pessoa registrada. É

importante salientar que essa atividade só vai alcançar significativo desenvolvimento, enquanto atividade econômica, a partir do ano 2000 com a instalação das fazendas de carcinicultura.

Tabela 5 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica e sexo no município de Canavieiras, em 1995

Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no ano de 1995			
Grupo de atividade econômica	Sexo	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas)	Percentual
Lavoura temporária	Homens	203	4,88
	Mulheres	106	2,55
	Total	309	7,42
Horticultura e produtos de viveiro	Homens	6	0,14
	Mulheres	1	0,02
	Total	7	0,17
Lavoura permanente	Homens	1.644	39,49
	Mulheres	657	15,78
	Total	2.301	55,27
Pecuária	Homens	677	16,26
	Mulheres	191	4,59
	Total	868	20,85
Produção mista (lavoura e pecuária)	Homens	208	5,00
	Mulheres	72	1,73
	Total	280	6,73
Silvicultura e exploração florestal	Homens	266	6,39
	Mulheres	131	3,15
	Total	397	9,54
Pesca e aquicultura	Homens	1	0,02
	Mulheres	-	-
	Total	1	0,02
Total	Homens	3.005	72,18
	Mulheres	1.158	27,82
	Total Geral	4.163	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995).

4. 2. 3. Evolução da cacauicultura e da população municipal de 1980/2006 - IBGE

A primeira metade da década de 1980 representou um período áureo para a cacauicultura tanto no que se refere ao município de Canavieiras, quanto ao estado da Bahia e mesmo ao Brasil. Esse período áureo foi reflexo de uma conjuntura internacional de elevações de preços do produto, na segunda metade da década de 1970, que teve reflexos diretos na produção da primeira metade da década de 1980.

Entre 1980 e 1985 a tendência da produção de cacau do município de Canavieiras foi de crescimento (Figura 7). Sendo que no ano de 1985 o município de

Canavieiras apresentou a terceira maior produção de cacau registrada de sua história, com 12.935 toneladas, superada apenas pela produção do ano de 1960, com produção de 14.874 toneladas, e a do ano de 1950, com produção de 13.159 toneladas. Essa elevação registrada na produção de cacau em Canavieiras, em 1985, coincide com o ano da maior produção de cacau no estado da Bahia entre os anos registrados na Tabela 6, e a produção máxima desse produto alcançada pelo Brasil, que se deu no ano agrícola 1984/85, com 403 mil toneladas (RIOS DO NASCIMENTO, 1994).

Nos últimos quatro anos, dentre os anos registrados na Figura 7, o município de Canavieiras apresentou um substancial declínio na produção desse produto em relação aos anos anteriores registrados. Isso pode ser explicado devido também à queda de preços do produto, ao alastramento da praga *vassoura-de-bruxa* que dizimou os cacauais, e a diminuição das áreas plantadas entre 1990 e 2005.

Tabela 6 – Produção de cacau do município de Canavieiras e do estado da Bahia, entre 1980 a 2006

Município	Quantidade produzida (t)					
	1980	1985	1995/6	1999	2000	2006
Canavieiras	10.682	12.935	4.040	1.284	864	1.100
Bahia	328.608	381.034	204.168	159.328	137.568	148.703

Fonte: IBGE (2006, 2008^a).

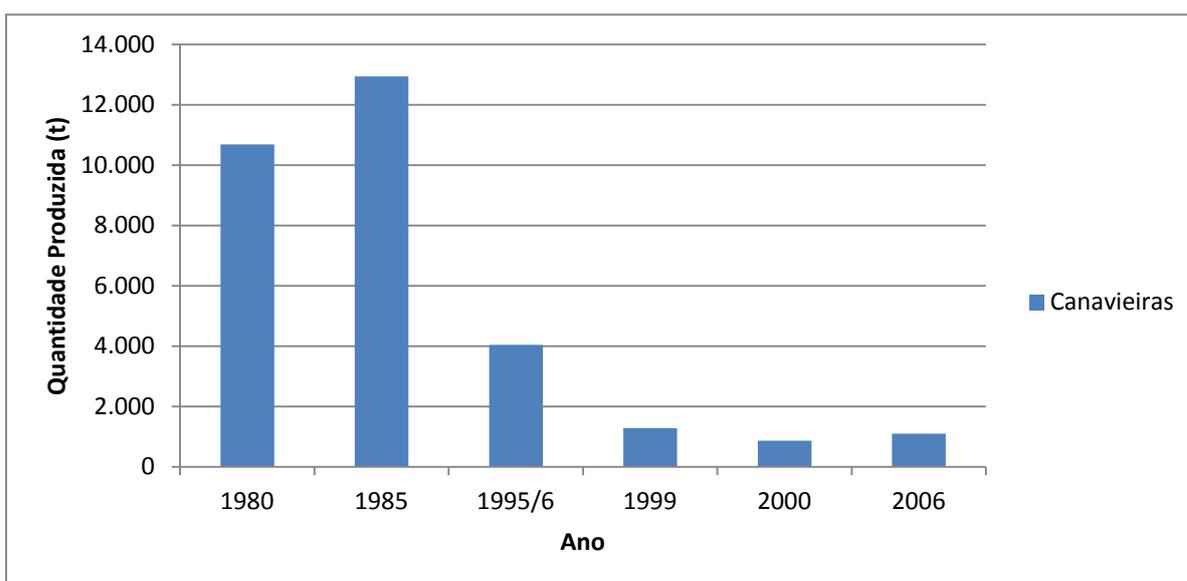


Figura 7 – Produção de cacau do município de Canavieiras de 1980 a 2006.

Fonte: IBGE (2006, 2008^a).

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

No ano de 1985, o município de Canavieiras sofreu nova variação na configuração administrativa do seu território, quando o então distrito de Jacarandá¹² é extinto e sua área passa a compor o novo município criado de Santa Luzia (Quadro 1, p. 32).

Nesse mesmo ano, segundo Nascimento; Dominguez e Silva (2009, p. 17), “insere-se na Região Sul da Bahia a praga causada pelo fungo *“Crinipellis perniciosa”* (a vassoura-de-bruxa), que apareceu inicialmente no município de Camacan, espalhando-se posteriormente por toda a região”.

Contudo, divergindo dessa informação, Fernandes et al. (2008, p. 19) apresenta que a praga denominada vassoura-de-bruxa

Foi identificada pela primeira vez em maio de 1989 no município de Uruçuca. Em outubro de 1989 foi de novo identificada essa enfermidade a uma distância de 120 km do foco erradicado, em plantações localizadas no município de Camacã.

Em 1987 a economia cacaujeira sofreu uma nova e drástica crise. Essa crise, segundo Fernandes et al. (2008), teve como origens e causas a conjugação de fatores internos e externos à região. Internamente, o conservadorismo do produtor de cacau; a falta de uma visão empresarial no sentido de investir na modernização da produção, levando à perda de competitividade do cacau baiano no âmbito internacional; a instabilidade macroeconômica, sobretudo no que se refere a inflação, levando ao aumento dos custos da produção, diminuição dos rendimentos dos produtores e aumento das dívidas. Já em âmbito internacional, houve uma superprodução de cacau em outros países como consequência da expansão de suas áreas cultivadas, além da inserção de outros países na produção de cacau, como a Malásia e a Indonésia – diminuindo, por consequência, o preço internacional do produto (Ibidem).

Essa realidade fez com que o cacau, juntamente com seus derivados, perdesse já em 1988 o primeiro lugar na pauta das exportações do estado da Bahia para os produtos químicos e petroquímicos (SEI, 1992). Sendo que, antes da crise, com o cultivo do cacau “a região Sul da Bahia chegou a empregar diretamente mais

¹² Distrito criado pela lei municipal nº 112, de 27 de outubro de 1903, com o nome de Boa Vista do Rio Pardo – posteriormente passando a se chamar Boa Vista do Jacarandá. Esse distrito, conforme decreto-lei estadual nº 11089, de 30 de novembro de 1938, passou a ser denominado apenas de Jacarandá (BIBLIOTECA IBGE, s. d.).

de 400 mil trabalhadores e representar mais de 50% das exportações e receitas do estado” (FERNANDES et al., p. 18).

Associado aos fatores internos e externos citados, a introdução da praga *vassoura-de-bruxa* nos cacauais, o mais provável no ano de 1989 (FERNANDES et al., 2008; ROCHA, 2008), contribuiu para agravar substancialmente a crise da cacauicultura – a qual perdura até a atualidade.

Segundo Mascarenhas (2004, p. 17), na Região Sul da Bahia,

Nos últimos anos, a queda dos preços do cacau, a ocorrência de estiagens e, mais recentemente, a incidência da *vassoura-de-bruxa* nos cacauais exerceram um profundo impacto negativo sobre o agronegócio cacau e a sociedade regional. No agronegócio, houve queda na produtividade e abandono de lavouras, descapitalização e endividamentos dos cacauicultores, redução da oferta global, desemprego generalizado, êxodo rural, falências e concordatas em empresas comerciais e industriais, desabastecimento do parque moageiro e a importação de cacau. Além do crescimento do desemprego direto e indireto na cidade e no campo, houve um desaquecimento da economia regional e uma pressão maior sobre os recursos naturais, refletida no aumento de sua exploração de forma inseqüente e predatória.

No município de Canavieiras, o primeiro caso de *vassoura-de-bruxa* oficialmente registrado pelo escritório local da CEPLAC se deu no ano de 1992. Contudo, antes disso, o município já vinha sofrendo reflexos da crise instalada a partir de 1987 na economia cacaua regional e dos fatores que levaram a essa crise.

Esses reflexos podem ser observados na evolução da população municipal, a partir do ano de 1980 (Figura 8). Em 1980, a maior parcela da população municipal encontrava-se distribuída no espaço rural. Contudo, com a crise da cacauicultura e os fatores que levaram com que a mesma ocorresse, além da substituição de algumas áreas de cacauicultura por pastagens no município, surgiu grande número de desempregados no espaço rural que passaram a ver como solução migrar com seus familiares para o espaço urbano, causando crescimento desordenado da cidade, e, automaticamente, aumentando os seus problemas sociais.

Por exemplo, entre 1980 e 1991 ocorre uma inversão da concentração da maior parcela da população do espaço rural para o espaço urbano, embora o próprio município tenha perdido significativa parcela de sua população que migrou para outras localidades. Em 1980, a população rural do município de Canavieiras era de 27.413 habitantes, a urbana era de 14.705 habitantes e a população total era de 42.118 habitantes; já em 1991, a população rural do município de Canavieiras era de

12.361 habitantes, a urbana era de 20.658 habitantes e a população total era de 33.019 habitantes.

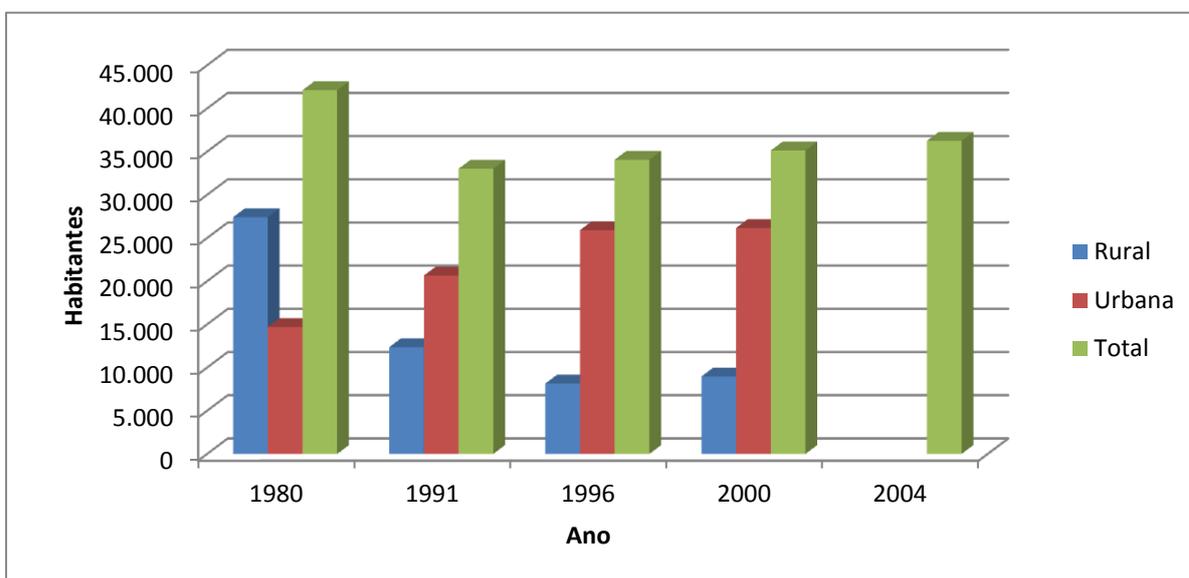


Figura 8 - Evolução da população do município de Canavieiras de 1980 a 2004.

Fonte: IBGE (2002, 2008b, 2008c). IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000. *Dados da população rural e urbana para o ano de 2004 não encontrados.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

Ao correlacionar a produção de cacau, a população rural e total do município de Canavieiras, entre 1980 e 2006 (Figura 9), observa-se que em 1991 a população rural e total do município havia decrescido em relação à de 1980. Em 1995/6 a população rural tinha diminuído e a população total tinha aumentado em relação a 1991.

Correlacionando as três variáveis (produção de cacau, população rural e população total) e comparando-as no ano de 1980 com os anos 1995/6, observa-se que as três variáveis apresentavam declínio em 1995/6 em relação a 1980, ou seja, o declínio da cacauicultura teria influenciado diretamente no declínio da população rural e total municipal.

Já ao comparar as três variáveis nos anos 1995/6 com o ano 2000, observa-se que no ano 2000 a produção de cacau tinha decrescido em relação à 1995/6, enquanto a população rural e a população total do município tinham crescido.

E em 2006 a produção cacauera e a população total apresentavam crescimento em relação à produção cacauera e a população total municipal no ano 2000.

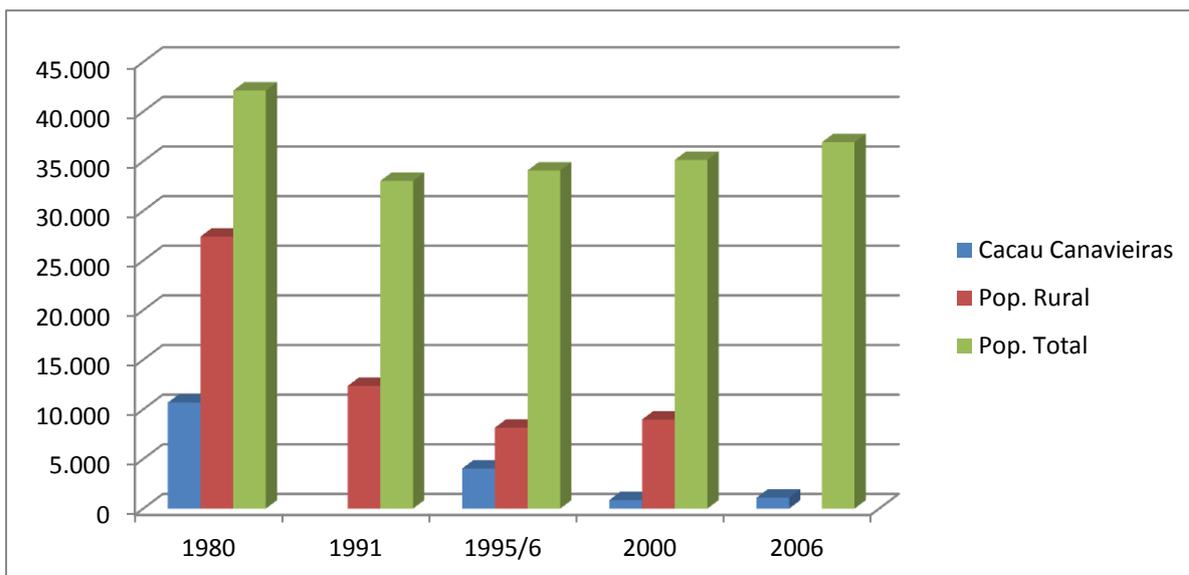


Figura 9 – Produção de cacau, população rural e total do município de Canavieiras entre 1980 e 2006.

Fonte: IBGE (2006, 2008^a). IBGE (2002). IBGE. Censos demográficos de 1991 e 2000.
Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

O incremento populacional no centro urbano de Canavieiras, advindo em função da significativa migração rural-urbana, contribuiu para a expansão de suas áreas ocupadas. Essa expansão do centro urbano de Canavieiras teve também a participação do Poder Público Municipal, na década de 1990, através da adoção de medidas, como, inicialmente, o loteamento e doação de terrenos, contribuindo para o surgimento de um bairro (o atual Bairro Sócrates Rezende).

Segundo Nascimento; Dominguez e Silva (2009, p. 17),

Durante este período muitas fazendas foram abandonadas, e os trabalhadores tiveram que migrar para os centros urbanos, aumentando a leva de pessoas excluídas. Entre 1990 e 2005, o centro urbano de Canavieiras teve um crescimento das áreas ocupadas, quando passou de 190 ha, em 1990, para 350 ha, em 2005. Este crescimento é o resultado da forte migração do campo (...) para a cidade de Canavieiras (Figura 10).

Salienta-se, com a finalidade de evitar dúvidas, que o centro urbano de Canavieiras não é o centro do espaço urbano (no centro da cidade), pois este, no referido período, não sofreu o citado acréscimo, mas sim o próprio espaço urbano como um todo – sendo este o centro urbano de Canavieiras. Sendo assim, a partir do dado apresentado, esse aumento das áreas ocupadas do centro urbano de Canavieiras entre 1990 e 2005 teria representado um acréscimo de 54,28% da sua área ocupada em relação a 1990 que era de 190 hectares.

Baseado no zoneamento contido no ¹³PDDU de Canavieiras, construído em 1999, Machado (2007) elaborou aquilo que seria a evolução da ocupação urbana de Canavieiras no transcurso de sua história - as áreas e os respectivos períodos¹⁴ em que as mesmas foram ocupadas ou estavam em processo de ocupação (Figura 10).

A partir dos períodos apresentados na legenda da Figura 10, ter-se-ia o processo de ocupação das áreas da seguinte forma: até 1830 (em azul escuro), povoado de Atalaia e área no centro da cidade próxima ao porto; até 1900 (em rosa), acrescentou-se área no centro da cidade, contínua a anterior, e também uma faixa no norte entre os atuais bairros Birindiba e Antônio Osório; até 1940 (em amarelo claro), acrescentou-se a área da Rua dos Pescadores e do Bairro São Boaventura, e uma enorme porção do centro da cidade contínua às anteriores, sentido norte; até 1950 (em verde), acrescentou-se, no sentido oeste, o antigo Bairro São Sebastião (que atualmente faz parte do centro), e ao norte o atual Bairro Birindiba; até 1980 (em vermelho) acrescentou-se, a noroeste, atual Bairro Tancredão, e a sudoeste, Cidade Nova e João Fonfon (estes apresentados na figura como uma só área – em vermelho); até 1990 (em amarelo escuro), acrescentou-se enorme faixa na região da praia, e, ao norte na cidade, atual Bairro Antônio Osório; até 2005 (em azul claro), acrescentou-se o atual Bairro Sócrates Rezende.

Com relação à figura e à legenda é importante chamar a atenção para dois pontos importantes: 1) A configuração das áreas apresentadas na figura, em alguns casos, coincide com a configuração atual de alguns bairros; já em outros casos, há a configuração de áreas, representando os diferentes momentos do processo de ocupação, mas que na atualidade configuram um único bairro - como exemplo tem-se o centro da cidade, cujas áreas foram ocupadas em diferentes momentos, por conseguinte essas áreas estão representadas com diferentes cores na figura. 2) Para alguns anos apresentados na legenda, conforme proposto e apresentado por

¹³Embora tenha sido construído esse PDDU no ano de 1999, contudo, no ano de 2006, já em outra administração, um novo PDU foi construído e é o oficial utilizado.

¹⁴Em visita empreendida à Prefeitura Municipal de Canavieiras, em janeiro de 2011, um membro da família ex-proprietária (e que no momento é funcionário da prefeitura) de uma das áreas representadas em vermelho na figura 10, a área que se encontra a sudoeste, e que atualmente configuram os bairros João Fonfon e Cidade Nova, explicitou que a área que hoje se constitui o bairro Cidade Nova, área que era propriedade da família, na década de 1980 se constituía em áreas de pastaria, e que somente a partir de 1989 foi que o proprietário começou lentamente a lotear e vender os terrenos, o que vai acontecer, portanto, a partir de então o processo de sua ocupação, e que vai assumir vulto maior na década seguinte. Já a área que hoje configura o Bairro João Fonfon era propriedade do senhor cujo atual bairro leva o nome, e que começou lotear e vender os terrenos na década de 1990, sendo a partir dessa década, portanto, o processo de sua ocupação pela população.

Machado (2007), algumas daquelas áreas zoneadas não necessariamente estavam totalmente ocupadas pela população, e outras, segundo depoimentos, não estavam em processo de ocupação - era propriedade particular e se constituía em áreas de pastarias - embora contivesse a residência de seus proprietários (ver nota de rodapé da página anterior). Esse ligeiro detalhe, contudo, não tira os méritos do trabalho daquele autor.

De forma correta, baseado no PDDU 1999, Machado apresenta as áreas (vetores) de expansão urbana de Canavieiras – o que atualmente pode-se confirmar através de comparação com documento semelhante que pode ser encontrado em setor anexo da prefeitura (setor relativo à área urbana), documento esse que já apresenta novas áreas do espaço urbano ocupadas depois do ano de 2005, ano em que Machado elaborou o seu documento. O ligeiro fator de dúvida, portanto, segundo indícios, se encontra em alguns anos específicos apresentados na legenda, ou na forma como a legenda especifica o processo.

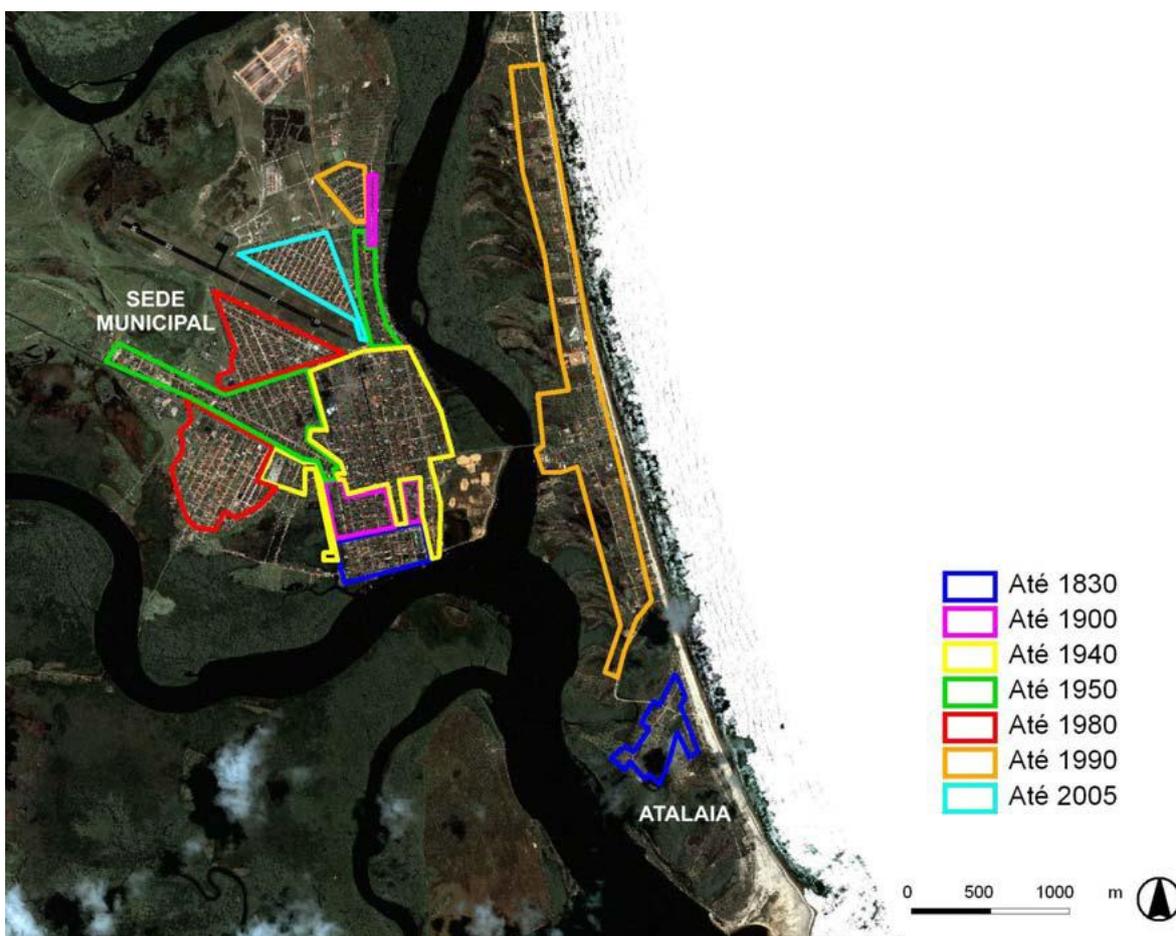


Figura 10 – Cidade de Canavieiras. Evolução da ocupação urbana – 1830/2005.
Fonte: Quickbird, 2005. Zonas PDDU, 1999. Elaborado por: Machado (2007, p. 49).

4. 2. 4. Alguns indicadores socioeconômicos

O aprofundamento da crise da cacauicultura na década de 1990 contribuiu para que o município de Canavieiras passasse por transformações e também para perda de importância econômica no contexto regional.

Ao mesmo tempo em que essas transformações aconteciam, a população da cidade se alterava, acentuando suas contradições e acelerando o seu ritmo de vida.

Alguns indicadores socioeconômicos relativos tanto à década de 1990 como de parte da primeira década de 2000 são apresentados a seguir, evidenciando aspectos da realidade socioeconômica municipal nesse período.

No ano de 1991, no que se refere ao quesito estrutura etária, 54,3% da população do município de Canavieiras se encontravam na faixa de idade entre 15 e 64 anos de idade; 40,7% da população municipal se encontravam na faixa de idade de menos de 15 anos de idade; e os restantes 5,0% possuíam 65 anos de idade ou mais; com uma razão de dependência de 84,2% (Tabela 7).

Tabela 7 – Estrutura etária do Município de Canavieiras em 1991 e 2000.

Estrutura Etária		
Faixa de idade	1991	2000
Menos de 15 anos	13.432	11.672
15 a 64 anos	17.929	21.287
65 anos e mais	1.658	2.363
Razão de Dependência	84,2%	65,9%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Já no ano 2000, 60,3% da população municipal encontravam-se na faixa de idade entre 15 e 64 anos de idade; 33,0% se encontravam na faixa de idade de menos de 15 anos de idade; e os restantes 6,7% possuíam 65 anos de idade ou mais; a razão de dependência foi de 65,9%. É importante observar que neste ano a população total do município apresentava um número de 2.303 indivíduos a mais em relação ao número da população total no ano de 1991.

Contudo, a forma como o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil apresenta discriminados os dados para os anos de 1991 e 2000, em três classes de faixa etária, não permite uma clara visualização da composição da população municipal. Portanto, a partir do mesmo não tem como afirmar se a base da

população municipal era composta de adolescentes, de jovens ou de adultos – ou em qual ordem essas categorias se encontravam. Não obstante, uma afirmativa pode ser feita sem dúvida: a esmagadora parcela da população municipal se encontrava em idade economicamente ativa.

Nos anos de 1991 e 2000, no que se refere ao nível educacional da população, o município de Canavieiras apresentou, respectivamente, as seguintes médias de anos de estudo: em 1991, média de 2,5 anos de estudo; em 2000, média de 3,6 anos de estudo (Tabela 8).

Percebe-se, mesmo que de forma pouco significativa, um aumento na média de anos de estudos da população municipal no ano 2000 se comparado à média do ano de 1991, que pode estar relacionado a alguns fatores, a exemplo de: maior acesso no ambiente urbano a estabelecimentos de ensino por parte da população que migrou do campo para a cidade; aumento no número de vagas e de escolas na rede de ensino (tanto do município quanto do estado); como também os programas do governo federal de incentivo aos indivíduos em idade escolar, mas que não estavam estudando, a se matricularem em escolas; ou mesmo os incentivos à diminuição da evasão escolar.

Tabela 8 – Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) do município de Canavieiras – 1991 e 2000

Nível educacional (25 anos de idade ou mais)		
Anos de estudo	Ano	
	1991	2000
Taxa de analfabetismo	46,2	31,2
% com menos de 4 anos de estudo	70,5	59,0
% com menos de 8 anos de estudo	88,5	83,1
Média de anos de estudo	2,5	3,6

Fonte: IBGE – 1991, 2000, apud Machado (2007).

No mesmo período, contudo, pode-se observar, através da Tabela 9, que houve aumento na desigualdade socioeconômica do município. Em 1991 o município de Canavieiras amargava uma forte concentração de renda, quando os 20% mais ricos percebiam 60,9% do total da renda da população. Já no ano 2000 tal concentração nas mãos dos 20% mais ricos só fez aumentar, alcançando 64,8%.

Essa redução do poder da renda nas mãos dos mais pobres é fator implicativo de problemas sociais, pois, no contexto da sociedade capitalista, o acesso à renda permite também o acesso a uma série de bens e serviços; quando se eleva a renda percebida pela população, propicia-se a possibilidade de um maior acesso a uma quantidade mais diversificada de bens e serviços; contudo, a diminuição no valor da renda contribui para diminuir o acesso a bens e serviços, alguns deles essenciais a uma melhor qualidade de vida.

Tabela 9 – Porcentagem da renda apropriada por extratos da população, em 1991 e 2000

Porcentagem de renda por extrato da população		
Extrato da população	Ano	
	1991	2000
20% mais pobres	3,7	2,3
40% mais pobres	10,7	8,7
60% mais pobres	21,4	19
80% mais pobres	39,1	35,2
20% mais ricos	60,9	64,8

Fonte: IPEA; Fundação João Pinheiro; PNUD, 2002; apud Machado (2007).

Um ponto importante no entendimento da real situação socioeconômica do município de Canavieiras, sobretudo no ano 2000, ano anterior ao início dos procedimentos para a criação da Reserva Extrativista, se refere à questão da ocupação formal e informal, e da desocupação no município.

Segundo dados do IBGE (2000) “a População Economicamente Ativa, de dez anos ou mais de Canavieiras perfazia 14.648” pessoas (FERNANDES et al, 2008, p. 59). Conforme se pode observar na Figura 11 (p. 55), do total da população economicamente ativa, de dez anos ou mais, 77,9% (11.407 pessoas) estavam ocupadas em alguma atividade e 22,1% (3.241 pessoas) estavam desocupadas. Dentro do total da população ocupada, o município de Canavieiras apresentava grau de informalidade de 74,92%, ou seja, uma parcela extremamente significativa do trabalhador ocupado era trabalhador ¹⁵informal (empregado sem carteira assinada, por conta própria, não-remunerado em ajuda a membro de domicílio e trabalhador para o próprio consumo); sendo assim, o grau de formalidade na ocupação era de apenas 25,1%.

¹⁵ 1) (Empregados sem carteira assinada + Conta-própria + Não-remunerado em ajuda a membro do domicílio + Trabalhador na produção para o próprio consumo) / Pessoas ocupadas x 100; (2) - (Desocupados / Pessoas economicamente ativas) x 100

Esse elevado grau de informalidade pode estar relacionado a vários fatores, dentre os quais: falta de qualificação de parcela da população, dentre os quais aqueles que haviam migrado do campo para a cidade, - o que pode ser corroborado pela média de anos de estudo da população -, para se inserir em certas atividades formais típicas do meio urbano; pouca disponibilidade de oferta de vagas em ocupações formais, se comparado ao número de trabalhadores em idade economicamente ativa; pode-se também inferir que muitos desses trabalhadores informais encontraram nos recursos naturais (como a pesca e outras formas de pequenos extrativismos) a sua fonte de subsistência.

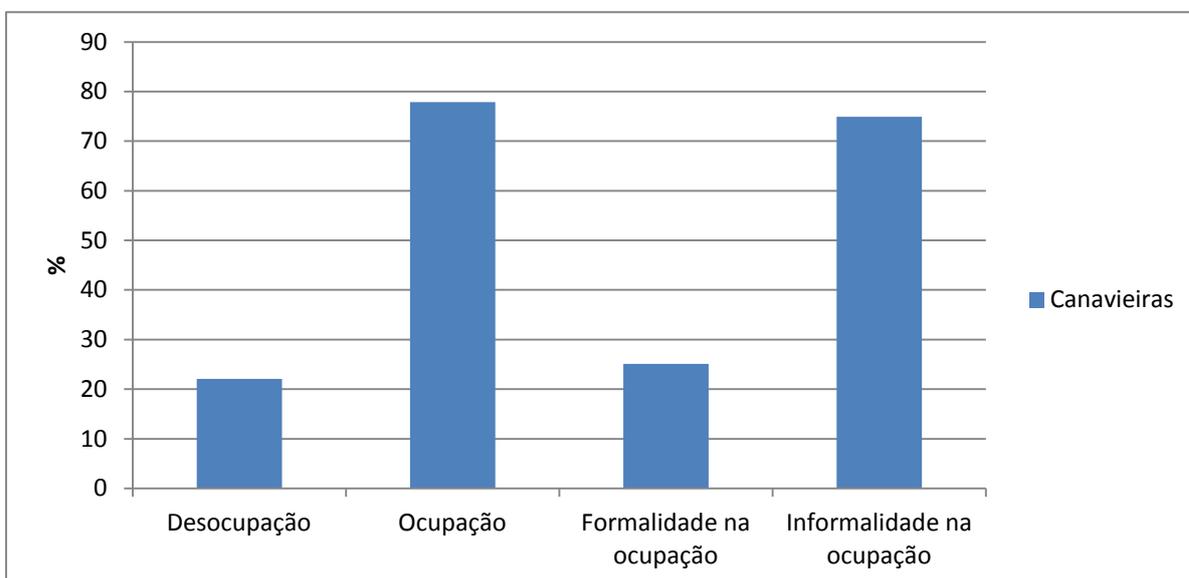


Figura 11 – Taxa de desocupação e de ocupação e Grau de formalidade e de informalidade na ocupação, no município de Canavieiras, no ano 2000.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da amostra. Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=126&Itemid=207#1. Acesso em: 08 out. 2010.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

Segundo Fernandes et al. (2008, p. 60), no município de Canavieiras

O baixo nível de escolaridade da força de trabalho associado à precariedade da inserção laboral se traduz em baixos níveis de rendimento gerados no mercado de trabalho. Com efeito, o rendimento médio mensal da população ocupada com rendimento era de R\$ 298,76, valor bastante abaixo daquele correspondente à média estadual (R\$ 400,38) no ano 2000. Num segundo plano, merece destaque o fato de que o rendimento mediano (R\$ 151,00) da população ocupada era bastante inferior ao valor do rendimento médio. Vale ressaltar que este valor correspondia exatamente ao valor do salário mínimo vigente na época – significando que metade dos trabalhadores com rendimento ganhava até 1 salário mínimo mensal (Tabela 10).

Tabela 10 – Valor do rendimento médio e mediano do trabalho no município de Canavieiras no ano 2000

Valor do rendimento mensal do trabalho (R\$)		
Município	Médio	Mediano
Canavieiras	289,76	151,00
Bahia	400,38	162,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, apud Fernandes et al. (2008).

Conforme pode ser observado na Tabela 11, no ano 2000 um percentual de 54,2% do total das famílias do município de Canavieiras percebia uma renda familiar *per capita* de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Referindo-se a esse fato, Fernandes et al. (2008, p. 62) pontuam que: “Considerando-se como linha de pobreza a proporção de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo mensal (R\$ 75,50), constata-se que, em 2000, diversas famílias do município enquadravam-se como pobres”. Sendo que: “do conjunto de 10.129 famílias existentes no município, cerca de 5.490 figuravam abaixo da linha da pobreza, isto é, mais da metade ou 54,2% - tal proporção era seis pontos percentuais superior daquela referente à média estadual (48,1%)” (Ibidem).

Nesse quesito “renda familiar *per capita*”, no referido ano o município de Canavieiras, entre os municípios baianos, se encontrava em uma posição ruim, ocupando a 308ª posição.

Tabela 11 - Famílias com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município de Canavieiras, no ano 2000

Município	Total de famílias	Famílias com renda familiar per capita de até 75,50 reais	%	Ranking estadual
Canavieiras	10.129	5.490	54,2	308 ^o
Bahia	3.463.749	1.666.051	48,1	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2000) – Macrodados da amostra, apud Fernandes et al. (2008).

Segundo Fernandes et al. (op. cit., p. 39) “para efeito de análise comparada entre os países e outras unidades geográficas, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) estabeleceu três categorias de desenvolvimento em função dos valores de índices”. Esses valores seriam: “0,000 ≤ IDH < 0,500 – baixo desenvolvimento humano; 0,500 ≤ IDH < 0,800 – médio desenvolvimento humano; 0,800 ≤ IDH < 1,000 – alto desenvolvimento humano”.

Nos anos de 1991 e 2000, conforme se pode observar na Tabela 12, o município de Canavieiras apresentou Médio Desenvolvimento Humano. Na categoria Educação, o município apresentou médio desenvolvimento humano (índice 0,548 em 1991 e 0,626 no ano 2000); na categoria Longevidade, o município apresentou baixo desenvolvimento humano em 1991 (índice 0,474) e médio desenvolvimento humano no ano 2000 (índice 0,573); e na categoria Renda, nesse período, o município apresentou médio desenvolvimento humano (índice 0,523 em 1991 e 0,635 no ano 2000).

Esses dados permitem inferir que no ano 2000 as condições sociais da população municipal apresentaram melhoras se comparados à realidade do ano de 1991. Essa melhora pode estar diretamente relacionada, dentre outros, aos seguintes fatores: programas assistencialistas do Governo Federal passaram a atender parte da população pobre do município; melhoria nas condições de atendimento no sistema público de saúde; aumento no número de estabelecimentos de ensino e no número de vagas disponíveis; dentro do período 1991 a 2000 o município de Canavieiras passa a adotar oficialmente o pagamento do salário mínimo como o mínimo a ser pago ao funcionalismo público municipal – e oficializou algumas funções; maior participação do Poder Público no setor terciário local. No período 1997-2000 acontecem investimentos em importantes obras no município: construção do novo prédio do fórum; construção do prédio e instalação do juizado especial civil; reforma do prédio destinado a instalar o INSS; reforma e revitalização do sítio histórico; investimentos na promoção do turismo; construção do Colégio Estadual Gov. Paulo Souto; asfaltamento de avenidas, etc. Tendo seus reflexos na economia e na população local.

Tabela 12 - Índice de Desenvolvimento Humano do município de Canavieiras em 1991 e em 2000

Categoria	Ano/ IDHM	
	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,523	0,639
Educação	0.548	0.626
Longevidade	0.474	0.573
Renda	0.523	0.639
Índice de Desenvolvimento Humano Estadual	0.590	0.688

Fonte: IPEA; Fundação João Pinheiro; PNUD, 2002. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000.

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) se constitui em um importante instrumento de mensuração da produção de capital anual, quer seja em âmbito municipal, estadual ou nacional, permitindo uma “visualização” da produção deste, possibilitando análise do acréscimo ou decréscimo ocorrido de um ano para o outro.

Referindo-se ao indicador Produto Interno Bruto em âmbito municipal, Góes; Fontes e Moreau (2010, p. 14) pontuam que

O indicador Produto Interno Bruto (PIB) é um instrumento que visa mensurar a participação econômica municipal segundo três macrosetores de atividades: 1. A agropecuária é responsável pelas receitas advindas da agricultura extrativista vegetal e pecuária, corresponde ao setor primário; 2. O setor industrial engloba áreas de extrativismo mineral, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil - corresponde ao setor secundário; 3. O setor de serviços o mais dinâmico abrange o comércio, transporte (aéreo, marítimo, rodoviário), turismo, comunicação, energia elétrica, saneamento básico, estabelecimentos bancários, e, finanças públicas.

Baseado em Contri & Porsse (2006), Góes; Fontes e Moreau (Ibidem, p. 14) acrescentam que

O PIB-M é uma proposta inovadora dos órgãos do sistema estatístico nacional e estadual, a fim de divulgar dados econômicos de 5.560 municípios do Estado-nação, que iniciou a partir do ano-base de 1999. Este banco de dados proporciona analisar a estrutura e a evolução econômica dos municípios, de maneira que o estudo do desempenho setorial permite diagnosticar o atual padrão espacial de concentração das atividades desenvolvidas e seus respectivos vetores de expansão e/ou retração.

No município de Canavieiras, o Produto Interno Bruto, no período compreendido entre os anos de 1999 a 2006, de forma similar ao da Região Econômica Litoral Sul, apresentou a tendência de crescimento, contudo, esse crescimento no período foi a percentual pouco expressivo (Tabela 13).

Tabela 13 – Produto Interno Bruto (em milhões) do município de Canavieiras e da Região Litoral Sul, entre 1999 e 2006.

Município e Região Econômica	Produto Interno Bruto (Milhões)							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Canavieiras	45.04	45.68	51.71	69.87	82.53	92.45	99.74	103.87
Litoral Sul	3,017.5	3,131.16	3,530.52	4,318.10	4,812.38	5,338.37	5,805.63	6,151.40

Fonte: SEI/ IBGE.

Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_regioes_economicas.xls>
Acesso em: 26 dez. 2010.

A explicação para essa tendência ao contínuo aumento do PIB do município no fim da década de 1990 e no correr da primeira década de 2000 pode estar na reorganização econômica do município, na mudança em importância dos setores

econômicos. A reorganização socioeconômica ocorrida no município contribuiu para o reordenamento em importância dos setores da economia, além de a inserção ou desenvolvimento de atividades econômicas, expansão de alguns tipos de serviços e aumento da participação da administração pública, ter contribuído para isso.

Fernandes et al. (2008, p. 32) pontuam que

O município de Canavieiras se destaca por estar situado entre as 100 maiores economias do estado ao ocupar, em 2005, o 88º lugar no *ranking* estadual por intermédio de um PIB de R\$ 97,07 milhões, apesar de responder por apenas 0,11% da economia estadual – mesma participação que possuía no ano de 2002.

Ao relacionar o PIB de Canavieiras com o PIB da Região Litoral Sul (Figura 12), observa-se que no todo do PIB da Região a representação percentual do PIB de Canavieiras, de 1999 a 2006, em nenhum momento chegou sequer representar 2% daquele. A maior representação se deu nos anos de 2003, 2004 e 2005, com o percentual arredondado para 1,7% cada ano; e a menor representação, em 2000 e 2001, com o percentual arredondado para 1,4% cada ano.

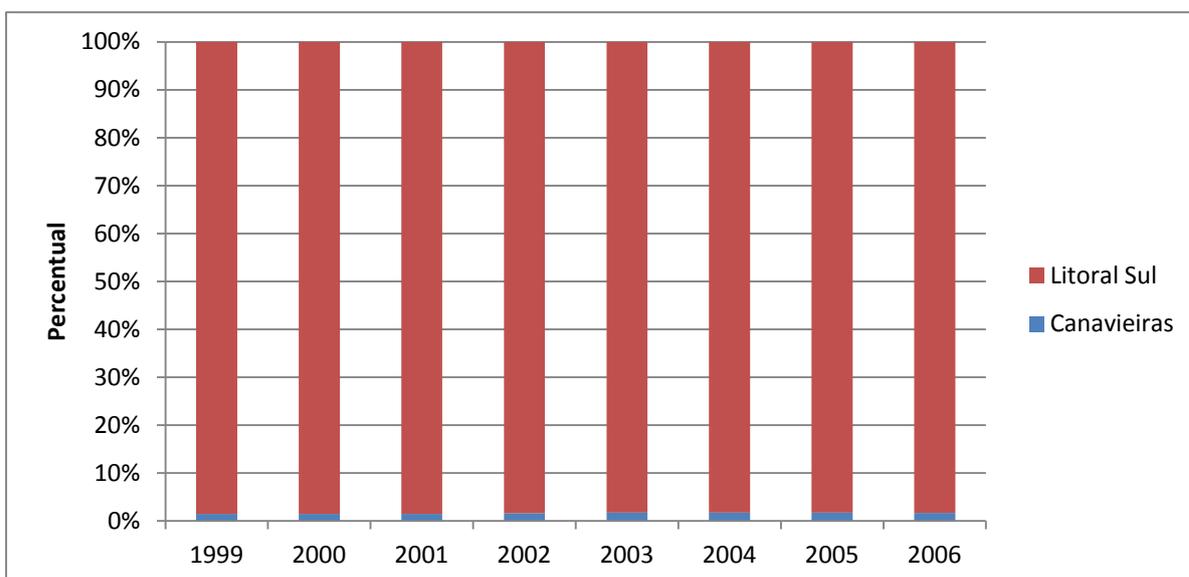


Figura 12 - Participação Percentual do PIB de Canavieiras no PIB da Região Litoral Sul, entre 1999 e 2006.

Fonte: SEI/ IBGE.

Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_regioes_economicas.xls>

Acesso em: 26 dez. 2010.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B., 2010.

Ao se analisar a estrutura do PIB-M do município de Canavieiras pelos setores da economia, no ano de 2002 (Tabela 14), observa-se que o principal setor produtor de capital no município não era o setor primário (agropecuária), mas sim o

setor terciário (de serviços), que de forma disparada era responsável por 67,3% do PIB-M de Canavieiras, seguido, respectivamente, pelo setor primário (agropecuária), com 22,4% do PIB-M, e pelo setor secundário (indústria), com 10,3% do PIB-M.

Tabela 14 – Estrutura Setorial do PIB-M do município de Canavieiras, em 2002 e 2005

Estrutura do PIB por Setores da Economia						
Município	Ano					
	2002			2005		
	Setores (%)			Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Canavieiras	22,4	10,3	67,3	15,1	19,4	65,5
ESTADO DA BAHIA	10,5	28,8	60,7	8,6	32,2	59,2

Fonte: SEI / IBGE, apud Fernandes et al., 2008.

É importante salientar que a administração pública, em Canavieiras, é um importante contribuinte para a liderança do setor terciário na economia local. Segundo Fernandes et al. (2008, pp.33-34),

É importante ressaltar que, diferentemente do que sugere a participação de 65,5% no PIB, a expressiva representatividade do setor terciário não significa, necessariamente, um notável dinamismo do comércio e prestação de serviços na geração de riqueza local. Na verdade, a representatividade do setor terciário e, por conseguinte, no PIB municipal é bastante influenciado pelo peso da ¹⁶Administração Pública, que responde por 48,0% do PIB do setor de serviços e por 31,5% do total.

Portanto, se fosse retirado o peso da Administração Pública no setor terciário local, então o peso maior na estrutura setorial do PIB-M de Canavieiras não estaria nesse setor – embora mesmo assim esse setor acompanharia de perto o setor que assumiria a liderança.

Segundo informação do PRODETUR para o ano de 2003 (apud BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010), as principais atividades econômicas do município de Canavieiras giravam em torno da lavoura do coco e da extração da piaçava; ainda tinha-se o turismo, sobretudo o turismo náutico, e a pesca artesanal como práticas importantes.

¹⁶ Nesse caso a participação da Administração Pública envolve salários de pessoal ativo, demais despesas de pessoal, terceirização de mão-de-obra, contribuições sociais efetivas, contribuições sociais imputadas e outros impostos sobre a produção, a exemplo da contribuição para a formação do PASEP (FERNANDES et al., 2008).

Comparando-se a estrutura do PIB-M por setores da economia de Canavieiras, em 2002, com a do PIB do estado da Bahia, observa-se que o município seguiu a tendência do estado em ter a maior produção de capital no setor de serviços; contudo, divergindo da realidade municipal, o estado tem na indústria seu segundo setor produtor de capital enquanto o município o tem na agropecuária; e, por fim, em terceiro lugar e com um baixo percentual, o estado o tem na agropecuária, enquanto o município o tem na indústria.

Já em 2005, o estado mantém a mesma estrutura setorial do PIB que possuía em 2002; o município de Canavieiras, no entanto, passa a ter na indústria o seu segundo setor produtor de capital, superando a agropecuária que cai para a terceira colocação. Em 2005 tanto o estado da Bahia quanto o município de Canavieiras apresentaram redução na produção de capital, em se comparando com o ano de 2002, tanto no setor terciário (serviços), quanto no setor primário (agropecuária), para haver um aumento da produção de capital no setor secundário (indústria).

O PIB *per capita*, por se constituir na resultante da divisão do Produto Interno Bruto pelo número da população total, em tese indica, de forma igualitária, o quanto do PIB em média corresponderia a cada pessoa.

Partindo dessa noção, no ano de 2002 o PIB *per capita* de Canavieiras era de R\$ 1.928,13, o que correspondia a aproximadamente 43% do valor médio do PIB *per capita* do estado, e conferia ao município a 198ª posição nesse quesito entre os municípios baianos (Tabela 15).

No ano de 2005, ou seja, apenas três anos depois, o município de Canavieiras havia caído 20 posições nesse quesito, quando saiu da 198ª posição que ocupava em 2002 para a 218ª posição entre os municípios baianos, com um PIB *per capita* de R\$ 2.640,22, que representava cerca de 40% da média estadual – uma média até certo ponto baixa para o município, sendo que no ano anterior - ano de 2004 - a média nacional tinha sido de R\$ 9.729,00.

Contudo, ao se comparar o PIB *Per Capta* com outros indicadores analisados anteriormente, referentes a anos anteriores, percebe-se que os dados referentes ao PIB *per capita* não mostram a realidade como ela é, pois na prática a população como um todo não recebia esse valor de forma igualitária. No município de Canavieiras existia forte concentração de renda nas mãos de pequena parcela privilegiada da população.

Tabela 15 – PIB *Per Capta* do município de Canavieiras, em 2002 e 2005

PIB <i>Per Capta</i>				
Município	Ano			
	2002		2005	
	Em (R\$)	<i>Ranking</i> Estadual	Em (R\$)	<i>Ranking</i> Estadual
Canavieiras	1.928,13	198 ^o	2.640,22	218 ^o
ESTADO DA BAHIA	4.524,67	-	6.582,76	-

Fonte: SEI / IBGE, apud Fernandes et al., 2008.

4. 2. 5. **Conjuntura recente:** algumas atividades econômicas importantes

Com o declínio da cacauicultura em toda a Região Sul da Bahia, políticas passaram aos poucos a ser adotadas tentando a recuperação dessa lavoura, ou mesmo a diversificação da economia regional. Por exemplo, no âmbito da cacauicultura, investiu-se na clonagem do cacau; com o Projeto de Viveiros do Instituto Biofábrica de Cacau, cacau clonado passou a ser distribuído (NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009); ou mesmo investiu-se no cacau orgânico. Investiu-se também na questão turística, levando em consideração a vocação de alguns municípios, dentre os quais Canavieiras faz parte, tendo como seus principais atrativos as suas riquezas naturais, suas fazendas antigas e a riqueza arquitetônica histórica do seu sítio urbano (Figura 13).



Figura 13 – Aspectos do sítio urbano de Canavieiras, um dos atrativos turísticos do município.

Fonte: mrjonasatp. Disponível em: mrjonasatp.blogspot.com/2010_05_25_archive.html. Acesso: 10/10/2010.

Neste município, a busca pela recuperação da economia, ou de amenizar a sua situação socioeconômica, tem envolvido não somente a tentativa de re-soerguimento da cacauicultura, mas também a diversificação econômica, como, por exemplo, a exploração do setor turístico, a atividade agropecuária, a apicultura, a ¹⁷cafeicultura, a carcinicultura. Esta última atividade, juntamente com a tentativa de inserção do turismo de massa, teve na parceria poder público municipal/ poder público estadual, através de políticas de atração de investimentos e incentivos fiscais, o seu principal agente de atração.

A seguir são listadas algumas atividades econômicas que vêm sendo desenvolvidas no município de Canavieiras e que são consideradas de relativa importância:

- **Apicultura**

Em Canavieiras,

A atividade apícola começou (...) por volta de 1992, quando foi realizado um curso de iniciação à apicultura. Em 1993 foi fundada a associação representativa da classe, inicialmente com 17 integrantes (...). Nesse mesmo ano apicultores locais participaram de um congresso em Catu e no ano seguinte, 1994, estiveram presentes em congresso de nível internacional em Caldas Novas, Goiás. Até dezembro de 2010 a Associação dos Apicultores de Canavieiras congregava 50 dos 80 apicultores do município, e o desenvolvimento da apicultura no município tinha o apoio do SEBRAE, Banco do Nordeste, CEPLAC e Prefeitura Municipal (TABU, 2005, p.10).

No dia 17 de setembro de 2010 foi inaugurada na cidade de Canavieiras a primeira unidade de beneficiamento de pólen do país.

- **Silvicultura**

Em 2000 se inseriu no interior do território municipal a silvicultura (cultivo de eucalipto). Segundo Nascimento; Dominguez e Silva (2009), no ano de 2002 o município de Canavieiras, por efeito de lei, restringiu a expansão das áreas de silvicultura por tempo indeterminado, e, no ano de 2005, a revogação dessa lei esteve em pauta na Câmara Municipal local, contudo não houve consenso para a sua revogação. Nesse mesmo ano, já havia 560 ha com esse cultivo no município, sendo que o sistema para o plantio do eucalipto se dá “através do arrendamento de

¹⁷Na região de Lagos/Cardoso, interior do município, até agosto de 2010 já havia mais de 200 hectares plantados de café da variedade Conilon. **Tabu**, p. 10, Canavieiras – BA, 1ª quinzena, ago. 2010.

terras por cerca de 20 anos. Com esta modalidade de uso, a terra que originalmente tinha valor de mercado entre 600 e 800 reais por ha passou a ser oferecida por 1800 a 2000 reais por ha” (Ibidem, p. 22).

- **Carcinicultura**

No que se refere à carcinicultura, segundo Stern (2003) apud Pires; Gomes e Sampaio (2006), a mesma teve o seu processo inicial na Bahia através de um levantamento técnico feito pela Bahia Pesca em 1999, denominado Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para a carcinicultura, o qual apontou 100 mil hectares de áreas propícias para a atividade. Dessas áreas 70 mil hectares foram considerados bons e 30 mil hectares foram considerados excelentes. Nesse levantamento quatro regiões foram classificadas com potencial: região de Jandaíra; região de Valença e Ituberá; região de Canavieiras e região de Caravelas.

Pires; Gomes e Sampaio (2006) ainda acrescentam que a partir desse levantamento, investidores e produtores de outras regiões do país, sobretudo do Sudeste e Sul (Santa Catarina), se dirigiram para Canavieiras, e para dar suporte ao desenvolvimento dessa atividade o governo do estado criou um escritório regional da Bahia Pesca. Essa atividade teria iniciado, segundo esses autores, no ano 2000 e os primeiros defesos teriam se dado entre 2000/2001.

A Prefeitura Municipal deu apoio e suporte a mais de 20 empreendimentos de carcinicultura, os quais vinham se instalando nos ecótonos e ecossistemas que ocorrem nos fundos dos manguezais, próximos à BA-001, e se concentraram em áreas entre as comunidades de Oiticica e Puxim do Sul e entre Puxim do Sul e Barra Velha (MMA; FNMA; PANGEA, 2003).

Conforme o estudo realizado por Pires; Gomes e Sampaio (2006), no ano da pesquisa a área de produção em Canavieiras era de 170 hectares, compreendendo 3% do potencial local (que seria de 5000 hectares), com produtividade entre 1,5 T/ha/ano a 5,7 T/ha/ano.

Segundo informações prestadas pelo responsável do escritório da Bahia Pesca local, em dezembro de 2010, a produção estimada de camarões em Canavieiras, nos anos que, segundo o responsável, aquele escritório tem algum registro (Figura 14), foi: em 2007 → 1.000 (t); em 2008 → 600 (t); em 2009 → 400 (t); e em 2010, até o momento da visita, → 400 (t). No que se refere ao valor da produção, não foi disponibilizado nenhum dado.

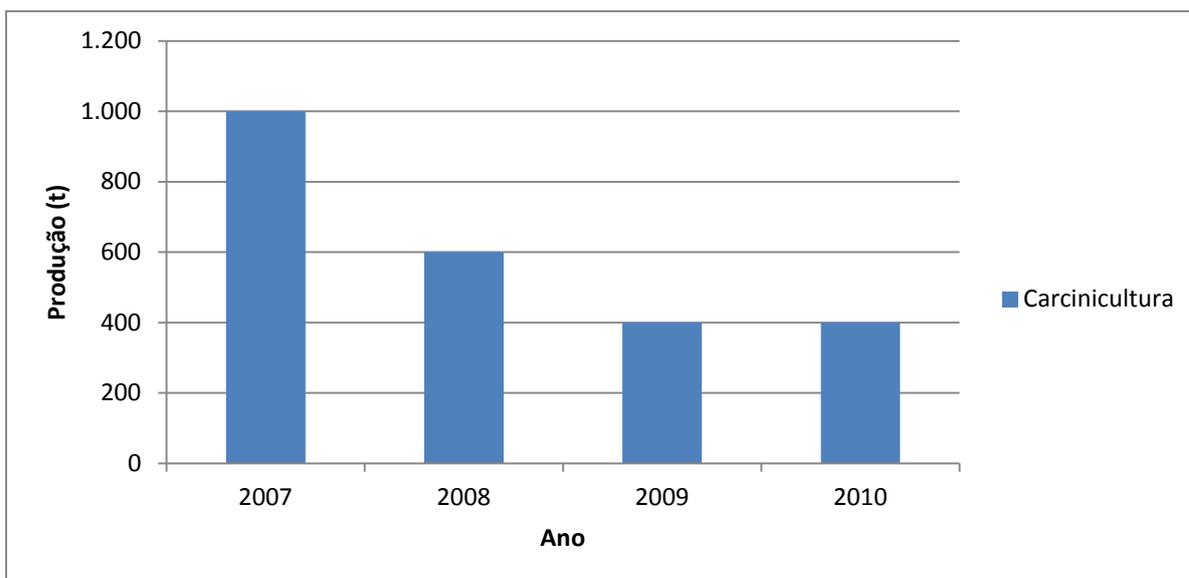


Figura 14 – Produção de camarões em cativeiro nas fazendas de carcinicultura no município de Canavieiras, de 2007 a 2010.

Fonte: Bahia Pesca – escritório local. Pesquisa de campo, dez. 2010.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B.

O representante ainda ressaltou que tais dados não devem ser considerados fidedignos, sobretudo no que se refere aos anos de 2008 e 2009, pelos seguintes motivos: 1) No ano de 2008 uma doença acometeu os camarões, causando mortandade nos mesmos, portanto a Bahia Pesca naquele ano não teria fechado o balanço da produção; os reflexos dessa mortandade foram sentidos na produção de 2009, ano em que também a Bahia Pesca não fechou o balanço da produção. 2) A Bahia Pesca não tem condições de ter um controle exato da quantidade produzida e do valor da produção, devido ao fato de os carcinicultores realizarem o comércio do seu produto, com seus compradores favoritos, sem a intermediação da Bahia Pesca ou outro órgão, portanto as informações que a Bahia Pesca recebe dos mesmos não seriam exatas, pois estes evitam de a dar corretamente, em função da própria concorrência entre eles.

Quando se iniciou a carcinicultura em Canavieiras, cerca de 20 fazendas foram instaladas (ou estavam previstas para se instalar). Ao se instalar e alastrar a doença nos camarões, associado ao fato de muitas fazendas terem sido autuadas por continuarem funcionando mesmo com licença vencida, o número de fazendas funcionando reduziu para apenas cinco. No momento estão funcionando cerca de 15 fazendas.

- **Turismo**

O turismo tem sido uma importante atividade que vem se desenvolvendo nas últimas décadas no município de Canavieiras. Essa atividade, contudo, tem sofrido revezes em razão de ser realizada em pequena escala e por temporada, além de depender grandemente do nível de organização da categoria e da atuação do poder público na promoção e divulgação.

A partir do ano 2000 estava prevista, no que tange ao turismo de massa, a inserção de alguns *resorts* na faixa litorânea do município. Em um documento da Prefeitura Municipal de Canavieiras, intitulado “Exposição de Motivos sobre a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras – BA”, datado de 17 de dezembro de 2008, ao qual foi concedido acesso, para esta pesquisa, pela assessora jurídica da prefeitura, consta descrição de quais seriam esses empreendimentos e suas características gerais. A seguir é feita uma transcrição na íntegra dessas informações:

1) UNIVERSAL PROPERTIES ILHA DE BARRA VELHA RESORT. Investimento de R\$ 215 milhões, com 460 hectares, 5 resort-hotel de luxo, 380 suítes e vilas, 7 km de praia, campo de golfe classe mundial, fazenda ecológica, 90 hectares de floresta tropical atlântica a serem destinados a uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), jardim botânico, centro de equitação, *shopping*, restaurantes, SPA, 1.100 empregos diretos. Este empreendimento seria originado do projeto “Club Paraíso Tropical Villa Resort”, cujo Alvará de Licenciamento para Construção tinha sido expedido em 11 de setembro de 2000, e a expedição de Certidão pelo órgão ambiental municipal em 17 de junho de 2004, certificando que o projeto encontrava-se em conformidade com as normas ambientais e urbanísticas locais. E em 28 de junho de 2004 o prefeito da época expediu certidão permitindo ao então proprietário a construção de empreendimentos hoteleiros;

2) NAUTILUX RESORT-LOC E CERIL LTDA – CENTRO NÁUTICO DE LAZER FEIRAS E CONVENÇÕES. Investimento de aproximadamente R\$ 650 milhões, com 260 hectares, 980 apartamentos e suítes em vários *resorts* de luxo, 4 km de praia, centro de convenções, SPA, restaurantes, *shopping*, centro de entretenimento, marina mundial classe luxo, 5.600 empregos diretos. Em 17 de dezembro de 2005, fora exarado parecer favorável à construção do empreendimento pelo assessor técnico da Prefeitura Municipal de Canavieiras e Alvará de Licenciamento para Construção em 2005;

- 3) Comandatuba Ecoresort – Madilo do Brasil. Investimento aproximadamente de R\$ 30 milhões, com 10 hectares, 130 apartamentos em sistema de condomínio *timeshare resort*, restaurante, centro de entretenimento, 250 empregos;
- 4) Ilha de Atalaia Resort do Super Clubs, com 250 apartamentos;
- 5) Condomínio Real Porta do Atlântico da Global Invest e Turismo, com 150 casas de alto padrão, com Alvará de Licença para Construção expedido em 22 de fevereiro de 2005.

Os três primeiros investimentos juntos estariam orçados em cerca de R\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de reais), com previsão de geração de cerca de 6.950 empregos.

- **Pesca**

No que se refere à atividade econômica pesca, importante para o município e para o próprio estado, em Canavieiras é facilitada pela grande extensão da sua faixa litorânea e pelo imenso estuário presente em seu território.

Fernandes et al. (2008) pontuam que, no município de Canavieiras, a atividade de pesca se caracteriza por se dar ainda de forma artesanal, e organizada pelas comunidades pesqueiras local, as quais possuem as suas associações, além da colônia de pescadores Z-20.

Tomando como referência os dados apresentados na Tabela 16, pode-se ter noção da importância da atividade pesca para o município de Canavieiras, que no ano de 2002 produziu 664,8 toneladas de pescado, a um valor estimado de R\$ 10.258.880,42 (dez milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos). Esse valor alcançado pela produção pesqueira do município de Canavieiras no ano de 2002 superava o valor da produção alcançado pelo principal produto agrícola do município no ano de 2006, o coco, cujo valor deste foi de R\$ 7,0 milhões.

Ao observar a produção pesqueira, no referido ano de 2002, para o vizinho município de Una, 91,14 toneladas, a um valor estimado de R\$ 304.881,41, percebe-se que, embora a pesca seja uma atividade importante para o município, mas se comparado com a produção e o valor estimado dessa produção para o município de Canavieiras, apresenta pouca representatividade.

Tabela 16 - Produção de pescado (kg) e valores médios alcançados para os Municípios de Canavieiras e Una, no ano de 2002

Município	Produção (t)	Valor Estimado (R\$)
Canavieiras	664,8	10.258.880,42
Una	91,14	304.881,41
Total	755,94	R\$10.563.761,83

Fonte: CEPENE, 2003, apud BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010.

Na Tabela 17, tem-se especificado as principais espécies de pescado desembarcadas (produção) em Canavieiras no ano de 2002.

Observa-se que o principal pescado desembarcado em Canavieiras era a lagosta vermelha, com aproximadamente 211,13 t/ano, seguido da guaiuba (57,92 t/ano).

Já para o marisco se tem registrado baixa produção, comparado com outros tipos de pescado. Essa baixa produção de marisco registrada pode estar relacionada à própria dificuldade de registro da produção, em função do tipo de embarcação utilizadas pelos marisqueiros (normalmente canoas, catraias ou outras pequenas embarcações), além de muito da captura desses mariscos se darem em áreas de estuário, tornando assim comum a venda da sua produção pelo marisqueiro no seu próprio ambiente de trabalho, ou em outros casos, esta se dava na sede urbana, diretamente ao consumidor (BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010).

No ano de 2005 a produção estimada de pescado no município de Canavieiras, segundo Fernandes et al. (2008, p. 172),

Foi de aproximadamente 1.646 toneladas e respondia por 3,6% da produção total estadual (45.631 toneladas). A produção pesqueira é desembarcada no Porto Grande, localizado em Canavieiras, um dos principais do estado.

Sendo que a lagosta-vermelha, no referido ano, foi a principal espécie de pescado marítimo desembarcada em Canavieiras

Mediante quantidade produzida de 559 toneladas, o correspondente a um terço (33,9%) da produção municipal. Vale ressaltar que o Município de Canavieiras é o maior produtor de lagosta-vermelha do estado e responde por 45,4% da produção média estadual. Em seguida, assumia relevância a produção de camarão médio (122 toneladas) e do robalo (111 toneladas). A estimativa referente ao valor da produção de pescado de Canavieiras era da ordem de R\$ 16,2 milhões e representa 7,4% do total estadual estimado em R\$ 220,7 milhões no ano de 2005.

O fato da participação do valor da produção de pescado do município de Canavieiras no total estadual (4,7%) representarem mais do dobro daquela, corresponde a quantidade produzida (3,6), decorre da importância da

produção de lagosta-vermelha (R\$ 42,23) que era disparado o mais elevado... (Ibidem, p. 173).

Tabela 17 – Produção de pescado (t/ano), por espécie, no município de Canavieiras, no ano de 2002

Espécie (Nome Popular)	Produção (T)
Lagosta vermelha	211,13
Guaiuba	57,92
Camarão p	57,21
Dourado	46,46
Arraia	43,55
Badejo	33,24
Arabaiana	30,98
Vermelho	30,45
Sardinha – faca	16,04
Cavala	15,56
Albacora	14,68
Carapeba	11,45
Corvina	9,54
Camarão g	8,93
Cação	8,86
Caranguejo – uçá	8,09
Pescada	8,
Bagre	6,71
Dentão	6,05
Mero	4,01
Camarão m	2,95
Xaréu	2,45
Cangulo	2,16
Guarajuba	2,05
Robalo	1,7
Espada	1,59
Garoupa	1,08
Tainha	0,81
Bicuda	0,75
Aracimbora	0,72
Bonito	0,47
Agulha	0,46
Cioba	0,43
Ariacó	0,24
Beijupirá	0,22
Manjuba	0,17
Caranha	0,15
Xangó	0,12
Xixarro	0,04
Voador	0,03
Marisco	0,01
Outros	17,34
Total	664,8

Fonte: CEPENE, 2003, apud BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010.

5. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS¹⁸

5. 1. Início do processo

Ainda sob o reflexo do cenário municipal de transformações socioeconômicas, a partir do declínio da monocultura cacaueteira, conforme o apresentado anteriormente, foi que se deram as iniciais no sentido de uma proposta de reserva extrativista para o município de Canavieiras.

Segundo Schmidt e Oliveira (2006, p. 1), no ano de 2001 “o Instituto¹⁹ Ecotuba, que atua na área de educação ambiental em manguezais desde 1996, apresentou a idéia de criação de uma reserva extrativista para a Associação de Marisqueiros de Canavieiras”.

Ainda segundo esses mesmos autores (Ibidem, pp. 1-2), os associados da Associação de Marisqueiros de Canavieiras

Concluíram que uma reserva extrativista poderia ajudá-los a atingir a sustentabilidade do uso de seus recursos pesqueiros e melhorar a sua qualidade de vida e enviaram uma carta para o CNPT/IBAMA solicitando a criação dessa Unidade de Conservação.

Como primeiro ato formal no sentido de dar encaminhamento ao processo de criação da Reserva Extrativista foi redigida uma solicitação (a anteriormente citada carta) destinada ao CNPT/IBAMA/Brasília, datada de 18 de setembro de 2001. Na mesma, pescadores e marisqueiras das localidades de Oiticica, Puxim (ambas do interior do município) e da sede do município, por se julgarem enquadrados como comunidade artesanal e por alegar tirarem seu sustento diário da extração de recursos naturais pesqueiros em área da União Federal (manguezal), pedia habilitação dos mesmos como Reserva Extrativista e, ao mesmo tempo, solicitavam com brevidade que fosse enviado um grupo de técnicos daquele órgão à

¹⁸ Conquanto a partir de dado momento do processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, e durante o período no qual se buscava efetivar os procedimentos para a sua implantação, se manifestaram conflitos de interesses de forma acalorada, com contraposições à criação dessa Unidade de Conservação, aqui neste trabalho primou-se por um histórico do seu processo de criação a partir do constante nas fontes documentais oficiais.

¹⁹ A ECOTUBA - INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL DO SUL DA BAHIA – foi fundada em 22 de setembro de 1996. Essa ONG tem sua sede na cidade de Canavieiras. Conforme Lei Municipal Nº 674/2003, foi reconhecida como sendo de Utilidade Pública. A referida ONG realizou ao longo de sua existência várias pesquisas ambientais no litoral dos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, e esteve, na sua trajetória, de certa forma ligada ao Hotel Transamérica (Ilha de Comandatuba – município de Una).

comunidade. Junto com a solicitação foram 118 assinaturas, na forma de abaixo assinado, as quais são atribuídas aos próprios pescadores e marisqueiras.

A solicitação contendo o abaixo-assinado foi enviada ao Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus – BA, que deu origem aos autos do processo nº 02618/01, e depois foi encaminhado ao Protocolo da Gerência Executiva I do IBAMA/CNPT/BA – Salvador/BA, que o autuou como processo nº 02006002618/01-16.

5. 1. 1. As primeiras reuniões:

Atendendo à solicitação do processo nº 02006002618/01, IBAMA/CNPT/BA, conforme está apresentado em relatório técnico datado de Salvador, 05 de setembro de 2002, técnicos do IBAMA se dirigiram ao município de Canavieiras.

Contudo, antes de se dirigirem ao referido município, os mesmos se reuniram na Gerencia Executiva do IBAMA com a ONG PANGEA que realizava estudos no município (ONG essa que possui sua sede na cidade de Salvador) e estabeleceram uma programação conjunta, levando em consideração o contrato nº 02000008359/01-40, com o FNMA, objetivando promover “Ações Integradas para Conservação, Recuperação e Preservação Ambiental do Manguezal de Canavieiras”.

Baseado em informações constantes no processo de criação da RESEX, em contatos prévios com a prefeitura local e outros parceiros, os técnicos elaboraram o seu programa de trabalho, que consistiu em: envolver o Escritório do IBAMA de Ilhéus no processo; ampliar o apoio local à criação e desenvolvimento da RESEX; fortalecer a base organizacional local; definir os passos concretos para a conclusão do processo de criação e desenvolvimento da RESEX; definir responsabilidades individuais e institucionais no sentido da conclusão do processo de criação da RESEX; discutir a origem histórica e funcional da Unidade de Conservação, abordando os seguintes temas: origem popular da proposta, bases filosóficas centrada na exploração sustentada dos ecossistemas, preservação da cultura extrativista e melhoria da renda e das condições sociais dos usufrutuários das reservas extrativistas.

No município de Canavieiras os técnicos entraram em contato com o Secretário de Administração, do Turismo e Meio Ambiente, Vereadores, Promotora

Pública, Empresários da área de Turismo e Colônia de Pescadores, e articularam a realização de uma reunião.

→ **Primeira reunião:**

A primeira reunião dos técnicos do CNPT/IBAMA com a comunidade de Canavieiras, sobretudo com pescadores e marisqueiras, objetivando a criação da Reserva Extrativista Marinha se deu no dia 22 de agosto de 2002, na sede da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, no centro da cidade de Canavieiras, conforme consta em Ata da mesma.

Na pauta da reunião constou: explanação sobre a história, significado e propósito das RESEX; os passos legais necessários que deveriam ser seguidos para a criação da RESEX em Canavieiras: 1º passo: abaixo-assinado; 2º passo: estudo biológico; 3º passo: estudo socioeconômico. Além disso, também que deveriam ser colhidas de segmentos da sociedade cartas de apoio ao IBAMA; documentação da Marinha; carta do patrimônio da União; definição da área da reserva (milhas); volume do manguezal e memorial descritivo.

Nessa ocasião, a ong PANGEA apresentou o conteúdo do projeto que vinha desenvolvendo em Canavieiras, comprometendo-se a incluir o estudo biológico ao processo de criação da RESEX. E a Secretaria de Administração Municipal, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Turismo e Cultura se comprometeram a realizar o estudo socioeconômico. Foi ainda formado um grupo de trabalho denominado de “Pró-RESEX” (Figura 15).



Figura 15 – Primeira reunião do CNPT para criação do Grupo Pró-RESEX.
Fonte: Plano de Manejo da RESEX de Canavieiras, 2010 (em construção).

Ainda nessa reunião, foi proposto que fosse dado o nome da líder dos marisqueiros para a Reserva Extrativista a ser criada, pela representatividade que a mesma vinha exercendo na busca pela criação dessa Unidade de Conservação. E ao fim da reunião, formou-se uma assessoria de apoio e acompanhamento para envio de cartas, ofícios e outros assuntos pendentes para oficializar os trabalhos.

→ **Segunda reunião:**

No dia 25 de setembro de 2002, na Secretaria do Bem-Estar Social, conforme consta em Ata de mesma data, a coordenação Pró-RESEX se reuniu com a finalidade de definir a agenda de trabalho para a efetivação da criação da Reserva Extrativista, que no momento já era informalmente denominada de Wilma Xavier.

Discutiu-se na reunião a elaboração de uma agenda para visitas às comunidades. Foi apresentado que a Secretaria do Bem-Estar Social já tinha começado o trabalho de campo repassando os questionários socioeconômicos.

Ficou na ocasião acertado ainda que as comunidades a serem visitadas fossem as de Oiticica, Puxim de Dentro, Puxim de Fora, Barra Velha, Atalaia, Birindiba, Antônio Osório, Campinhos e Beira do Rio Pardo. Contudo, cogitou-se a possibilidade da visita ser estendida para Pedras de Una e Comandatuba, mas, ao se pensar no plano de manejo para uma área extensa, chegou-se a conclusão que para aquele momento seria inviável.

→ **Terceira reunião:**

No dia 28 de novembro de 2002, em uma pousada no centro da cidade, a Coordenação Pró-RESEX se reuniu, conforme consta em ATA de mesma data, tendo à frente a Coordenação do CNPT/IBAMA.

Os assuntos em pauta foram: estudo biológico e diagnóstico socioeconômico, agressões ambientais, delimitação da área da reserva, agenda das comunidades.

Abordou-se a importância de que os relatórios biológicos e socioeconômicos fossem feitos até o final de dezembro daquele ano para que se acelerasse o processo de criação da RESEX. Foi colocado que os relatórios deveriam ser embasados com a participação da comunidade, que houvesse formação das

associações, dados da mimeicofauna, agentes ambientais, material de mídia (filmagens) e fotos.

5. 1. 2. Aplicação dos questionários socioeconômicos fornecidos pelo CNPT

De janeiro a março do ano de 2003 foram aplicados os questionários socioeconômicos fornecidos pelo CNPT e foi construído aquilo que foi denominado “Estudo Socioeconômico do Município de Canavieiras”, e deste foi produzido o “Relatório Sócio-Econômico das Comunidades de Pesca de Canavieiras”, cujos dados foram levantados através de um censo junto às comunidades de pesca localizadas ao longo da faixa de praia, no estuário e formações de manguezais.

Os questionários, segundo o relatório, fornecidos pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT-, “foram aplicados exclusivamente nas casas onde a pesca era tida como a principal atividade da unidade familiar”, sendo “aplicados nas comunidades de Barra Velha, Brasas, Campinhos/Laranjeiras, Curva do Leão (Km 18), Ilha de Atalaia, Oitica, Puxim de Fora, Puxim de Dentro, Volta dos Currais e na Sede Municipal”. Ao todo foram entrevistadas 313 pessoas.

As questões contidas no questionário, conforme consta no anexo do relatório, foram: relação nominal dos entrevistados por comunidade de pesca, idade, sexo; grau de escolaridade, condição de ocupação na atividade de captura do pescado, produção, volume da produção; espécies mais capturadas pelas unidades familiares, espécies que nos últimos anos estão desaparecendo, comercialização, conhecimento dos entrevistados sobre RESEX, plano de manejo e o IBAMA; opinião dos entrevistados sobre a formação da RESEX, família e alguns aspectos demográficos. O relatório produzido juntamente com os questionários aplicados foi anexado ao processo 02006002618/01-16, da RESEX Canavieiras/BA.

5. 1. 3. Divulgação de relatório:

Em 31 de março de 2003, o PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais - divulgou o Relatório da 1ª Fase de Execução do Convênio 074/2001, junto com Ministério do Meio Ambiente e Fundo Nacional de Meio Ambiente, projeto “Ações Integradas para Conservação, Recuperação e Preservação Ambiental do Manguezal

de Canavieiras – Bahia”. Esse Relatório foi anexado ao processo 02006002618/01-16 (RESEX Canavieiras, Bahia, volume 2).

5. 2. A Audiência Pública

→ O Convite:

Como um dos requisitos para a criação da Reserva Extrativista e em atendimento à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), o gerente executivo do IBAMA/GERÊNCIA I, juntamente com o Grupo Pró-RESEX e a Prefeitura Municipal de Canavieiras, conforme documento datado de Salvador, 09 de junho de 2003, convidou a população em geral, especialmente representantes dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo; representantes dos pescadores(as) e marisqueiras(os) das comunidades interessadas; órgãos ambientais do Governo Estadual; Ministério Público, Marinha Brasileira, Polícia Militar, ong's com atuação no município, empresários locais, especialmente de empreendimentos turísticos, carcinicultores e industrialização de pescado e marisco, para comparecerem no dia 30 de julho de 2003, para Audiência Pública, no centro da cidade, relativa à criação da Reserva Extrativista Marinha Wilma Xavier, em espaços de propriedade da União, abrangendo os manguezais do município, 3 milhas marítimas mar-a-dentro, tendo como limite no continente as divisas norte e sul do município de Canavieiras com os municípios de Una e Belmonte. (Esta é basicamente a descrição do conteúdo do documento, embora não se saiba se todas essas entidades/órgãos o tenham firmado).

→ A realização da Audiência:

No dia 30 de julho de 2003, conforme consta em ATA de mesma data, ocorreu a Audiência Pública no centro da cidade de Canavieiras (Figura 16). Compuseram a mesa diretiva o prefeito em exercício, o gerente executivo do IBAMA na Bahia, o representante do Escritório Regional do IBAMA em Ilhéus, o presidente da Câmara de Vereadores, o presidente da ECOTUBA, o presidente da Colônia de Pescadores Z-20, a presidente da Associação de Marisqueiras de Canavieiras, o presidente da ACANTUR - Associação Canavieirense de Turismo, um representante

da Polícia Militar, a presidente do CONDEMA, o superintendente adjunto da CEPLAC para a Bahia e Espírito Santo, a promotora de justiça, o secretário municipal de Agricultura, o secretário municipal de Turismo, o presidente da Associação de Catadores de Mariscos de Canavieiras, um capitão de Corveta, o delegado da Capitania dos Portos em Ilhéus e o secretário de Administração de Canavieiras.



Figura 16 – A Audiência Pública relativa à Criação da RESEX, em 30 de julho de 2003. Fonte: Plano de Manejo da RESEX de Canavieiras, 2010 (Em construção).

Durante a Audiência Pública, algumas pessoas que compunham a mesa fizeram suas explicações, a exemplo do prefeito municipal que falou sobre os trabalhos realizados no município e a realizar, a preocupação com o manguezal e a mortandade dos caranguejos que vinha acontecendo; um técnico do IBAMA explanou sobre o papel desse órgão; o assessor do CNPT falou sobre o histórico e o papel das reservas extrativistas no Brasil; também um representante da ECOTUBA e um da PANGEA se pronunciaram. Em seguida, foi aberta a oportunidade para o público em geral fazer as suas colocações e questionamentos e obter as respostas dos componentes da mesa. Assim, em síntese, conforme o constante em Ata, esse foi o conteúdo da Audiência.

Nesse ano, no âmbito político, o prefeito eleito para o mandato relativo ao período 2001/2004 estava afastado do cargo devido a irregularidades na gestão, mas o vice-prefeito estava no comando do executivo e foi quem participou da Audiência. Também nesse referido ano, segundo estudo realizado pela ECOTUBA, o município de Canavieiras viu ocorrer uma extensa mortandade de caranguejo em seus manguezais.

5. 3. Outros encaminhamentos

1. Em 07 de agosto de 2003, o delegado da Capitania dos Portos em Ilhéus (BA) enviou Ofício nº 255/2003 ao chefe do CNPT Brasília (DF), visando ter informações sobre a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras a ser criada; solicitou informações sobre coordenadas geográficas da área (carta da área e croqui), atividade a ser desenvolvida pela população local, e qual era a fase de tramitação do processo de criação da reserva.

2. Conforme documento datado do ano de 2003, a Gerência Executiva I do IBAMA, no estado da Bahia, solicitou informalmente à Procuradoria Federal Especializada (IBAMA/BA) análise sobre a possibilidade de se dar o nome de pessoa ainda viva à Unidade de Conservação de Uso Sustentável Reserva Extrativista Marinha, a ser criada no município de Canavieiras/BA. Como resposta foi apresentado que a Lei nº 6.454, de 1977, estabeleceu no seu artigo 1º que “É proibido, em todo território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta” e no artigo 4º que “A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exercem...”. Já a Constituição do Estado da Bahia, no seu artigo 21, apresenta que

Fica vedada, no território do Estado, a utilização de nome, sobrenome ou cognome de pessoas vivas, nacionais ou estrangeiras, para denominar as cidades, localidades, artérias, logradouros, prédios e equipamentos públicos de qualquer natureza.

Ainda a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, apresenta que o ato de criação de uma unidade de conservação deverá indicar o nome da mesma.

3. Em 18 de setembro de 2003, a gerente executiva I (substituta) do IBAMA/BA (Salvador), enviou o Memo nº 137/03 ao Ministério do Meio Ambiente (IBAMA), informando que estava sendo encaminhado o processo nº

0200600002618/01-16, que tratava da criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, estado da Bahia. Informava também que “a conclusão do processo a nível local tinha sido possibilitada em função da parceria que o IBAMA/BA tinha estabelecido entre os representantes do poder público local, ongs, comunidades extrativistas do município, sendo em sua maioria as associações; que os estudos biológicos para o processo tinham sido possibilitados pelo apoio do FNMA e o cadastramento e estudo socioeconômico dos extrativistas tinha sido realizado pela Secretaria de Educação e ongs locais; que a base cartográfica da futura RESEX, juntamente com os estudos socioeconômicos ambientais, seguia anexa ao processo; e assim apenas se aguardava a criação da RESEX Canavieiras”.

4. No dia 08 de junho de 2004, uma representante da assessoria de Meio Ambiente de Canavieiras enviou ofício nº 041/2004 ao CNPT solicitando informações sobre o estágio do processo de criação da RESEX de Canavieiras, e justificando a solicitação devido ao fato de as comunidades ribeirinhas estarem sofrendo drásticas pressões externas que estariam escasseando os recursos naturais locais sem qualquer impedimento.

5. Diversas entidades de Canavieiras manifestaram através de carta destinada ao Ministério do Meio Ambiente apoio à criação da Reserva Extrativista Pesqueira do Município de Canavieiras: a Câmara Municipal de Canavieiras (em 18/10/2005); a Associação dos Pescadores do Puxim do Sul (em 18/10/2005); a Associação dos Moradores de Barra Velha (em 18/10/2005); a Associação AMPPP (em 18/10/2005); a Colônia Z-20 de Pescadores de Canavieiras (em 18/10/2005); a Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos (em 18/10/2005); a Associação Canavieirense de Apicultores “ACAP” (em 18/10/2005); o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (em 18/10/2005); a Fundação e Associação de Ação Social e Direitos Humanos “GLBT” (em 18/10/2005); e o prefeito municipal de Canavieiras (em 01/11/2005, através do ofício nº 109/2005).

6. Conforme consta em documento, no dia 01 de dezembro de 2005, o PANGEA, após entendimentos com a Colônia Z-20 dos pescadores de Canavieiras e a comissão das comunidades de pescadores de Canavieiras, solicitou ao IBAMA, através de sua Gerência Executiva I na Bahia, que apensasse ao Processo nº 02006.002618/2001-79, as cópias das cartas de apoio à criação da Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros de Canavieiras – RESEX de Canavieiras,

enviadas à ministra do Meio Ambiente pelas instituições representativas das comunidades pesqueiras e municipais.

5. 4. A Consulta Pública

Foi publicado um edital no Jornal *A Tarde*, de Salvador, convocando a população interessada para a Consulta Pública que seria realizada no dia 04 de dezembro de 2005 relativa a criação da Reserva Extrativista.

Em 04 de dezembro de 2005, realizou-se na área externa da Associação dos Moradores de Barra Velha, no interior do município de Canavieiras - BA, a Consulta Pública sobre a proposta de criação da RESEX Canavieiras, conforme o constante em Ata.

Conforme o constante em lista de presença, compareceram à Consulta Pública cerca de quinhentas pessoas. Alguns segmentos da sociedade também estiveram presentes, incluindo o prefeito municipal.

Segundo o que consta em Ata da consulta, diversas autoridades se pronunciaram na Consulta Pública, como o presidente da Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras; o presidente da Associação dos Moradores de Barra Velha; o presidente da Associação dos Moradores do Puxim; o presidente da Associação dos Moradores do Puxim de Dentro (que expressou que aquele momento era a realização de um sonho, e reclamou da dificuldade de acesso a praias e manguezais imposta às comunidades pelos empresários e especuladores imobiliários); o presidente da Associação dos Moradores dos Campinhos ressaltou a importância dos agricultores ao longo do processo iniciado por pescadores e marisqueiros, e mostrou-se indignado com os projetos de carcinocultura. Outros moradores também tiveram oportunidade de expressar suas considerações.

O secretário de Meio Ambiente de Canavieiras entregou ao gerente do IBAMA/ Eunápolis - BA um documento favorável a criação da RESEX e salientou o grande impacto que tinha sido a mortandade em massa de caranguejos na região (cerca de 30 milhões), proporcionando prejuízos socioeconômicos e ambientais.

Vários outros pronunciamentos ocorreram como o do representante do PANGEA; também o do prefeito municipal, que expressou que a RESEX “não precisava ser impedimento para o desenvolvimento e reclamou das dificuldades que a prefeitura estava tendo para cumprir seus compromissos”. A representante da

Universal Propriety, do ramo de empreendimentos turísticos, reclamou da inexistência de representantes de outros setores na Consulta Pública, a exemplo dos hoteleiros, carcinicultores, e a importância desses setores para o desenvolvimento da região. Ainda foram apresentados problemas ligados a pescadores que vinham de outras localidades, problemas relativos à propriedade de terras da União na área da RESEX etc.

Ao final da Consulta, por duas vezes o representante do IBAMA/ Eunápolis – BA – teria perguntado a todos os presentes se eram favoráveis a criação da RESEX, ao que nas duas vezes o público em massa teria respondido afirmativamente.

5. 5. Outros encaminhamentos

1. No dia 20 de dezembro de 2005 o PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais encaminhou ao CNPT/IBAMA os laudos socioeconômicos, biológicos e uma sugestão de decreto de criação da reserva e, conjuntamente, enviaram as cartas de apoio, recolhidas pela Colônia Z-20 dos pescadores de Canavieiras, e solicitavam que todos os documentos enviados tivessem uma cópia apensada ao processo nº 02006.002618/2001-79 após análise técnico-institucional.

2. No dia 22 de dezembro de 2005, a GEREX I do IBAMA/BA enviou Ofício nº 1643 para a Gerência Regional do Patrimônio Público – GRPU, solicitando manifestação atestando dominialidade das terras localizadas na área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, nos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, no estado da Bahia, e ao mesmo tempo encaminhavam o mapa da área, lista de pontos demarcados e memorial descritivo da área proposta para a Reserva.

3. Ainda em 22 de dezembro de 2005, a Gerência Executiva I do IBAMA na Bahia enviou Ofício nº 1644 para a Gerência Regional do INCRA solicitando dessa Superintendência manifestação atestando a dominialidade das terras localizadas na área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no Estado da Bahia, e se existiria alguma objeção do INCRA à pretensão de transformar a área em Unidade de Conservação do tipo RESEX.

4. No dia 18 de janeiro de 2006, em resposta ao Ofício nº 1643 da GEREX I IBAMA/BA, foi enviado o Ofício nº 038/2006/GAB/GRPU/BA e a Nota

Técnica nº 002/2006/SEDEC/GRPU/BA, comentando que, conforme consta no Art. 20 da Constituição Federal, são bens que integram o domínio da União:

a. as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

b. o mar territorial;

c. os terrenos de marinha e seus acrescidos;

Sendo que a área delimitada para a implantação da RESEX, englobando os municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, a SEDEC não possuía cartografia em meio digital georreferenciada com demarcação de Linha de Preamar Média de 1831, seja em caráter presumível ou aprovada. Para tanto, a SEDEC nada apresentava como se opondo quanto à criação da RESEX, mas recomendava à GRPU/BA, firmasse convênio com o IBAMA para realização do mapeamento aerofotogramétrico da área delimitada para a RESEX que resultasse na demarcação da Linha de Preamar Média, e encaminhasse à gerência para conhecimento e aprovação, e posterior envio das informações contidas na Nota Técnica a GEREX I IBAMA/BA.

5. Em resposta ao Ofício nº 1644 da Gerência Executiva I do IBAMA na Bahia/2005, o INCRA/BA, através do seu superintendente substituto, em 01/02/2006 enviou Ofício nº 302, informando que, a partir das coordenadas indicadas no memorial descritivo enviado pela GEREX I IBAMA/BA, dentro do perímetro proposto para a criação da Reserva Extrativista, apenas parte da área urbana do Projeto de Assentamento Puxim/Sarampo fora atingida (27,6353 ha), conforme mapa que seguia anexo. Além desta, nenhuma outra área, desapropriada ou em processo de desapropriação para fins de reforma agrária, estava inserida no perímetro da futura RESEX. E quanto à questão da dominialidade das terras, uma vez que o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA continha informações declaratória, sugeria-se consultar a Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia – CDA, para informações mais precisas.

6. No dia 06/02/2006 a GEREX I IBAMA/BA enviou Ofício nº 167/06 ao comandante do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil em Salvador/BA, solicitando manifestação sobre a existência de alguma objeção à criação da Reserva Extrativista de Canavieiras, e para tanto, foi enviado em anexo cópia do mapa da área, lista de pontos demarcados e memorial descritivo.

5. 6. A Criação da Reserva

“Realizados” os procedimentos básicos necessários para a criação da Reserva, dentre os quais o estudo biológico e o socioeconômico, a Audiência Pública e a Consulta Pública, em cinco de junho de 2006 o Governo Federal decretou a criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

A Reserva foi criada, e, subsequentemente, colocada em processo de implantação. Segundo consta na Ata da reunião em que foi formado o Conselho Deliberativo da RESEX, em dezembro de 2008, este é composto pelas seguintes representações:

→ **Segmentos da comunidade extrativista:** pescadores do mar; segmentos das marisqueiras; segmento dos artesãos de pesca; segmentos de pegadores de caranguejos; pescadores de Campinhos; pescadores da Atalaia; pescadores de Puxim de Dentro; pescadores de Puxim de Fora; pescadores de Oiticica; agricultores de Campinhos; pescadores de Barra Velha; agricultores de Barra Velha; Colônia Z-20 de pescadores de Canavieiras; Colônia Z-21 de pescadores de Belmonte.

→ **Demais segmentos:** ICMBio; IBAMA; SEMA; Marinha do Brasil; Prefeitura Municipal de Canavieiras; Câmara de Vereadores de Canavieiras; setor de Universidades: UESC; setor hoteleiro; setor de organizações não-governamentais socioambientais (2 vagas); setor de turismo (lancheiros, cabaneiros, etc.); criadores de camarão, armadores e lagosteiros.

Sendo que:

O Conselho Deliberativo desta Resex é composto de 25 conselheiros titulares e 25 suplentes, entre representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além de outras instituições civis, sendo que a maioria das representações coube às comunidades e segmentos extrativistas da Resex. A presidência do Conselho é exercida pelo Instituto Chico Mendes – ICMBio. O funcionamento é através de reuniões, discussões e votações, seguindo-se o que determina o seu Regimento Interno, onde as decisões são registradas em atas e resoluções (LEÃO; FREITAS, In: TABU, n. 809, p. 5).

6. CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS

→ Principais entidades/associações ligadas à pesca em Canavieiras participantes da RESEX

São sete as entidades de pesca/associações mais atuantes no município de Canavieiras e que são participantes diretas da RESEX, cada qual representando um núcleo/comunidade tradicional (Quadro 2).

Essas entidades/associações são: Colônia de Pesca Z-20 (Associação dos Pescadores de Canavieiras), localizada na sede municipal, fundada em 01 de agosto de 1931; APEMA – Associação dos Pescadores e Marisqueiras e Moradores da Comunidade de Atalaia, fundada no ano de 2003; APAC – Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos, fundada a 14 de maio do ano de 2004, inclui não somente os moradores da localidade Campinhos, mas também as pequenas localidades próximas; Associação de Pescadores do Puxim do Sul, fundada em 27 de abril do ano de 1998; Associação de Pescadores e Marisqueiras do povoado de Oiticica, fundada a 23 de julho do ano de 2006; AMAPPP – Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores do Puxim da Praia, fundada em 05 de maio de 2004; Associação de Pescadores e Extrativistas de Barra Velha, fundada a 14 de janeiro do ano de 2007.

Quadro 2 – Principais entidades de pesca em Canavieiras ligadas à RESEX

Localidade	Associação
Sede	Colônia de Pesca Z-20
Atalaia	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Atalaia
Campinhos	Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos
Puxim do Sul	Associação de Pescadores do Puxim do Sul
Oiticica	Associação dos Pescadores de Oiticica
Puxim de Fora	Associação de Marisqueiros, Pescadores e Agricultores do Puxim da Praia
Barra Velha	Associação dos Pescadores e Marisqueiros Extrativistas da Barra Velha

Fonte: BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010.

→ Número estimado de pescadores e marisqueiros em atividade no município de Canavieiras

Segundo estimativas da Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras, em parceria com as associações de pescadores das localidades (apud BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010), 9.805 pessoas participam diretamente da atividade pesqueira - na captura do pescado (Tabela 18). Esses pescadores estariam distribuídos entre as localidades (núcleos/comunidades tradicionais) e a sede municipal. A sede municipal congregaria, segundo a estimativa, a maior quantidade de marisqueiros (8.000), seguida respectivamente de Campinhos (1.000) e Puxim do Sul (350), embora não se tenha encontrado o ano da estimativa.

Tabela 18 – Número estimado de pescadores e marisqueiros ativos de Canavieiras

Localidade	Nº de Pescadores	Nº de Marisqueiros	Total Profissionais
Sede	5.000	3.000	8.000
Atalaia	185	15	200
Campinhos	350	650	1.000
Puxim do Sul	80	270	350
Oiticica	12	53	65
Puxim de Fora	80	40	120
Barra Velha	30	40	70
Total	5.737	4.068	Total Geral = 9.805

Fonte: Colônia de Pesca Z-20 e associações de pescadores das localidades, apud BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010.

→ Composição da frota de barcos do município de Canavieiras

Do total da frota de 528 barcos do município de Canavieiras, em 19 de fevereiro de 2008, conforme dados da pesquisa de campo da Biomonitoramento e Meio Ambiente (Tabela 19), as maiores frotas eram de canoas (69%), barcos de convés (16%) e bateiras ou catraias (10%). Chegou-se a esse número total da frota municipal de barcos através da soma das frotas das localidades (núcleos/comunidades) e da sede.

Cada tipo de embarcação, a depender do seu tamanho e do seu nível de potência, vai permitir a captura de pescado com maior ou menor intensidade e em ambientes mais rasos ou mais profundos.

Tabela 19 – Composição da frota de barcos do Município de Canavieiras, em 19/02/2008

Tipo de Embarcação	Quantidade
Barcos de Convés de Fibra	3
Barcos de Convés	87
Jangada	14
Canoa	366
Bateira	56
Canoa de Fibra	2
Total	528

Fonte: BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2010.

→ **População das comunidades dentro da Reserva antes e após a sua criação**

Na Tabela 20 tem-se especificado a população das comunidades da RESEX incluindo a da sede municipal nos anos de 2005 (ano anterior à criação da reserva) e 2007 (ano posterior à criação da reserva).

O que se pode observar é que, entre 2005 e 2007, a população urbana teve um acréscimo na sua população de 1.605 pessoas, sendo que neste último ano a sua população passou a representar 77,10% da população municipal. O povoado de Oiticica teve um decréscimo de 38 pessoas, passando sua população a representar 0,7% da população municipal; o distrito de Puxim do Sul teve um acréscimo de 1.536 pessoas, passando sua população a representar aproximadamente 6,4% da população municipal; e a população total municipal teve um acréscimo de 1.589 pessoas (4,3%).

Tabela 20 – População das comunidades da RESEX em 2005 e 2007

Núcleos/Comunidades	População/Ano	
	2005	2007
Sede Municipal	26.956	28.461
Atalaia	165	-
Campinhos	328	-
Oiticica	303	265
Barra Velha	325	-
Puxim de Fora	120	-
Puxim do Sul	810	2.346
Total	29.007	31.076 (incompleto)
População municipal total	35.322	36.911

Fonte: IBGE, 2000; PSF, 2005, apud Machado (2007); IBGE, 2007, apud Fernandes et al. (2008).

→ **Base econômica das comunidades**

No Quadro 3 tem-se especificado as principais atividades econômicas dos núcleos/comunidades tradicionais abrangidos pela RESEX, em Canavieiras.

Quadro 3 – Principais atividades econômicas das comunidades

Núcleo/Comunidades	Atividades Econômicas
Oiticica	Pesca, lavouras, hortas, comércio
Puxim do Sul	Pesca, lavouras, hortas, pecuária, comércio
Puxim de Fora	Cultivo de coco, pesca, pecuária, hortas
Barra Velha	Cultivo de coco, pesca, hortas, lavouras, pecuária
Sede Municipal	Serviços, comércio, pesca, lavouras, hortas, pecuária
Atalaia	Pesca
Campinhos	Pesca

Fonte: IBGE, 2000; PSF, 2005, apud Machado (2007).

Em Oiticica e Puxim do Sul a principal atividade econômica é a pesca, que é facilitada pela presença de riachos e rios. Segundo Fernandes et. al. (2008, p. 99), a principal atividade da comunidade de Oiticica “é a comercialização do aratu catado. Os habitantes também pescam robalo, tainha e outros peixes. Alguns moradores trabalham em fazendas e cultivam coco, maracujá e na extração da piaçava”. Já em Puxim do Sul

Os moradores pescam caranguejo, aratu, guaiamu, siri, ostra, lambreta e sururu sendo que esses dois últimos estão mais escassos. No rio, pescam robalo, tainha, arraia, bagre, aratu, mero e carapeba. No mar, as principais espécies de pescado são o dourado, vermelho, cação e olho de boi (Ibidem, p. 101).

Ainda tem-se a agricultura e a pecuária, mesmo que em pequena escala, tanto na comunidade de Oiticica, quanto na de Puxim do Sul, cujos excedentes são comercializados (PLANO DE MANEJO DA RESEX CANAVIEIRAS – PDA, 2010).

Em Puxim de Fora o coco é a principal atividade econômica, enquanto a atividade pesca se constitui em uma atividade complementar.

Na comunidade de Barra Velha o cultivo do coco é uma importante atividade econômica. Já a pesca é realizada tradicionalmente no estuário, de onde se extrai o camarão branco, e no manguezal.

A sede municipal é aquela que possui a economia mais diversificada, tendo como principal setor dinamizador da economia o setor terciário (serviços, comércio); mas tem ainda outras atividades, como a pesca, lavouras, hortas, pecuária.

Historicamente, Atalaia é uma comunidade cuja atividade econômica característica é a pesca, tanto no litoral quanto no estuário, além de extraírem recursos do manguezal - embora este tenha sofrido significativa redução, por conta de sua degradação em função de ações antrópicas, diminuindo, por conseguinte, a disponibilidade dos seus recursos.

Já na comunidade de Campinhos, que inclui pequenos agrupamentos humanos nas suas proximidades, a atividade econômica desenvolvida é a pesca, no estuário, associada à coleta de moluscos e crustáceos. Nessa comunidade, homens e mulheres participam da atividade mariscagem (MACHADO, 2007).

→ **Questão fundiária:** se a RESEX foi criada somente em terras da União

A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras foi criada majoritariamente em terras pertencentes à União: terras de marinha e ilhas costeiras. Entende-se por terrenos de marinha aqueles terrenos que sofrem influência, pela sua proximidade, das águas salgadas, e não se referem como em primeiro momento se poderia imaginar, a terrenos pertencentes à Marinha do Brasil.

Os terrenos de marinha, bem da União, são as áreas situadas na costa marítima, as que contornam as ilhas, as margens dos rios e das lagoas, em faixa de 33 metros, medidos a partir da posição de preamar médio de 1831, desde que nas águas adjacentes se faça sentir a influência de marés com oscilação mínima de cinco centímetros (PLANO DE MANEJO RESEX CANAVIEIRAS – PDA, 2010, pp. 37-38).

Não obstante,

Por exceção, exclui-se do universo "terrenos de marinha", como propriedade da União, as terras que, embora subsumidas à definição legal, foram plenamente transferidas aos demais entes federativos ou a particulares em atos da coroa ou do governo republicano²⁰, lembrando que apenas após a Carta de 1988 tal prática ficou expressamente inconstitucional, embora respeitando as transferências até então efetuadas. Finalmente, as praias também não são terrenos de marinha. São bens públicos de uso comum tais como as praças e ruas e têm definição específica conforme Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Ibidem, p. 40).

Ficou a cargo da Secretaria do Patrimônio da União – SPU, conforme Decreto-lei nº 9.760/46, a prerrogativa de determinar a linha de preamar de 1831 e das enchentes ordinárias, base para o processo de demarcação das terras de

²⁰ Decreto-lei 9.760/46 Art. 198: A União tem por insubsistentes e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno de terrenos de marinha e seus acrescidos, salvo quando originais em títulos por ela outorgados na forma do presente Decreto-lei (apud PLANO DE MANEJO DA RESEX CANAVIEIRAS – PDA, 2010, p. 40).

marinha, sendo que a mesma poderá contar ainda com a colaboração dos interessados para tal fim (PLANO DE MANEJO RESEX CANAVIEIRAS – PDA, 2010). Contudo, no caso específico da área proposta para criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que é quem controla os terrenos de marinha, não as havia demarcado.

Como parte dos procedimentos para criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, foi feito levantamento fundiário da área proposta para sua criação. Esse levantamento, conforme consta em Processo Administrativo relativo à criação da referida Unidade de Conservação, foi levado a efeito pela empresa Estrutural Estudos e Projetos Ltda., que por sua vez foi contratada pela ong Flora Brasil.

A empresa responsável pelo levantamento fundiário (empresa Estrutural e Projetos Ltda.) teve acesso a dados da Secretaria de Saúde Municipal relativo ao número de residências existentes dentro da área proposta para a criação da RESEX, sendo que a Secretaria de Saúde Municipal tinha levantado um número de 417 residências.

Das 417 residências existentes, para o levantamento fundiário foram visitadas 134 ocupações (32% dos imóveis), entre escolas, residências, igrejas, empresas, etc., para captação de pontos georreferenciados.

Ainda para o levantamento fundiário, foram aplicados 54 Laudos Exedito de Identificação Fundiária, em 54 residências (49 de pessoas físicas e cinco de pessoas jurídicas – carcinicultura, hotelaria e turismo). Esses laudos foram aplicados nas comunidades de Campinhos, Barra Velha, Puxim de Fora, Puxim da Praia, Atalaia e Oiticica, com questões que versavam sobre nome do imóvel, localidade, área do imóvel, total de famílias residentes no imóvel; número total de pessoas residentes no imóvel, tempo de ocupação, uso atual do imóvel, existência de conflitos envolvendo o imóvel, nome completo do ocupante, local de residência do ocupante, tipo de ocupação: proprietário, meeiro, posseiro, foreiro, arrendatário, parceiro etc.; ocupação principal, renda familiar, etc. Em alguns casos em que o ocupante não se encontrava no local no momento da visita, certas informações foram fornecidas por pessoas ligadas à comunidade e que acompanhavam o processo.

Fez-se ainda levantamento da questão da dominialidade dos terrenos/imóveis, sua origem, sucessão até a dominialidade no momento. Obteve-se como um dos resultados que, em alguns casos, a origem do “desmembramento” do

terreno, se tornando “particular”, se deu através de ato do poder público municipal ou do governo do estado da Bahia, com registro sendo efetivado na comarca local. E em alguns casos procedeu-se também a correções nas referidas áreas, com acréscimos além da sua extensão original do ato de desmembramento. Na conjuntura na qual se deram os procedimentos para a criação da RESEX de Canavieiras, muitas dessas áreas tinham sido adquiridas por empresários do setor turístico visando à construção de grandes *resorts*.

A dominialidade desses terrenos por parte de particulares, cuja origem do desmembramento é o poder público municipal ou o estadual, tem sua validade até o momento de sua anulação por procedimento devido de quem as emitiu, ou por contestação da Secretaria do Patrimônio da União - SPU, por se constituírem em terrenos de domínio exclusivo da União, conforme expresso na Constituição Federal de 1988, e que devem ser administrados pela SPU, única que poderia por direito praticar tal ato de “desmembramento” (PLANO DE MANEJO RESEX CANAVIEIRAS – PDA, 2010).

No dia 1º de março do ano de 2011, o prefeito municipal de Canavieiras, conforme Decreto Municipal 048/2011, anulou os Títulos de Domínio Direto outorgados pela prefeitura municipal, no transcurso do tempo, sobre imóveis nas ilhas do município de Canavieiras, em função da ilegalidade da concessão desses títulos.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

7. 1. TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS TENDO A RESEX COMO FATOR DE INFLUÊNCIA

Nos primórdios de sua história, o território que originaria o município de Canavieiras fora completamente coberto por floresta – a Mata Atlântica. Mas, no decorrer do processo de produção/reprodução do seu espaço geográfico esta foi sendo retirada, enquanto atividade econômica (sobretudo o pau-brasil); também para dar lugar a outras diferentes atividades econômicas, a núcleos populacionais e a estradas/rodovias. Atividades que impactaram significativamente a natureza.

No transcurso dos séculos XVIII e XIX a exploração madeireira e de essências florestais foi a base econômica de Canavieiras, embora entre 1883 a 1893 a mineração de diamantes tivera grande importância para a socioeconomia municipal.

A cacauicultura, no século XX, foi a principal atividade econômica do município, responsável pela concentração da maior parcela da mão-de-obra municipal disponível, e, em função dos revezes sofridos por essa atividade no referido século, também responsável por transformações socioeconômicas na realidade municipal.

O município de Canavieiras, a partir do final da década de 1980, passou por substancial transformação socioeconômica, tendo como principal fator o declínio da até então sua principal atividade econômica: a cacauicultura. Essa transformação se refletiu na realidade da população, cuja maior parcela passou a residir no espaço urbano, e outra parcela migrou para outras localidades; influiu na economia municipal, que passou por reorganização nos seus setores, deixando de ter no setor primário o principal setor produtor de capital passando o setor terciário a assumir a liderança; contribuiu para o elevado grau de informalidade na ocupação, e para a busca por parte significativa de sua população pelos recursos naturais, como a pesca e mariscagem, como meio de sobrevivência; e refletiu também ambientalmente, pois os revezes sofridos pela cacauicultura abriu espaço para expansão das áreas de pastagens destinadas a pecuária bovina - em alguns casos substituindo áreas cultivadas com cacau -, e pressões sobre ecossistemas por conta das condições socioeconômicas de parcela da população.

Segundo Nascimento; Dominguez e Silva (2009), na década de 1990 ocorreram significativas perdas da cobertura vegetal da Mata Atlântica no município de Canavieiras e no seu vizinho município de Belmonte, por conta da queima de áreas de Floresta Ombrófila Densa, onde pequenas propriedades agrícolas, cuja extensão variava entre 20 a 50 ha, eram destinadas, no início, para o uso agropastoril, sendo que no processo de sua ocupação havia remoção da vegetação e passagem de maquinário, soterrando nascentes nas áreas de tabuleiros, para a expansão das áreas de pastarias, seguida pela silvicultura. Em 2005, o cultivo de eucalipto no município de Canavieiras abrangia 560 h (NASCIMENTO, 2007 apud NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009). Já o seu efetivo bovino no ano de 2008 apresentou um vertiginoso crescimento se comparado com os anos anteriores, alcançando 65.823 cabeças (Figura 17 e Tabela 21).

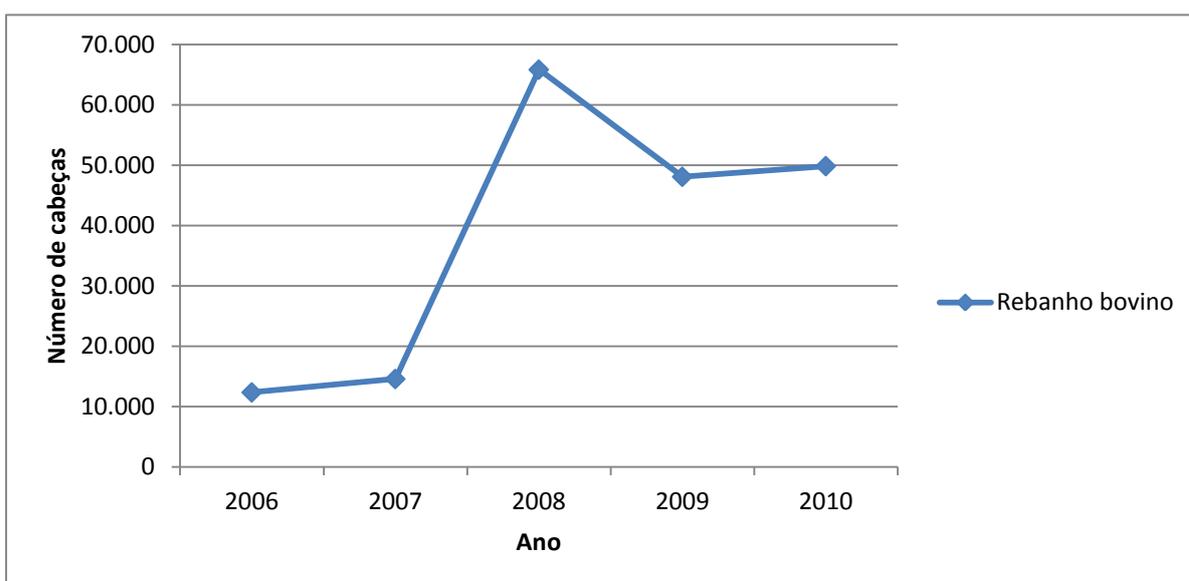


Figura 17– Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras, de 2006 a 2010.

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B. (2011).

Tabela 21 – Efetivo de rebanho bovino do município de Canavieiras e da Microrregião Ilhéus-Itabuna, de 2006 a 2010.

Efetivo de rebanho bovino					
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Canavieiras	12.350	14.573	65.823	48.074	49.840
Microrregião Ilhéus-Itabuna	826.847	824.879	842.523	726.521	-

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

Nascimento; Dominguez e Silva (Ibidem) pontuam ainda que, para a planície costeira do município de Canavieiras, a partir do ano 2000, surgiram novas perspectivas de investimentos por conta da implantação de importantes empreendimentos turísticos, projeto de construção da rodovia Canavieiras-Belmonte, e instalação das fazendas de carcinicultura [...], iniciando uma nova fase de transformação nesta área do litoral como resultado da dinâmica de suas relações externas.

7. 1. 1. Impactos e conflitos socioambientais no processo de criação e implantação da RESEX

→ Impactos

Alguns impactos ambientais, sobretudo antes da criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, vinham sendo percebidos dentro da área na qual a mesma foi criada ou em suas proximidades. A identificação de tais impactos negativos em certos ecossistemas, impactando também indiretamente as populações que desses ecossistemas retiravam o seu meio de subsistência, tendo como principais agentes atividades econômicas, se tornaram objeto de conflitos para com populações de extrativistas, e, posteriormente, para com a própria RESEX.

No mapeamento dos conflitos socioambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede Manguemar Bahia (s. d.), no que se refere ao município de Canavieiras, apresenta que ainda no ano de 2002 foi observado por pescadores locais a mortandade de caranguejos, peixes e crustáceos no Rio Cedreiro, que depois se estendeu pelo Rio Cotovelo e chegou a Barra Velha e Puxim.

Nesse mapeamento vem elencado, para o município de Canavieiras, um conjunto de impactos identificados e que são listados a seguir:

- Interdição de acessos a manguezais e portos por cercas e tanques;
- Construção de barreiras entre tanques e estuário e que vieram a se romper permitindo, assim, o escape da espécie exótica de camarão *Litopenaeus vannamei* para o rio da Barra Velha;
- Desmatamento de manguezais dentro da RESEX;
- Implantação de fazendas de camarão sobre áreas de apicum, *habitat* do guaiamu, o qual apresentou significativa redução na sua população;

- Assoreamento do manguezal, pelo deslocamento de areia utilizada nas barreiras para o estuário em Puxim;
- Drenagem de várias áreas úmidas (brejos e lagoas) onde os peixes se reproduziam e os rios próximos ficaram assoreados;
- Contaminação de águas de rios pelas águas lançadas sem tratamento pelas fazendas no momento das despescas;
- Destruição de imensa quantidade de alevinos e outros microorganismos, quando bombeados para dentro dos tanques; e morte de outros no momento das despescas.

Machado (2007), em visita de campo à área em 2006, identificou um conjunto de impactos ambientais sobre manguezais do município. Esses impactos foram: pressões decorrentes da ocupação humana desordenada, ausência de sistema de esgotamento sanitário, disposição de lixo a céu aberto, corte e aterro de áreas de manguezal. Para os “núcleos/comunidades”, esse autor ainda especificou que ocorrem problemas como lixo queimado, lixo enterrado, lixo no mangue, fossa negra, fossa sumidouro, vala, matadouro, corte de mangue, concorrência com áreas de uso do turismo, privatização e fechamento dos acessos aos portos, desrespeito aos períodos de defeso das espécies, uso de instrumentos de pesca com eficiência predatória e uso desordenado dos ecótonos que fazem limite com os manguezais. Ainda apresenta problemas ocasionados por atividades agrícolas e de pecuária desenvolvidas nas áreas de transição entre manguezais e restinga. Contudo, pontua que as principais pressões são aquelas advindas da carcinicultura, no entorno das áreas de mangue.

→ **Conflitos de interesses**

O processo de criação, e, subseqüentemente, o de implantação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras não se deram em todo o seu trajeto de forma pacífica, pois interesses antagônicos de diferentes atores sociais passaram a estar mais diretamente em jogo, propiciando com que conflitos se manifestassem.

No ano de 2001, quando foi formalizado o pedido de criação da Reserva junto ao IBAMA/BA, e em 2002, quando se deram as três primeiras reuniões, não foram identificado, propriamente dito, manifestações de conflitos no sentido de contraposição ao processo de criação. O que se identificou, sim, foram conflitos em função dos impactos de certas atividades, como a carcinicultura, para ecossistemas

e também para as populações extrativistas que deles se utilizavam. Representantes do poder público (secretarias e alguns vereadores) participaram de algumas das citadas reuniões apoiando a iniciativa de criação da Unidade de Conservação.

Contudo, quando da realização da Audiência Pública (em 2003) alguma mobilização contrária à RESEX já se manifestava. Como exemplo, pode se citar a própria Audiência Pública, que, segundo informações fornecidas por pessoas da comunidade local, pessoas essas que dizem ter estado presentes na Audiência, inicialmente a mesma se daria a portas fechadas, restrita a um pequeno grupo e contou com a presença da Polícia Federal por questão de segurança. Pessoas da comunidade e representantes de certos setores da sociedade teriam pressionado quem “montava guarda na porta” até conseguir entrar no recinto e poder participar da reunião.

Com a realização da Consulta Pública em uma Ilha no interior do município (em dezembro de 2005), a oposição à criação da Reserva passou a se mostrar mais intensa, pois a mesma passou a ser uma possível influência negativa direta a certas atividades econômicas, como a carcinicultura, cujas fazendas encontram-se instaladas, segundo MMA; FNMA e PANGEA (2003), em ecótonos próximos às áreas de manguezais, e para os *Resorts* (que em sua maioria foram planejados se inserir em áreas que passaram a ser abrangidas pela RESEX), e indiretamente para o comércio.

Por envolver interesses econômicos de diferentes segmentos da sociedade local, quanto envolver a questão da conservação e restauração do meio ambiente, a criação da RESEX tornou-se objeto de posicionamentos antagônicos, no território municipal, por parte de diferentes atores sociais. Na manifestação dos conflitos de interesses, o posicionamento dos principais atores sociais foi o seguinte:

- A favor da criação da RESEX: extrativistas, IBAMA e ONGs ambientalistas;
- Contrários à criação da RESEX: carcinicultores, empresários do setor hoteleiro, especuladores imobiliários, comerciantes e agentes políticos.

Esses conflitos de interesses se acentuaram após a criação da Reserva, quando também se intensificaram as manifestações de contraposição. Várias vezes reuniões que seriam realizadas no sentido da formação do Conselho Deliberativo da RESEX, como parte dos requisitos para a sua implantação, não foram efetivadas devido à grande manifestação contrária, no recinto em que ocorreriam as reuniões.

Em razão disso, a reunião na qual se deu a formação do Conselho Deliberativo da RESEX acabou por acontecer no Auditório da CEPLAC, na cidade de Ilhéus.

Como fatos que evidenciam posicionamentos antagônicos e conflitos de interesses quanto à criação da reserva, pode-se citar:

→ Pelo lado que se colocou contrário à criação da Reserva: realização de diversas passeatas, em protesto à criação da Reserva, tendo à frente, sobretudo, agentes políticos e comerciantes locais (Figura 18); utilização da mídia impressa local e de outros veículos de informação internos e externos ao município para fazer as seguintes alegações: que houve fraude na origem da documentação inicial do processo de criação da Reserva (como assinaturas falsificadas); que houve alteração no projeto inicial da Reserva referente aos seus limites (o qual passou a incluir além das áreas úmidas, dos manguezais e mar, também porções de terra seca, incluindo áreas onde foi projetada a inserção da maioria dos *Resorts*) sem a devida consulta à população; e propagação da ideia de que a Reserva trará malefícios para o município (desemprego e a inibição de novos fluxos de capitais). Esse grupo contrário à Reserva ainda massificou perante a população o *slogan* “Natureza Sim RESEX Não”.



Figura 18 – Passeata em protesto contra a criação da RESEX, em 2009.
Fonte: Jornal TABU *on line*, 2009.

→ Pelo lado favorável à criação da Reserva: os extrativistas através de suas representações, o IBAMA e ambientalistas, apresentando que a criação da Reserva possibilitará a garantia do meio de sobrevivência de marisqueiras e pescadores

artesanais, e a conservação do meio ambiente, além de coibir a especulação imobiliária e a grilagem de terras da União que vinham ocorrendo na área (Figura 19).



Figura 19 – Placa que indica particularidade em terras da União (A) e pescadores artesanais dentro da área da RESEX (B).

Fonte: (A) Plano de Manejo da RESEX Canavieiras – PDA, 2010 (em construção). (B) MACHADO, R. A. S., 2007.

7. 2. Transformações socioambientais com a criação e processo de implantação da RESEX

A supressão de vegetação nativa, degradação de parcelas dos seus recursos naturais, tendo como finalidade alcançar crescimento econômico tem permeado a realidade histórica do município de Canavieiras. Na atualidade, a dualidade crescimento econômico/conservação ambiental tem se tornado evidente e se rivalizado no município, tendo como objeto do conflito a Reserva Extrativista.

A criação da Reserva Extrativista Marinha, e, por extensão, o seu processo de implantação influenciaram transformações socioambientais no município de Canavieiras, na dimensão ecológica, social, econômica, espacial e cultural. No entanto, como essa RESEX tem cinco anos de criada e se encontra em processo de implantação, sua influência nas transformações socioambientais no referido município está em curso. Ademais, no que se refere aos ecossistemas presentes na área de abrangência da RESEX, sobretudo o de manguezais, embora impactados de forma localizada por atividades, ainda se encontravam em bom estado de conservação, sendo considerado um dos mais bem conservados dentro do estado.

→ **Dimensão ecológica**

A presença da Reserva Extrativista e, por extensão, as ações de gestão e fiscalização por parte de sua administração, com o apoio do IBAMA, tanto dentro quanto fora do perímetro da RESEX, têm propiciado a inibição a impactos ambientais a ecossistemas por parte de atividades, bem como a identificação e coibição de ações predatórias por parte de indivíduos. Embora ações predatórias ainda possam ser encontradas nas práticas de extrativistas, através das técnicas utilizadas e desrespeito a períodos de reprodução das espécies.

Essas ações de gestão e fiscalização já têm surtido efeitos práticos no campo ecológico, como a conservação de ecossistemas, melhoria da qualidade ambiental em áreas degradadas, como áreas de manguezais, propiciando a conservação, a reprodução e desenvolvimento de espécies, como a do caranguejo Uçá – *Ucides cordatus* -, aumentando o número dos seus indivíduos. Contudo, frisa-se que a melhoria da qualidade ambiental em áreas de manguezais já vinha em curso antes da criação da Reserva, através de trabalhos desenvolvidos pela ECOTUBA.

Segundo Leão e Freitas (In: TABU, n. 809, p. 5)

Uma das primeiras preocupações no processo de implantação da Resex foi o diagnóstico e a fiscalização ambiental das atividades potencialmente impactantes existentes na região de inserção da unidade, como os empreendimentos empresariais utilizadores de recursos ambientais, os períodos de defeso de espécies marinhas e crimes ambientais em geral. Neste sentido foram realizadas diversas operações de fiscalização e monitoramento com resultados surpreendentes em termos de conservação. No defeso do caranguejo, por exemplo, as primeiras operações chegaram à surpreendente marca de mais de 10 mil caranguejos apreendidos, enquanto as últimas apreenderam menos de 2 mil unidades ao longo de todo período de defeso.

O município de Canavieiras se constitui em um dos principais produtores no estado da Bahia da espécie de caranguejo denominado de Uçá – *Ucides cordatus* –, sendo este um dos principais produtos da RESEX de Canavieiras. Em operação realizado pelo ICMBio, nos primeiros meses do ano de 2011, em conjunto com o IBAMA e Polícia Militar da Bahia, foram apreendidos no município, entre caranguejo uçá e guaiamu, cerca de 22.500 indivíduos, considerado um recorde, o que possibilitou se perceber um significativo aumento desse produto (LEÃO; FREITAS, In: TABU, n. 812, p. 5).

→ **Dimensão espacial e cultural**

A utilização de espaços estuarinos, de mar e manguezais para prática de suas atividades tem sido uma característica das populações abrangidas pela RESEX. Tais espaços, além de ambiente de trabalho, se constituem em ambientes de troca e solidariedade (MACHADO, 2007). A territorialidade sobre esses espaços, garantida formalmente sob a proteção da Unidade de Conservação, tem contribuído para garantir a esses trabalhadores a utilização desses espaços de forma continuada. Nos casos em que essa territorialidade foi impedida, devido a empreendimentos, a Reserva se constitui instrumento que, após as devidas regularizações fundiárias, em tese proporcionará novamente a reterritorialização dos trabalhadores artesanais sobre esses espaços.

No âmbito cultural, os aspectos característicos dessas populações, que fazem dos recursos naturais sua fonte de subsistência, são típicos das condições socioeconômicas e ambientais do contexto no qual estão historicamente inseridas, com seus costumes e técnicas relativos a essa realidade, e não com significativas tradições culturais como o é comum em outras realidades.

Ao longo de gerações, os instrumentos e as técnicas utilizadas na prática da atividade pesqueira no município por parte do que consideramos como população tradicional permaneceu pouco alterada, fruto da adaptação de um grupo humano a um ecossistema específico (MACHADO, 2007, p. 109).

A criação da Reserva Extrativista não trouxe significativas transformações no sentido de alterar a realidade espacial e cultural das populações abrangidas pela Unidade de Conservação, mas sim de protegê-las. Embora, no âmbito cultural, transformações, em alguns núcleos, se dão lentamente no sentido de sua alteração em função do próprio contato que moradores passam a ter com novas realidades típicas de núcleos maiores, a exemplo da cidade de Canavieiras ou outras cidades, adaptando-as ao seu contexto, sobretudo através da inserção de objetos técnicos ou funções que intermediam relações sociais. Também o fato de muitos trabalhadores artesanais, tanto da sede municipal quanto das outras comunidades, terem se associado às respectivas associações representativas de suas comunidades, e estas estar sob a representação de uma associação maior, a “AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas”, e esta por sua vez integrada a administração do ICMBio/RESEX Canavieiras, tem possibilitado articulação entre os extrativistas dos diferentes núcleos/comunidades tradicionais, permitindo, assim, maior troca de experiência entre eles.

A Reserva Extrativista influenciou, ainda, a questão da gestão de parte do território municipal. Algumas áreas do território municipal em que, antes da criação da RESEX, as decisões gestoras eram tomadas pelo Poder Público Municipal, passaram, com a criação da Reserva, a ser competência em parte do poder público e em parte da administração da Unidade de Conservação, ou conjuntamente através do consentimento um do outro. Como exemplo, pode se citar o caso do povoado de Atalaia, que está localizado em uma Ilha, e que o Poder Público Municipal considera um bairro, inclusive cobrando dos seus moradores os encargos devidos, mas que oficialmente diante da União os procedimentos legais para torná-lo um contínuo do espaço urbano (um bairro) não haviam sido efetivados, portanto se constituindo objeto da administração da RESEX. Outro exemplo envolve a questão do Licenciamento Ambiental Municipal, no qual o setor municipal encarregado de conceder licenças para inserção de atividades em área de influência da RESEX precisa recorrer a autorizações da administração do ICMBio/ RESEX Canavieiras para tal.

Por um lado, isso evidencia a importância da gestão compartilhada dessas áreas “Poder Público Municipal/Administração da Reserva Extrativista”; por outro lado, quando há interesses diferenciados, pode ser fator de conflito de gestão nas decisões a serem tomadas. Sendo que a Reserva Extrativista é uma Unidade de Conservação de nível federal, sua administração acaba por se enquadrar em um nível superior de poder em relação ao órgão municipal relativo à questão.

→ **Dimensão socioeconômica**

A Unidade de Conservação “Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras” trouxe tanto influência positiva para atividades econômicas típicas do extrativismo, cujos recursos são extraídos em sua área de abrangência, quanto negativa para atividades não típicas do extrativismo previsto se inserir em sua área de abrangência ou aquelas já inseridas em suas proximidades. Também uma rede de serviços e outras funções foram indiretamente influenciadas, algumas positivamente, outras negativamente, com a presença da RESEX, em função da legislação específica que rege esse tipo de Unidade de Conservação, e dos mecanismos de gestão e fiscalização.

Com a criação da Reserva Extrativista, o meio de subsistência de pescadores e marisqueiros artesanais e de seus familiares ficou protegido. Embora a efetivação

dessa proteção e garantia dependa das ações adotadas pela administração da RESEX. Foram estendidos às suas populações programas do Governo Federal e do Governo Estadual da Bahia, e outros em processo de planejamento e/ou encaminhamento.

Leão e Freitas (In: TABU, n. 812, p. 5) pontuam que está em processo de execução na RESEX um projeto denominado de “Economia Solidária”, ligado ao caranguejo, tendo como financiadora a FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia), objetivando a organização dos tiradores e catadeiras de caranguejo e toda a cadeia que envolve essa atividade, incluindo a venda do produto, visando contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de renda desses trabalhadores.

Esses mesmos autores (In: TABU, n. 809, p. 5) ainda apresentam que

Várias ações de fortalecimento institucional das organizações dos extrativistas foram realizadas, culminando na formação de novas associações, principalmente a “Associação Mãe dos Extrativistas – AMEX”. Iniciativas de apoio direto aos beneficiários da Resex estão sendo implementadas, a exemplo dos projetos de construção de 160 casas residenciais, aquisição de embarcação comunitária e comercialização solidária do camarão e do caranguejo que visa melhorar a renda dos tiradores de caranguejo.

A expectativa no momento é a aplicação dos créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, ao qual os beneficiários das RESEX tem direito, mediante cadastro aprovado, que deve beneficiar mais de mil famílias de pescadores e agricultores familiares.

Ainda alguns desafios à administração da RESEX para sua superação são: problemas relativos à regularização fundiária, com as devidas indenizações dos imóveis, abertura dos acessos às Barras da Ilha de Atalaia, fortalecimento das instituições componentes da RESEX, utilização sustentável dos recursos da Unidade, o que para isso é imprescindível a conclusão e aprovação do seu Plano de Manejo, instrumento legal imprescindível para a gestão da mesma, além de programas de educação ambiental e políticas de fiscalização sobre destinação correta de lixo e uso e ocupação do solo de forma sustentável. Além da viabilização, de forma eficaz, do ecoturismo, realizado ainda de forma inexpressiva, aproveitando as riquezas da natureza presentes no perímetro de abrangência da Unidade de Conservação.

Em contrapartida, a presença da Reserva Extrativista com todos os seus mecanismos de proteção associados trouxe influências negativas diretas para

atividades econômicas, e, indiretamente e por extensão, para outras atividades econômicas e segmentos sociais.

Diretamente, a presença da Reserva Extrativista influenciou negativamente a planejada inserção dos *resorts* no litoral do município, inibindo, por conseguinte, a viabilização de alguns empregos advindos desta atividade - embora, como é comum neste tipo de atividade, sabe-se que à população local normalmente ficam os empregos de baixa qualificação -, além de inibir certa circulação de capitais no município provindos desta atividade. De igual forma, a Unidade de Conservação trouxe influencia negativa para a atividade carcinicultura, através do ICMBio e IBAMA autuando algumas fazendas devido aos impactos causados por esta atividade à natureza ou por irregularidades nas licenças das mesmas, contribuindo assim para diminuir o número de trabalhadores nas fazendas, e, conseqüentemente, na redução de capitais circulando no município. Essa redução na circulação de capitais no município, provindos em função da atividade carcinicultura, influenciou indiretamente, de forma negativa, não somente o comércio como setores da economia.

Contudo, a despeito disso, observa-se, através da Tabela 22, que o PIB do município de Canavieiras entre o ano de 2006 (ano de criação da Reserva Extrativista) e os dois anos subseqüentes (2007 e 2008) apresentou a tendência de crescimento, seguindo a tendência da Região Econômica Litoral Sul de crescimento do PIB, e a mesma tendência do PIB municipal em anos anteriores (ver p. 58).

Tabela 22 – Produto Interno Bruto a preços correntes do município de Canavieiras e da Região Econômica Litoral Sul, de 2006 a 2008

PIB - Município e Região Econômica (R\$ Milhões)			
Ano	2006	2007	2008(1)
Canavieiras	103,87	110,02	120,24
Litoral Sul	6.151,40	7.164,00	8.051,11

Fonte: SEI/ IBGE.

(1) O dado esteve sujeito a correções.

Já no que se refere à evolução da população total do município de Canavieiras, observa-se, através da Figura 20, que entre os anos 2000, 2005 e 2008 a tendência da população total municipal foi de crescimento – alcançando em 2008 uma população total de 36.911 habitantes. Contudo, no ano de 2010 a mesma

apresentara um substancial declínio se comparado aos anos anteriores registrados na Figura 20, alcançando uma população total de 32. 336 habitantes.

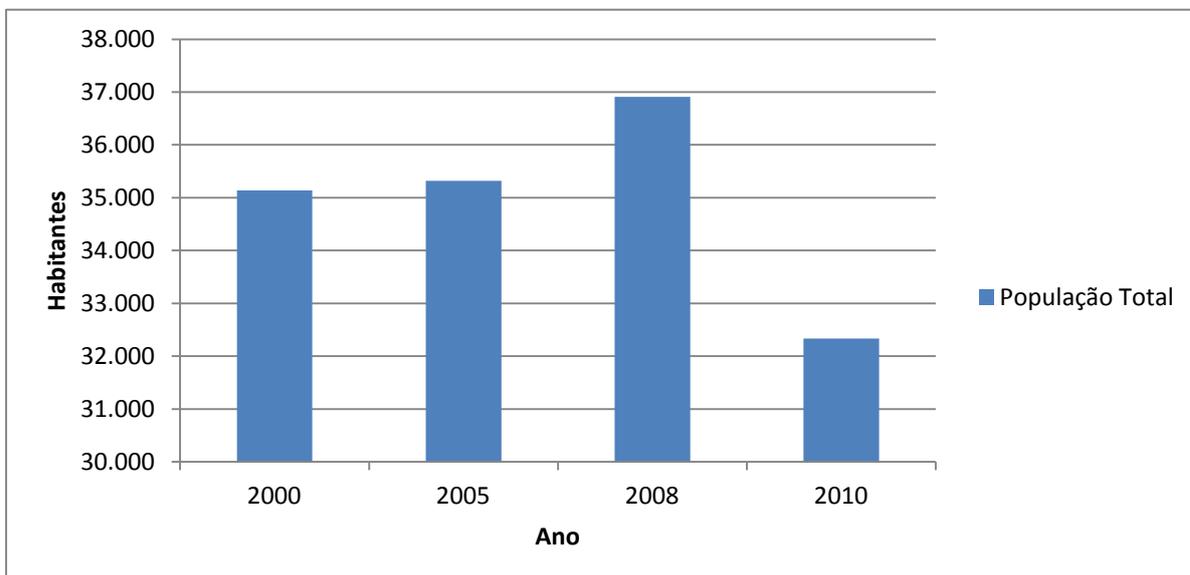


Figura 20 – População do município de Canavieiras, de 2000 a 2010.

Fonte: IBGE (2002, 2008b, 2008c). IBGE, 2010.

Elaboração: AGUIAR, P. C. B.

→ **Uso do solo na área da RESEX**

Na porção continental da RESEX de Canavieiras, conforme Figura 21, apresentam-se discriminadas dentro da sua área de abrangência cinco classes de uso do solo: mangue, restinga, restinga herbácea, rios e áreas úmidas. Dessas classes, as maiores em representatividade da área continental da RESEX respectivamente são: mangue, com 67,49 km² (41,83%) da área; restinga, com 52,39 km² (32,47%) da área; e rios, com 24,19 km² (14,99%) da área (Tabela 23). A área urbana que congrega a sede municipal e sua extensão urbana, na Ilha de Atalaia, ficaram fora do perímetro da RESEX.

A proximidade de fazendas de carcinicultura com a área da RESEX, e os projetos dos *resorts* previstos se inserirem em área que ficou abrangida pela Unidade de Conservação, com terrenos já adquiridos, se constituíram nos principais fatores de conflitos (em relação à mesma). Essas fazendas, por se encontrarem, em sua maioria, próximas uma das outras, e devido também à proximidade com áreas do estuário e manguezais, têm sido consideradas fator de significativo impacto.

Na Figura 21, tem-se ainda apresentadas as áreas nas quais quatro dos cinco *resorts* foram planejados a instalação no litoral do município de Canavieiras. Embora com relação ao quinto *resort* previsto se instalar ao sul da Ilha de Comandatuba, não se tenha obtido as coordenadas de sua localização, motivo de sua omissão na figura, contudo, os cinco empreendimentos, com terrenos já adquiridos pelos empreendedores, foram planejados se instalar em áreas de restinga, em ilhas costeiras.

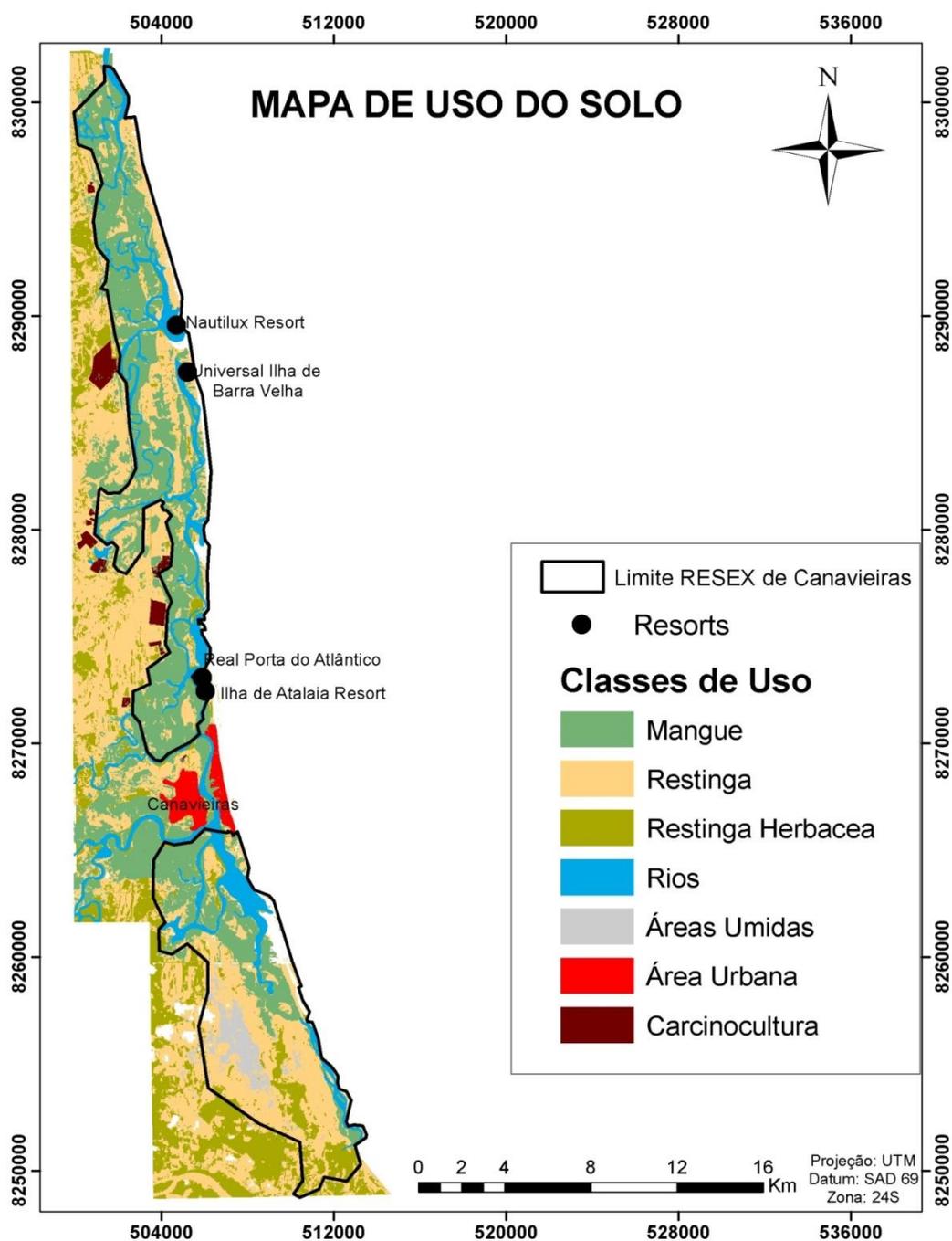


Figura 21 – Uso do solo na área da RESEX e em suas adjacências.
Elaboração: AGUIAR, Paulo César B.; SOUZA, Cristiano Marcelo (2011).

Tabela 23 – Classes de uso do solo, respectivas áreas e sua representação percentual na área da Resex e em suas adjacências

Classe de Uso	Resex e Áreas adjacentes		Resex	
	Área Km ²	Área %	Área Km ²	Área %
Mangue	92,11	27,75	67,49	41,83
Restinga	133,34	40,17	52,39	32,47
Restinga Herbácea	57,73	17,39	11,34	7,03
Rios	31,25	9,41	24,19	14,99
Áreas Úmidas	6,58	1,98	5,93	3,68
Área Urbana	5,97	1,80	0,02	0,01
Carcinocultura	4,98	1,50	-	-
Total	331,96	100,00	161,36	100,00

Fonte: Análise de imagem de satélite ikonos.

Elaboração: SOUZA, Cristiano Marcelo (2011).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se como parâmetro norteador os dados e informações levantados junto ao IBGE, a SEI, nas referências bibliográficas, nas fontes documentais, e observações *in loco*, confirmou-se a hipótese que norteou a pesquisa, de que a Reserva Extrativista Marinha influenciou transformações socioambientais no município de Canavieiras, como a inibição a pressões sobre recursos naturais e utilização indevida de porções de terras em sua área de abrangência, conservação do meio ambiente ameaçado de degradação e garantia do meio de subsistência de trabalhadores artesanais, tendo significativas repercussões no quadro socioeconômico municipal e tornando-se objeto de conflitos de interesses.

A partir da presente pesquisa foi possível verificar que, durante a década de 1990, o município de Canavieiras passou por transformações econômicas e sociais, por conta do declínio da até então sua principal atividade econômica, a cacauicultura, que, até a década de 1980, concentrava a maior parcela da mão-de-obra municipal disponível e propiciava com que, em sua maioria, a população municipal se encontrasse distribuída pelo espaço rural.

O declínio da economia do cacau se iniciou na região cacauera a partir de 1987, influenciado por fatores internos à região, à conjuntura político-econômica nacional, e por fatores internacionais. Essa crise da economia cacauera se aprofundou na região a partir de 1989, com a inserção e alastramento da praga *vassoura-de-bruxa*.

No município de Canavieiras, o declínio da cacauicultura, em função da crise dessa lavoura, associado à substituição de áreas de cacau por pastagens, influenciou forte migração rural-urbana, levando a inversão da concentração da maior parcela da população do espaço rural para o espaço urbano, e também perda de parte da população municipal para outras localidades. Como consequência, se inseriram/ ou se proliferaram vários problemas sociais e ambientais, como violência, prostituição, drogas, pressões sobre recursos naturais e ecossistemas, e ocupações do solo urbano precárias de infraestrutura.

O município de Canavieiras apresentava, na década de 1990 e na primeira década de 2000, fortes disparidades sociais e econômicas, também com elevado nível de informalidade na ocupação.

Nesse contexto, a atividade pesca, além de outras formas de pequenos extrativismos, assumiu importante papel em agregar mão-de-obra, o que se pode inferir pela elevada estimativa, feita pela Colônia de Pescadores Z-20, para o número de pescadores e marisqueiros ativos no município.

Tais fatores podem ter contribuído para que houvesse um interesse e uma mobilização no sentido de se buscar a criação da figura da Reserva Extrativista no território municipal. No entanto, frise-se bem, no trabalho não se chegou à conclusão de que esse tenha sido o principal fator motivador para tal.

Nas duas últimas décadas, o município de Canavieiras vem passando, mesmo que lentamente, por um processo de diversificação de sua economia, através da inserção de certas atividades econômicas, como a apicultura, a silvicultura, a carcinicultura, e a planejada inserção, no litoral do município, de alguns *resorts* (sendo que estas duas últimas passaram a se conflitar com a RESEX); além de um maior desenvolvimento de outras atividades que já estavam inseridas no território municipal, como a pecuária bovina, o coco, a pesca, o café e o turismo.

A criação e o processo de implantação da Reserva Extrativista Marinha contribuiu para algumas transformações socioambientais do município de Canavieiras, nas suas dimensões ecológica, espacial, cultural e socioeconômica. Essa Unidade de Conservação contribuiu para coibir impactos ambientais em sua área de abrangência e em suas adjacências, e possibilitou a conservação de ecossistemas, melhoria da qualidade ambiental de áreas degradadas, a exemplo de áreas de manguezais, propiciando não somente a conservação, como também a reprodução e desenvolvimento de espécies de crustáceos, a exemplo do caranguejo Uca – *Ucides cordatus* -, aumentando significativamente o número dos seus indivíduos.

A RESEX ainda garantiu formalmente a territorialidade dos extrativistas sobre espaços, além de garantir o meio de subsistência desses trabalhadores artesanais e de suas famílias, e, em tese, a conservação e perpetuação de suas técnicas tradicionais e seus costumes. Trouxe benefícios às suas populações, através de programas e projetos dos Governos Federal e Estadual, além de influenciar positivamente atividades econômicas dos extrativistas. Em contrapartida, influenciou negativamente atividades econômicas desenvolvidas, ou planejadas se inserirem no território municipal, a exemplo da carcinicultura e dos *resorts*, impactando

indiretamente o comércio e setores da economia; e influenciou, ainda, de forma negativa segmentos sociais.

Esses fatos mencionados anteriormente são abordados no trabalho, e aqui fica expressa a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre o papel dessa Unidade de Conservação, como mecanismo de conservação ambiental, de gestão de parte do território municipal, de preservação de suas populações, com suas técnicas, sua cultura e do seu meio de subsistência, e também sobre as diversas outras formas de uso que podem ser feitas dessa RESEX, dentro dos parâmetros da legislação e do seu plano de manejo (em construção), não somente em benefício da sua população residente, como também para o próprio município e região.

9. REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. C. Crescimento populacional e transformações socioambientais em municípios turísticos: o caso de Poços de Caldas (MG). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 67-82, abr. 2011.

BIBLIOTECA IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (s. d.). **CANAVIEIRAS - BAHIA**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/canavieiras.pdf>> Acesso em: 17 out. 2010.

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Estudo de Impacto Ambiental para as obras de contenção de processos erosivos na costa confrontante com o Hotel Transamérica, Ilha de Comandatuba, município de Una, Bahia. Meio Socioeconômico**. 2010. p. 1-93.

BRASIL. **Lei de Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 28 set. 2010.

BRITO, F. de A.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e Gestão Ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BURDA, C. L.; POLETTI, M.; SCHIAVETTI, A. Análise da Cadeia Causal para a Criação de Unidade de Conservação: Reserva Extrativista Marinha de Itacaré - BA. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, Governador Valadares, v. 7 (1), p. 57-67, 2007.

CAMPOS, J. da S. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3 ed. Ilhéus: Editus, 2006. 819p.

CANAVIEIRAS. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Exposição de Motivos Sobre a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras – BA. Ofício n. 124/2008. Canavieiras - Bahia, 17 de dezembro de 2008.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: UZÊDA, M. C. (Org.). **O DESAFIO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**: alternativas viáveis para o Sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2004. 131 p.

CARVALHO, J. M. B. de. **Porto Sul**: Estudo ambiental preliminar do sítio selecionado para locação de porto e aeroporto no Sul da Bahia. Ilhéus: Floresta Viva, 2008. Disponível em: <http://www.acaoilheus.org/arquivos/category/6-estudos>. Acesso em: 05 abr. 2011.

CAVALCANTE, O. P. **A polêmica em torno do conceito de reserva extrativista enquanto atividade econômica sustentável**. 1993. 47 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre. Rio Branco: UFAC, 1993.

CEPLAC/ CACAU ANO 25. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Escritório no Brasil: Unidade de Informação e Documentação. Brasília, 1982.

CHAMY, P. **Reservas Extrativistas Marinhas: Um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade.** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Paula%20Chamy.pdf> Acesso em: 11 ago. 2010.

CIOMMO, R. C. Di. Turismo, Gênero e Pesquisa Participativa na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. **Caderno Virtual de Turismo.** Vol. 7, n. 2, 2007, Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=152>> Acesso em: 11 ago. 2010.

CONTRI, A. L.; PORSE, A. A. Estrutura e evolução do PIB dos municípios gaúchos 1999-03. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, 2006.

COSTA, A. **Canavieiras Sua História e Sua Gente (Lendas e Festas).** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1963.

COSTA, P. C. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Matéria-prima do Ecoturismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

CHRISTOFOLETTI, A. Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical. In: SOUZA, M. A. A. de. et al. (Org.). **O NOVO MAPA DO MUNDO: Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica.** 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

CUNHA, L. H. de O. **RESERVAS EXTRATIVISTAS: Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade.** São Paulo: NUPAUB/ USP, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

DURVAL FILHO. **Canavieiras Sua História.** Salvador: Gráfica Scher Ind. Com. Ltda., 1983.

FERNANDES, A. L. C. et al. **Relatório I. Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico e Aplicação de Metodologia. Município de Canavieiras – Bahia.** Salvador: Carvalho Fernandes Consultoria em Planejamento e Gestão Ltda., dez. 2008.

FRANÇA FILHO, D. P. da. **Pelos Caminhos da Fé: Aspectos da cristianização católica na história de Canavieiras.** Caratinga: UNEC - Centro Universitário de Caratinga, 2009. 150p.

GASTON, K. J. et al. **The Ecological Performance of Protected Areas.** Disponível

<<http://arjournals.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.ecolsys.39.110707.173529>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

GÓES, L. M.; FONTES, E. de O.; MOREAU, A. M. S. dos S. Análise Temporal da Expansão Horizontal Urbana de Ilhéus, Bahia: Uso de Imagem Multiespectral do Satélite Landsat. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**: Caxambu, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada da Bahia: 2010. Canavieiras. População 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 03 ago. 2011.

_____. População estimada da Bahia: 2008. In: _____. **Estimativa de população 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>> Acesso em: 08 jul. 2010.

IPEA/ Fundação João Pinheiro/PNUD. **Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, 2002.

LEÃO, B.; FREITAS, S. F. Como Funciona uma Reserva Extrativista. **Tabu**, n. 809, p. 5-5; Canavieiras - BA, 1ª quinzena, jan. 2011.

_____. Resex de Canavieiras completará 5 anos de lutas e conquistas. **Tabu**, n. 810, p. 5-5; Canavieiras – BA, 2ª quinzena, jan. 2011.

_____. Os grandes desafios da RESEX de Canavieiras. **Tabu**, n. 811, p. 5-5; Canavieiras – BA, 1ª e 2ª quinzena, fev. 2011.

_____. Ações da RESEX de Canavieiras preservam o Caranguejo Uçá. **Tabu**, n. 812, p. 5-5; Canavieiras – BA, 1ª quinzena, mar. 2011.

LORENA, L.; MOREIRA, M. de F. **Processos de transformações socioambientais no sertão paraibano e suas implicações na permanência do homem no campo**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6145_Lucena_Lorena.pdf> Acesso em: 15/11/2011.

MACHADO, R. A. S. **O MEIO NATURAL NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA POPULAÇÃO PESQUEIRA TRADICIONAL DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS/BA**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.

MASCARENHAS, G. C. C. A atual conjuntura socioeconômica e ambiental da região Sul da Bahia e a agricultura sustentável como uma alternativa concreta. In: UZÊDA, M. C. (Org.). **O DESAFIO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**: alternativas viáveis para o Sul da Bahia. Ilhéus: Editus, 2004. 131 p.

MATOS, F. F.; IRVING, M. de A. O Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. In: TREVIZAN, S. D. P. (Org.) & Colaboradores.

Comunidades Sustentáveis a Partir do Turismo com Base Local. Ilhéus: Editus, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** – SNUC: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

_____. Fundo Nacional do Meio Ambiente. Relatório da 1ª fase de execução do convênio 074/2001. Projeto: ações integradas para conservação, recuperação e preservação ambiental do manguezal de Canavieiras – Bahia. **PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais.** Salvador, 31 de março de 2003.

NASCIMENTO, D. M. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. Remanescentes da Cobertura Vegetal: Uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. **Cadernos de Geociências**, v. 7, n. 2, novembro de 2010. Disponível em: <www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br> Acesso em: 08 jul. 2010.

NASCIMENTO, D. M. C.; DOMINGUEZ, J. M. L.; SILVA, S. B. de M. e. Mudanças na Ocupação Econômica do Litoral Sul da Bahia: Os exemplos de Belmonte e Canavieiras. **Revista Desenbahia**, nº 10 / mar. 2009. Disponível em http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7BC7562424-BA33-49D4-9F6C-809EB0E48507%7D_Rev10_Cap1.pdf> Acesso em: 08 jul. 2010.

NASCIMENTO, F. R. do (Coord.). **A Crise da Lavoura Cacauera: Sua Natureza e Soluções** (uma análise das possibilidades do cacau). Brasília: IPEA, 1994.

OLIVEIRA, J. R.; MENEZES, I. D. P. **TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: uma reflexão sobre a construção do urbano.** Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/050.pdf> Acesso em: 15/11/2011.

PIRES, M. de M.; GOMES, A. da S.; SAMPAIO, J. M. C. O agronegócio da carcinicultura em Canavieiras, Bahia, Brasil. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006, pp. 1-7, Quito.

REDE MANGUEMAR BAHIA. **Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais Relativos à Carcinicultura no Estado da Bahia** (s. d.). Disponível em: http://mangroveactionproject.org/mapeamento_bahia. Acesso em: 12 abr. 2011.

REIGOTA, M. **MEIO AMBIENTE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.** São Paulo: Cortez, 1995. 87 p.

REIS, F. Emancipação de Canavieiras foi a 13 de dezembro de 1832. **Tabu**, p. 11-11; Canavieiras – BA, 1ª quinzena, nov. 2003.

_____. Algumas considerações sobre os ciclos econômicos do município de Canavieiras. **Tabu**, p. 6-6; Canavieiras – BA, 1ª e 2ª quinzenas, jan. 2006.

RIBEIRO, M. A tradição em xeque: trabalho, fé e arte não faltam na história dos moradores de Canavieiras. O que eles aprendem, agora, é conviver com as regras da Reserva Extrativista, de forma a assegurar um futuro sustentável para todos. **Terra da Gente**. Ano 4, n. 38, pp. 47-51, jun. 2007.

ROCHA, L. B. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis do cacau à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008. 255p.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. **Reservas Extrativistas**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, 1995.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993. (Tradução: Magdala Lopes)

SANTOS, M. **TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, P. R. dos. Desenvolvimento, Democracia e Meio Ambiente: Degradação e Fábula Ambiental no Sul da Bahia. **Especiaria**, Ilhéus - BA, v. 6, n. 11/12, p. 241-262, jan./dez. 2003.

SCHMIDT, A.; OLIVEIRA, M. A. de. Criada a Resex de Canavieiras. **Araponga Online. Boletim CEPF Mata Atlântica**, n. 6, p. 1-2, maio/jun. 2006.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Região Sul da Bahia**: panorama geoeconômico. Salvador, 1992. 118 p.

TABU. **Apicultura cresce no município e pólen já é referência nacional**, p. 10-10; Canavieiras – BA, 1ª e 2ª quinzenas, dez. 2005.

_____. **Reserva Extrativista**: Pesca será protegida, mas economia do município sofrerá grande prejuízo. N. 726, p. 2-2; Canavieiras - BA, 1ª e 2ª quinzenas, jun. 2006.

_____. **Canavieiras**: Alguns Registros Históricos. N. 742, p. 8, 1ª e 2ª quinzenas; Canavieiras, maio de 2007.

VALENCIO, N. et al. **Plano de Manejo de Resex Mar**: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. Disponível em: <<http://www.ds.ufscar.br/laboratorios/neped-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-sociais-em-desastres-1/valencio-et-al.-plano-de-manejo-de-resex-mar>> Acesso em: 09 ago. 2010.